

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A ESCOLA NORMAL DE CAMPINAS NO PERÍODO 1920-
1936: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES**

Autora: Maria de Lourdes Pinheiro

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina

Menezes

CAMPINAS

2003

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A ESCOLA NORMAL DE CAMPINAS NO PERÍODO 1920-1936: PRÁTICAS E
REPRESENTAÇÕES**

Autora: Maria de Lourdes Pinheiro

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina
Menezes

Este exemplar corresponde à redação final da
dissertação defendida por Maria de Lourdes
Pinheiro e aprovada pela Comissão Julgadora.
Data: 28/02/2003

Profa. Dra. Maria Cristina Menezes

Orientadora

Comissão Julgadora:

2003

RESUMO

O presente trabalho traz uma discussão acerca das práticas vividas na Escola Normal de Campinas e das representações dessas práticas, por aqueles que as vivenciaram no período investigado. Ao tentar captar os movimentos de continuidades e rupturas, que se articulam a signos e vestígios da condição e das relações sociais de e entre os sujeitos, as práticas relatadas e as suas representações projetam-se como símbolos de uma época. Os usos que delas foram feitos explicam o movimento de constituição do perfil da Escola, num tempo e num espaço institucionais em que se apostava na escola e no seu poder de transformação cultural para moralizar e instruir a população.

ABSTRACT

The present work brings a discussion about experiences in “Escola Normal de Campinas” and representations of these experiences, by person that lived them in the investigated period. Trying to get the movement of continuities and ruptures, that articulate to signs and vestiges of the condition and of the social relations among people, the related experiences and their representations are symbols of one age. Their uses explain the movement of the School constitution of the School outline, in a time and in a institutional space in which we trusted in the school and in its power of cultural transformation to moralize and educate the population.

*À minha mãe (in memoriam),
com amor, saudade e gratidão.*

Agradecimentos

À Cristina, pela orientação criteriosa, segura e, sobretudo, pela confiança e incentivo, mostrando-se muitas vezes, mais amiga que mestre.

Aos professores Célia Farjallat, Wellman Galvão de França Rangel e Sólon Borges dos Reis, pela partilha de suas histórias.

Ao Marcelo, meu parceiro na vida, pelo amor, apoio, compreensão, carinho e acolhimento nos momentos mais difíceis.

À Helena, minha filha, que chegou no momento final deste trabalho e renovou a minha esperança e a minha alegria.

A todas as pessoas amigas que participaram da realização desta dissertação, em especial à Eva Cristina, Priscila, Elizabeth, Lúcia, Margot e Renato, pelo vaivém de livros e textos, pelas palavras de incentivo e pelo apoio constante.

Aos professores Marta Carvalho, Luiz Carlos Barreira, Maria Carolina Galzerani e Elizabeth Braga, pela leitura atenta na qualificação e que ajudou a redimensionar o trabalho.

À Maria Auxiliadora, Maria Eni e Cidinha, da Escola Estadual “Carlos Gomes”; à Dona Maria Luiza, do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas; aos funcionários da Biblioteca e Pós-Graduação da Faculdade de Educação/Unicamp; do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT) e do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC); do Centro de Memória da Unicamp (CMU); da Biblioteca da Prefeitura Municipal de Campinas; do Museu da Imagem e do Som de Campinas (MIS); do Arquivo do Estado de São Paulo; e do Centro de Referência em Educação “Mário Covas”. A todos estes funcionários, que sempre demonstraram boa vontade e gentileza na localização de documentos e atenção às minhas solicitações, um agradecimento muito especial.

Finalmente, à CAPES, pelo apoio financeiro no início da pesquisa.

Andorinhas de Campinas

A casa das andorinhas
E a Escola Normal em frente
São duas boas vizinhas,
Com um destino diferente

As normalistas de agora,
- Andorinhas de uniforme,
Vindas as férias vão-se embora.
E a Escola em silêncio dorme.

O Céu de Campinas,
De estrelas povoado,
Festeja o noivado,
Das noites de luar,
E a tarde parece
Que em rosas floresce.
E em mil andorinhas
Desfolha-se no ar.

Andorinhas de Campinas,
- Mensageiras de Alegria!
Sois um bando de meninas,
Sois como estrelas do dia.

As normalistas são feitas
Andorinhas do Instituto
E as andorinhas, eleitas
Normalistas da ilusão.

Correio Popular, Campinas, 17 jun. 1973

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo 1 - Uma Escola Complementar para Campinas.....	16
Capítulo 2 – A Normal enfim (1920-1936).....	28
Capítulo 3 - Os espaços da velha Normal.....	51
Capítulo 4 - As aulas e os professores: passos perdidos?.....	73
Capítulo 5 – Crenças e expectativas dos normalistas: “de muito longe, no tempo e na saudade...”	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
ARQUIVOS CONSULTADOS	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136
BIBLIOGRAFIA.....	143
ANEXOS.....	147

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado com a pretensão de trazer uma discussão acerca das práticas vividas na Escola Normal de Campinas¹ e das representações dessas práticas, por aqueles que as vivenciaram no período investigado.

De acordo com Veyne (1998, p.248), *“a prática não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que fazem as pessoas”*.

“Mas cada prática, ela própria, com seus contornos inimitáveis, de onde vem? Das mudanças históricas, muito simplesmente, das mil transformações da realidade histórica, isto é, do resto a história, como todas as coisas.” (VEYNE, 1998, p.251)

Quanto às representações, para Chartier (1991, p.184) são *“estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser percebido constitutivo de sua identidade”*. O autor observa que o que os sujeitos fazem de suas práticas, das práticas de outros grupos, da escola, dos agentes escolares, da sociedade, do papel que a escola deve ter na sociedade, bem como a posição que assumem e que os identificam são representações de práticas que produziram.

“(...) As práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais ‘representantes’ (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe.” (CHARTIER, 1991, p.183)

Ao tentar captar os movimentos de continuidades e rupturas, que se articulam a signos e vestígios da condição e das relações sociais de e entre os sujeitos, observei que as práticas por eles relatadas, bem como as suas representações, projetavam-se como símbolos de uma época.

No início da investigação, defrontei-me com as diversas denominações que a Escola recebeu ao longo da sua trajetória.

Criada inicialmente como Escola Complementar em 1903, permaneceu com esse nome até 1911, quando passou a chamar-se Escola Normal Primária. Em 1920 nova denominação, Escola Normal de Campinas, fato alterado por decreto de 19 de maio de 1936 que lhe deu o nome de Escola Normal “Carlos Gomes”, em homenagem ao músico campineiro. Foi assim denominada até 1942 quando, por nova mudança, passou a chamar-se Escola Normal e Ginásio Estadual “Carlos Gomes”. Nova alteração se deu em 1951, e a instituição teve seu nome mudado para Instituto de Educação Estadual “Carlos Gomes”. A partir de 1976 recebeu a denominação de Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus “Carlos Gomes” e em 1998, com a última alteração até o momento, Escola Estadual “Carlos Gomes”.

Em conformidade com a história das escolas normais do Estado de São Paulo, as várias denominações se explicam pelo fato de que, ao longo do século XX, foram várias as Reformas implementadas pelo governo no que se refere à educação.

Diante dessa informação, o primeiro passo deste trabalho foi delimitar um período dentre os vários que a Escola tem percorrido ao longo da sua história.

Ao iniciar a busca por documentos referentes à sua trajetória, pouco ou quase nada sobre os períodos 1903-1911 e 1911-1920 resistiram ao tempo, mesmo no arquivo da Escola. Por outro lado, em relação aos anos de 1920 a 1936, encontrei alguns documentos esparsos, sobretudo artigos de jornais de autoria de ex-alunos. Ao localizá-los e perceber que estavam dispostos a emprestar suas narrativas a esta pesquisa, delimitei este período para a minha investigação, que se inicia com a chamada Reforma Sampaio Dória (Lei n. 1.740, de 8 de dezembro de 1920)², quando a instituição passou a ser denominada Escola Normal de Campinas, e finaliza com o decreto de 19 de maio de 1936³, quando passou a chamar-se Escola Normal Carlos Gomes, em homenagem ao músico campineiro. Os demais períodos não serão aqui abordados.

¹ Atual Escola Estadual “Carlos Gomes”.

² A Lei n. 1.750, de 08.12.1920, foi promulgada no governo de Washington Luís quando Sampaio Dória esteve à frente da Direção Geral da Instrução Pública. A Reforma Sampaio Dória, como ficou conhecida, uniformizou as escolas normais, transformando-as num tipo único. Escolas normais primárias e secundárias tornaram-se unicamente escolas normais.

³ Esse decreto foi assinado pelo então governador Armando Salles de Oliveira.

Busquei trazer à cena o momento em que a “*velha Normal*”, em sintonia com os novos moldes da educação preconizada nas décadas de vinte e trinta, era uma instituição de renome e motivo de orgulho para os campineiros.

Inicialmente, procurei perceber se diferentes sujeitos do período 1920-1936, que tiveram alguma relação com a Escola, produziram representações também diferentes acerca das práticas por eles vivenciadas, gerando sentidos diversos para a instituição. Entretanto, localizei somente dois ex-alunos da Escola Normal de Campinas e um diretor de período posterior ao investigado, que se dispuseram a conceder depoimentos sobre suas experiências naquela instituição. Um dos depoentes destaca-se neste trabalho como protagonista principal, o que se explica pelo fato de que o mesmo atua como cronista em um jornal local de Campinas e, ao longo do tempo, publicou suas memórias em inúmeros artigos. Além desses, tive acesso a outros relatos por artigos de jornais apenas.

Analisando as suas falas, pude verificar que as representações que os mesmos têm a respeito da Escola não são divergentes. Ao contrário, são muito semelhantes e deixam transparecer vestígios de uma época em que prevaleciam valores como solidariedade, patriotismo, entre outros.

Realizei, também, um trabalho de busca por fontes que me permitissem resgatar as práticas educacionais da instituição naquela época, pois os usos que delas foram feitos explicam o movimento de constituição do perfil institucional da Escola no período 1920-1936.

Percorri diversas bibliotecas, arquivos e centros de pesquisas e documentação em busca de bibliografia e fontes consideradas pertinentes, documentos oficiais, artigos de jornais e fotografias. Toda essa documentação foi examinada amplamente.

Mas a investigação não se esgotou nessas fontes. Como comentado acima, por meio dos artigos de jornais, pude localizar dois ex-alunos da Escola Normal de Campinas e um diretor de período posterior ao investigado. Através dos seus depoimentos, pude coletar um material de particular importância, uma vez que possibilitaram a percepção de valores, de opiniões, de relações sociais e de experiências vivenciadas pelos informantes.

As entrevistas foram bastante informais e o roteiro utilizado serviu apenas para que eu pudesse conduzir as questões ao que me interessava: relatos que permitissem perceber as práticas que constituíram a Escola Normal de Campinas, num tempo e num espaço

institucionais em que se apostava na escola e no seu poder de transformação cultural, bem como as representações das mesmas.

Outras fontes também foram consideradas na investigação. Comecei por examinar o prédio da Normal, sua fachada e sua constituição interna, e pude perceber vestígios da vida escolar investigada, fragmentos de um tempo em que também a arquitetura escolar pública, pela sua monumentalidade, propagava uma imagem de estabilidade e nobreza em sintonia com uma educação que pretendia moralizar e instruir a população.

Da observação do edifício passei para a busca de documentos que se encontravam no arquivo da Escola. De acordo com Nora (1993), o arquivo é um lugar de memória, onde ainda palpita algo de uma vida simbólica e um passado completo, quando reconstituído. É o lugar onde a memória deposita suas lembranças, para que ele possa lembrar por ela.

O acervo escolar contém álbuns de formatura com fotografias de alunos, de ex-diretores e ex-professores, atas de reuniões, registros de matrículas, relatórios institucionais e cópias de ofícios enviados pela Escola a diversos destinatários e encontrava-se num dos vários porões (figura 1, p.11). Nesta investigação utilizei a documentação desse porão, referente ao período 1920-1936. Entretanto, devido à condição precária em que os documentos se encontravam, surgiu um projeto maior, de organização do acervo⁴, com a finalidade de preservá-lo, tendo em vista que são documentos históricos fundamentais para a história da instituição.

Há também uma pintura do antigo local onde funcionou inicialmente o estabelecimento de ensino, que fica na Diretoria, e alguns livros que faziam parte do acervo da biblioteca escolar daquele período. Os livros foram depositados parte em um porão e parte num salão onde funcionou, por algum tempo, a antiga biblioteca. O acervo que se encontra no salão possui pouca organização e um armazenamento que não é adequado para a sua conservação (figura 2, p.11) e o acervo do porão necessita urgentemente ser resgatado (figura 3, p.12).

⁴ O projeto de organização do acervo da Escola Estadual “Carlos Gomes”, que completará 100 anos em 13.05.2003, é orientado pela Profa. Dra. Maria Cristina Menezes e conta também com a participação dos mestrands Oscar Teixeira Júnior e Eva Cristina Leite da Silva. O projeto tem por finalidade a formação de um centro de documentação na própria instituição, além da preservação do acervo escolar.

Além dessa documentação, encontrei também algumas peças do antigo mobiliário da Escola, como cadeiras, escrivaninhas, armários e até estantes, com iniciais “E N”, Escola Normal, onde os livros eram guardados (figura 4, p.12 e figuras 5 e 6, p.13).

Devido à falta de um local que fosse destinado especificamente para o arquivo da Escola, ao longo do tempo este passou de um lugar para outro, motivo pelo qual o acervo com o qual estou trabalhando estava num porão. Na maioria das vezes, isso acontece porque

“A concepção de arquivo histórico como algo vivo e constantemente utilizado não é a que predomina (...). As instituições o qualificam como ‘inativo’, ‘morto’ e mesmo como depósito de documentos. Esta concepção restrita reflete uma avaliação distorcida que as comprometem na sua possibilidade de pensar criticamente uma prática já exercida e sobre a qual poderiam ainda refletir, além de indicar a falta de importância que atribuem às atividades de pesquisa.

Esta concepção remete o arquivo sempre ao passado, como se ele não tivesse nenhuma ligação com o presente e o futuro. Trata-se, ainda, é bom frisar, de um passado não valorizado. É evidente que esta maneira de encarar o arquivo traz repercussões diretas sobre o acesso, a organização da documentação, a preservação e, evidentemente, a pesquisa histórica que se pretende realizar.” (NUNES, 1992, p.19-20)

Em geral, um acervo institucional encontra-se muitas vezes disperso, tanto externa (sob a guarda de pessoas que estiveram ligadas à instituição por um tempo) quanto internamente (o acervo fica guardado em vários locais, como galpões, depósitos ou alojamentos provisórios, geralmente inadequados para a conservação dos documentos).

Outro problema também é quanto ao funcionário responsável, nem sempre uma pessoa preparada e cuja função é muitas vezes alterada, o que traz aborrecimentos e perda de tempo ao pesquisador na localização dos documentos para a sua pesquisa.

Devido à inexistência de critérios sistemáticos de organização, a maior parte dos arquivos não tem instrumentos de pesquisa (como listas, guias ou fichas) que assegurem o acesso ao documento, de forma que isto é feito por meio do recurso à memória do funcionário responsável.

A mentalidade para avaliar a documentação que sai do uso administrativo para servir como documento histórico também ainda não está consolidada. O critério para guarda ou eliminação da mesma pode ser simplesmente o espaço disponível.

Não tendo encontrado nenhuma regulamentação sobre organização e preservação de documentos escolares, nem legislação específica, tudo indica que os arquivos escolares são guardados segundo o que a administração das escolas considera que seja importante.

A falta de uma política de regulamentação para arquivos escolares reflete na história da Escola pesquisada pois, ao longo da sua trajetória, documentos e livros muito importantes foram eliminados ou se perderam pela falta de um acondicionamento adequado. Além disso, o mobiliário, “ultrapassado”, foi substituído por peças mais “modernas”, “práticas” e “funcionais”, sem que se saiba qual o destino dado aos mesmos.

Em contato com a diretora da Escola, propusemos um trabalho de organização do acervo escolar, conforme observado anteriormente. Minha experiência anterior de trabalho com documentos históricos⁵ tem auxiliado a minha participação no projeto, ainda não concluído.

O material, nas condições em que se encontrava, não podia ser disponibilizado integralmente para pesquisas. As dificuldades que eu encontrei, sobretudo pela falta de um instrumento orientador de busca, obrigaram-me a estudar todo o conteúdo documental a fim de verificar o que realmente me interessava (ao todo são cento e trinta e seis livros referentes ao período 1920-1936⁶). Na maioria das vezes, esse processo todo, quando não provoca a desistência do pesquisador, no mínimo desestimula a pesquisa.

O primeiro passo foi separar a documentação pela sua procedência⁷, respeitando as mudanças nas denominações da Escola, fato observado anteriormente. Para tanto, utilizamos as estantes que se encontravam no próprio porão. Feito isso retiramos os documentos desse local, pois se encontravam sem acondicionamento adequado e sem nenhuma organização, e também porque seria praticamente impossível continuar

⁵ Trabalhei no Arquivo Central da Universidade Estadual de Campinas (SIARQ/AC) de maio de 1995 a outubro de 2000. Tive a oportunidade de acompanhar todo o processamento técnico de guarda de um acervo, desde seu recebimento, até o registro, higienização, arranjo, descrição, acondicionamento e arquivamento.

⁶ A relação dos documentos encontrados na Escola Estadual “Carlos Gomes” pertencentes ao período 1920-1936 encontra-se em no final deste trabalho.

⁷ Até o momento, estamos trabalhando apenas com os documentos institucionais. O restante do acervo, fotografias e livros, são uma segunda parte do projeto.

trabalhando naquele ambiente. O cheiro de mofo, a umidade e o calor fizeram com que o uso de máscaras e de luvas fosse imprescindível e constante (figura 7, p.14).

Com o consentimento da diretora, levamos o acervo para uma pequena sala que se encontrava desocupada (figura 8, p.14) e neste local ele recebeu um tratamento arquivístico elementar, como limpeza e identificação. Além disso, fizemos a descrição da documentação que, até o momento, compreende os anos de 1903 a 1976.

Na seqüência, os documentos foram separados e colocados em caixas provisórias, obedecendo à seguinte periodização:

- 1903-1911 – Escola Complementar de Campinas;
- 1911-1920 – Escola Normal Primária;
- 1920-1936 – Escola Normal de Campinas;
- 1936-1942 – Escola Normal “Carlos Gomes”;
- 1942-1951 – Escola Normal e Ginásio Estadual “Carlos Gomes”;
- 1951-1976 – Instituto de Educação Estadual “Carlos Gomes”.

Para a descrição do material elaboramos fichas de identificação⁸, nas quais registramos informações como: data-limite, suporte, conteúdo e observações referentes à condição física do documento. Procurando manter, sempre que possível, a sua ordem original, as próximas etapas deste trabalho serão a higienização, o acondicionamento, a catalogação, o preparo de instrumentos de busca e o arquivamento em condições mais adequadas e convenientes para a preservação do acervo.

Devido ao fato de o acervo da Escola ter ficado num porão sem ventilação e iluminação convenientes e em situação de armazenamento precária, a observação sobre a condição física dos documentos foi necessária porque os mesmos ficaram expostos aos insetos, à poeira, à umidade e ao calor. Em consequência, alguns deles estão totalmente destruídos por cupins, umidade e mofo (figura 9, p.15).

No decorrer da investigação alguns documentos, como os depoimentos e os artigos de jornais, tiveram fundamental importância pois, segundo Fustel de Coulanges,

⁸ Ver Anexos.

“Onde faltam os documentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas os seus segredos (...) Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca de sua vida e da sua inteligência, aí está a história.” (apud LE GOFF, 1994, p.539)

Constituídos como fontes privilegiadas para a investigação, forneceram indícios de práticas e representações que chegaram como fragmentos de um passado.

Entretanto, tal fato não prejudicou uma análise dos outros materiais, como os documentos oficiais, as fotografias e o material encontrado no arquivo/porão da Escola, pois

“(...) nenhum relato consegue recuperar o passado como ele foi porque o passado não foi um relato; foi um conjunto de acontecimentos e situações. Uma vez que o passado não mais existe, nenhum relato pode ser comparado a ele, mas apenas a outros relatos do passado; julgamos a veracidade do relato comparando-o com outros registros, não com os acontecimentos em si. A narrativa histórica não é um retrato do que aconteceu, mas uma história sobre o que aconteceu.” (LOWENTHAL, 1998, p.111)

Apresento o texto em seis capítulos. No primeiro, realizo uma breve apresentação do contexto social, político, cultural e educacional de implantação da Escola dentro de uma história mais geral, sobretudo paulista.

O panorama da sua implantação mostrou-se necessário porque a Escola foi criada, na verdade, em 1903, embora o período analisado nesta pesquisa é o que vai de 1920 a 1936. Dando ênfase ao processo de criação das escolas normais no Estado de São Paulo e sua relação com o projeto de educação pretendida no contexto liberal republicano do início do século XX, busquei analisar o que tal acontecimento representou para a vida cotidiana dos cidadãos de Campinas, quais cuidados foram tomados inicialmente para a sua institucionalização e as reformas pelas quais passou até então e que alteraram não só os níveis de ensino, mas também o currículo e o nome da própria Escola.

Para tanto, privilegiei documentos oficiais, artigos de jornais do período, fotografias, além de bibliografia de autores campineiros que narraram fatos e acontecimentos de Campinas no início do século XX.

Em “*A Normal enfim (1920-1936)*”, realizo uma análise que se inicia com a chamada Reforma Sampaio Dória (Lei n. 1.740, de 8 de dezembro de 1920), quando a instituição passou a ser denominada Escola Normal de Campinas, e finalizo com o decreto de 19 de maio de 1936, quando passou a chamar-se Escola Normal Carlos Gomes, em homenagem ao músico campineiro. Este capítulo tem o propósito de reconhecimento das representações sedimentadas em memórias e crônicas sobre a cidade de Campinas e sobre as expectativas em torno da Escola Normal, numa tentativa de reconstituir o clima cultural que antecedeu e permeou o processo de institucionalização da Escola na cidade.

O que significava, para a Campinas de 1920-1936, possuir uma Escola Normal? O que pensavam os cidadãos campineiros? Em que contexto se deu a sua implantação? São questões que até o presente momento foram abordadas parcialmente em um artigo⁹ e um trabalho de conclusão de curso¹⁰, utilizados como pontos de referência, sobretudo no que diz respeito a outras fontes.

Para responder a tais questionamentos pesquisei a legislação referente ao período, artigos de jornais contendo relatos de ex-alunos, fotografias e bibliografia pertinente. As recordações de antigos moradores de Campinas, através de livros que escreveram e que hoje são memórias de um tempo passado, as interpretações por eles formuladas a respeito do tempo que vivenciaram, constituíram-se também em fontes privilegiadas.

No terceiro capítulo, na intenção de um reconhecimento do espaço, percorri corredores, pátios e salas de aulas, buscando verificar de que forma o espaço escolar (o edifício, o mobiliário e a biblioteca) também foi decisivo na constituição daquele estabelecimento de ensino e quais as significações que ficaram nas pessoas que ali estiveram no período 1920-1936.

Para tal objetivo, privilegiei documentos e correspondência oficiais, bibliografia pertinente, fotografias, artigos de jornais com relatos de ex-alunos e depoimentos daqueles que pude entrevistar. Os depoimentos foram de particular importância, uma vez que possibilitaram a percepção de valores, de opiniões, de relações sociais e de experiências vivenciadas pelos informantes.

“*As aulas e os professores: passos perdidos?*” foi escrito com a intenção de descrever as atividades do curso de formação de professores, procurando demonstrar como

⁹ NASCIMENTO, 1999.

se constituía a prática docente no cotidiano escolar e as relações sociais existentes no período de 1920-1936, com ênfase para os aspectos da cultura escolar desse estabelecimento de ensino, dentro de um contexto cultural mais amplo.

Entendendo cultura como “*um conjunto de hábitos e de representações mentais próprios de um dado grupo num dado momento, com o seu cortejo móvel de costumes e crenças (...)*” (RIOUX, 1998, p.17) e cultura escolar “*como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas*” (JULIA, 2001, p.10), procurei retratar os problemas de ensino, as aulas e os materiais específicos, bem como o corpo profissional, considerando as normas e as práticas escolares daquele período.

Tendo em vista esta finalidade, pesquisei a legislação referente ao período e utilizei também bibliografia e fontes consideradas pertinentes, tais como: termos de compromisso, discursos e artigos de professores, atas de reuniões, termos de visitas de inspetores, fotografias, artigos de revistas e de jornais com relatos de ex-alunos e depoimentos, entre outros.

Finalmente, em “*Crenças e expectativas dos normalistas: de muito longe, no tempo e na saudade*”, apresento uma breve discussão sobre a questão da memória, procurando demonstrar como as diferentes percepções recriam o passado, dando-lhe um *status* de mobilidade e trazendo um novo que não é único, mas que aponta tendências, além de analisar as idéias e as preocupações daqueles que buscavam a formação de professores na Escola Normal de Campinas. O que significava possuir um diploma de normalista? Que expectativas tinham? São questões que procurei responder ao longo do capítulo, e para as quais utilizei fotografias, artigos de jornais com relatos de ex-alunos e depoimentos.

¹⁰ COSTA, 1997.



Figura 1 - Aspecto do porão onde se encontrava parte do acervo da Escola¹¹.



Figura 2 - Aspecto do salão onde funcionava a antiga biblioteca.

¹¹ Foto: Eva Cristina Leite da Silva, outubro de 2002. Idem para as figuras 2, 3, 4, 5 e 6.



Figura 3 - Neste outro porão, os livros estão aos poucos se perdendo devido à situação precária em que se encontram.



Figura 4 - Cadeira que se encontra no Anfiteatro da Escola Estadual “Carlos Gomes”.



Figura 5 – Em estantes como esta eram guardados os livros da biblioteca da Escola Normal de Campinas.



Figura 6 - Ainda são encontradas iniciais "E N" em alguns dos poucos móveis que restaram da velha Normal.



Figura 7 – Para o trabalho no porão, o uso de máscaras e de luvas tornou-se indispensável¹².



Figura 8 – Para este local foram levados os documentos referentes ao período 1903-1976¹³.

¹² Foto: Eva Cristina Leite da Silva, outubro de 2002. Aqui eu estou fazendo o levantamento da documentação referente ao período 1920-1936.

¹³ Foto: Eva Cristina Leite da Silva, outubro de 2002. Idem para a figura 9.

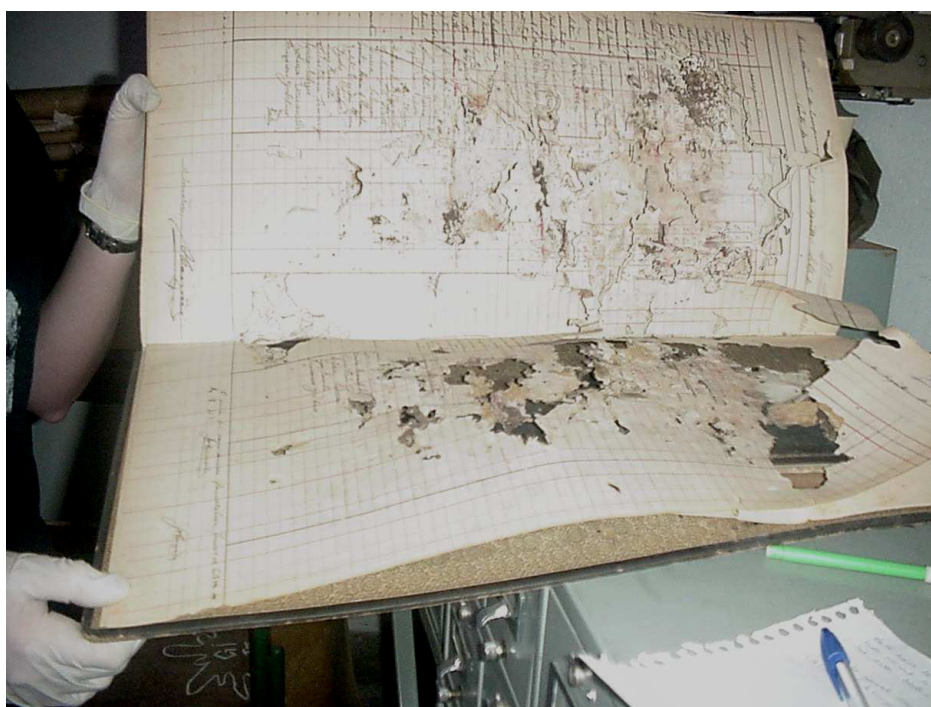


Figura 9 - Situação em que se encontram muitos documentos do acervo da Escola Estadual "Carlos Gomes".

Capítulo 1 - Uma Escola Complementar para Campinas

Segundo Corrêa, Mello e Neves (1991), o advento da República veio aumentar a demanda da sociedade brasileira por educação básica, não somente em função do crescimento demográfico como também pela formação dos grandes centros urbanos.

Para Manoel (1988) no contexto do projeto liberal de implantação da República no Brasil, a educação tinha o significado de formação do cidadão, do homem apto a viver em sociedade sob a tutela da Constituição, respeitando os direitos alheios e tendo respeitado os seus próprios. De acordo com o autor, a educação liberal reforçava o caráter individualista e contratual da sociedade capitalista e via no civismo a força que aglutinaria a nação.

Entretanto, o republicanismo no Brasil foi um movimento com diferentes representações nas diversas regiões do país. Reis Filho (1995) aponta que os republicanos paulistas, por exemplo, desejavam uma escola pública, universal e gratuita em todos os níveis e tipos, que formasse um cidadão capaz de livres escolhas e titular de todos os direitos políticos.

Reis Filho observa, porém, que, no Estado de São Paulo, a oligarquia cafeeira que ascendeu no seio do republicanismo paulista voltou-se para a defesa dos seus interesses deixando para um segundo plano a expansão da estrutura escolar, fato que levou a uma escola deteriorada, reduzida à alfabetização e sem a função política reclamada pelo ideário republicano.

Diante dessa perspectiva, a elite intelectual de São Paulo, em acordo com os cafeicultores, pensou um projeto liberal para a instituição de um governo republicano no país, no qual o papel da educação era levar formação moral aos indivíduos, pressuposto para a sua participação numa sociedade politicamente organizada, e também formação intelectual, para o desempenho das atividades técnicas relativas ao trabalho em geral.

Nesse contexto, Moraes (1981) observa que é possível destacar, sobretudo em Campinas, dois momentos distintos da propaganda republicana, tanto em termos de propostas políticas quanto nas concepções ideológicas presentes nos discursos.

O primeiro momento caracterizou-se por um intenso debate intelectual, quando se procurou definir os rumos do movimento e da propaganda republicana. Foram discutidos problemas locais, articulando-os com a doutrinação política, o que demonstra a

preocupação de atingir segmentos mais amplos da população nesse período. República e democracia aparecem, portanto, associadas.

No segundo momento, entretanto, houve uma acomodação da propaganda republicana aos interesses dos fazendeiros do café e os discursos assumiram um tom moderado. Falava-se em República, mas era preciso saber de qual República se falava. Necessitava-se de uma mudança do estado monárquico para o estado republicano, porém era urgente fixar os limites dessa mudança e saber o que não podia ser mudado. Desejava-se aperfeiçoar a ordem social, mas não transformá-la.

Em relação à educação, o núcleo da crítica republicana era a ignorância da população e a situação da instrução no Império, de forma que, no ideário da República, a proposta educacional permeou e justificou as propostas relativas às outras esferas da vida nacional, dando-lhes legitimidade.

Foi nesse contexto que se criou, no Estado de São Paulo, um complexo educacional que incluía inúmeras formas de organização e classificação das instituições de ensino, nos seus diversos níveis como, por exemplo: Escolas Isoladas, Escolas Preliminares, Escolas Complementares, Escolas Modelo, Grupos Escolares e Escolas Normais.

Porém, Nascimento (1999) observa que a criação dessas escolas não se deu sem intensas interferências políticas e inúmeras solicitações. Embora a oligarquia que ascendia ao poder concordasse que os resultados de uma educação popular podiam resultar em benefícios para o país, quando os pedidos por criação de escola eram atendidos não raro predominavam os interesses políticos em detrimento daqueles ligados a uma oferta equilibrada do ensino no Estado.

Apesar disso, a atuação do Estado de São Paulo nos primeiros anos da República até mais ou menos 1929, sobretudo no terreno da educação primária e normal, teve repercussão em quase todos os estados do Brasil, tendo mesmo servido como modelo a vários deles. Em consequência, foram enviados educadores de outros estados para estudar o sistema paulista ou solicitado o envio de professores paulistas para outras regiões, onde pudessem disseminar as suas propostas de ensino.

Enquanto tais acontecimentos agitavam a vida política, social e educacional no país e no Estado de São Paulo, Campinas vivia, na primeira década do século XX, um período de reconstrução, pois o crescimento da população e a vida da cidade haviam sido duramente

afetados por uma epidemia de febre amarela, que se estendeu entre 1889 (primeiro surto) e 1896 (terceiro surto).

A cidade se despovoou. Muitas pessoas estabeleceram moradia provisória em cidades próximas ou na zona rural e também se transferiram para cidades do Oeste, então em crescimento. Em consequência, vários estabelecimentos fecharam suas portas e a maioria transferiu-se para São Paulo. A epidemia só foi definitivamente afastada a partir de 1897, devido sobretudo às medidas sanitárias adotadas.

De acordo com Martins (2000), muitos foram os fatores, de ordem social e econômica, que contribuíram para a recuperação de Campinas nos anos 1900-1909. O café, que era a principal base econômica do município, continuava sendo o principal item das exportações brasileiras na virada dos séculos XIX e XX. Nesse período, dois terços dos cafezais brasileiros estavam em municípios paulistas sob a liderança de Campinas.

Outro fator foi a diversificação da economia campineira, fundamental para manter o vigor da cidade mesmo com o forte declínio do poder do café a partir de 1929. Em função do capital acumulado pelo setor cafeeiro, nas duas primeiras décadas do século XX consolidou-se um importante pólo comercial e de serviços em Campinas, além de um parque industrial cada vez mais sólido.

O capital acumulado pelo setor cafeeiro, na cidade e na região, propiciou a instalação da principal rede de ferrovias no Brasil, projetada inicialmente para facilitar o escoamento do café para exportação mas que foi, também, imprescindível para favorecer a expansão da indústria na região.

Outro fator importante para o renascimento de Campinas na década de 1900-1909 foi a influência dos imigrantes europeus na cidade. Martins (2000) informa que Campinas foi um dos principais pólos de atração de imigrantes europeus (italianos, portugueses, espanhóis, suíços e alemães), durante o processo de substituição da mão-de-obra escrava no final do século XIX.

Além de ser um dos principais pólos cafeeiros do Brasil, Campinas foi ainda um dos berços do republicanismo. Em 13 de novembro de 1872 realizou-se em Campinas uma reunião para tratar da organização do primeiro diretório do Partido Republicano, que tinha

como principais filiados Américo Brasiliense¹⁴, Jorge Miranda, Manoel Ferraz de Campos Salles (presidente da República do Brasil no início do século XX), Francisco Quirino dos Santos, Elias do Amaral Souza, Francisco Glicério de Cerqueira Leite (membro do primeiro governo republicano, como ministro da Agricultura), entre outros (CAMPINAS..., 1963). Além disso, Campos Salles e Glicério eram legítimos representantes da classe dos cafeicultores¹⁵.

Os campineiros engajados na campanha eram considerados, na região, como os representantes mais fortes da causa republicana e, durante anos, doutrinaram pelas tribunas em conferências e comícios e pelos boletins e artigos na imprensa.

Em julho de 1886 foi instalado o Clube Republicano de Campinas, centro de irradiação das idéias republicanas que pretendia orientar o povo com palavras incisivas e inflamadas dos propagandistas (MENDES, 1961). Nesse lugar, teve início uma série de conferências de ampla repercussão, tanto pelos temas quanto pelo renome dos oradores, muitos deles líderes da campanha republicana, cuja vinda era promovida pelo Clube (NOGUEIRA, 1976) (figura 10, p.26).

Eis alguns trechos de conferências proferidas no Clube e que traduzem o sentimento dos republicanos naquele momento:

“O nosso móvel é o patriotismo – nosso desejo é doutrinarmos pela palavra e pela imprensa; o resto, ao tempo e à evolução.” (ANTÔNIO AUGUSTO GUIMARÃES)¹⁶

“É ocasião de se dizer porque se é republicano, e justamente porque é o regime mais de acordo com a lei natural, porque é o único compatível com o exercício da liberdade que conduz mais seguramente à fraternidade e à igualdade, condições essas de vida, estados esses, naturais da espécie humana.” (JOÃO GUILHERME COSTA AGUIAR)¹⁷

¹⁴ Segundo Moraes (1981), Américo Brasiliense era tido como conciliador e defensor das tradições elitistas da propaganda republicana e sua atividade política sempre primou por posições estreitamente identificadas com o pensamento dos grupos agrários que detinham o poder econômico.

¹⁵ Inclusive, em seus artigos Campos Salles tratava especificamente de problemas agrários, na intenção de serenar possíveis equívocos em relação à sua posição quanto ao direito de propriedade e lucros dos fazendeiros (MORAES, 1981).

¹⁶ Fonte: CAMPINAS..., 1963.

¹⁷ Idem.

“A monarquia é um abscesso no corpo humano que é preciso rasgar para não danificar o organismo pela infecção purulenta.

A missão do partido republicano é esclarecer o povo do atraso e das necessidades do país, e deve entrar mais rapidamente na ação.” (JOSÉ DO PATROCÍNIO)¹⁸

“Assim como os Maometanos tinham o costume de fazer uma peregrinação à Meca para pedir inspiração ao seu profeta, assim também deviam os republicanos vir a Campinas, não para pedir inspiração aos seus correligionários, mas para ver como germina e como desenvolve-se, graças a um trabalho incessante, a doutrina regeneradora da república que ainda há de ser a salvação da nossa pátria.” (QUINTINO BOCAIUVA)¹⁹

Na imprensa, o principal jornal portador das idéias republicanas, “Gazeta de Campinas”, foi lançado em 31 de outubro de 1869, sendo seus proprietários Francisco Quirino dos Santos, João Quirino dos Santos, Jorge Miranda e Campos Salles (A ‘GAZETA...’, 1986)²⁰.

Na análise de Martins (2000) Campinas tinha, portanto, todas as condições econômicas e políticas para superar a crise aberta com as epidemias de febre amarela e foi se modernizando de tal forma, que a pequena cidade de 1900 foi adquirindo ares de núcleo urbano, condizente com sua importância política e econômica.

De acordo com o autor, a cidade do começo do século XX tinha como principal endereço das grandes lojas comerciais a rua Barão de Jaguará, local preferido para o lançamento de modas e novidades tecnológicas, palco de desfile da elite cafeeira e de outras atividades econômicas em ascensão (figura 11, p.26). Além disso, os barões do café gostavam de viajar à Europa e cultivavam hábitos aristocráticos, de maneira a dar um perfil mais civilizado à cidade.

Por outro lado, Martins (2000) observa também que elementos como a afluência dos imigrantes europeus, a emergência da classe operária, a formação de uma classe média letrada, somaram-se para dar origem a uma curiosa mistura intelectual e cultural.

Em relação à educação, a cidade tinha um importante complexo educacional instalado. No final do século XIX haviam sido fundados alguns estabelecimentos

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

educacionais importantes para o cenário campineiro, tais como: Colégio Florence (1863), Colégio Internacional (1872), Culto à Ciência (1874) e 1º Grupo Escolar, depois denominado Grupo Escolar ‘Francisco Glicério’ (criado em 1895 e inaugurado em 1897). Os dois primeiros, porém, sofreram duros golpes com os surtos de febre amarela e tiveram de interromper suas atividades em Campinas, transferindo-se para outras cidades. O Culto à Ciência, que recebeu esse nome como um tributo ao positivismo e que teve como um de seus fundadores o próprio Campos Salles, continua em funcionamento até hoje²¹.

Novos estabelecimentos foram criados nas décadas de 1900-1919: Colégio Progresso Campineiro, fundado a 8 de outubro de 1900 por empresários e políticos; 2º Grupo Escolar, depois denominado Grupo Escolar ‘Doutor Quirino dos Santos’, de 1900, posteriormente anexado à Escola Normal; Escola Complementar, criada por lei estadual a 12 de dezembro de 1902 e inaugurada oficialmente a 13 de maio de 1903; Colégio São Benedito (1902); Externato Tiradentes (1904); Colégio Sagrado Coração de Jesus (criado em 1908 e inaugurado em 1909); Externato São João (1909); Grupo Escolar ‘Artur Segurado’ (1910); e Escola Técnica de Comércio ‘Bento Quirino’ (1910). Em 1911 foi fundado o Colégio ‘Cesário Mota’ e em 1915 começou a funcionar o Colégio Diocesano.

Foi nesse contexto que se deu a implantação da antiga Escola Normal, criada inicialmente como Escola Complementar de Campinas.

A proposta de criação de uma escola complementar foi do então vereador Carlos Kaysel. Ela foi apresentada à Câmara Municipal em março de 1901 e encaminhada ao governo estadual, onde Campinas contou com o apoio de Bento Pereira Bueno, então secretário do Interior, e de Bernardino de Campos, então presidente do Estado, sendo que esse último promulgou a Lei n. 861, de 12 de dezembro de 1902, lei que criou a Escola Complementar (AMARAL, 1927).

²⁰ Ver também GALZERANI, 1998 (mais especificamente o Capítulo 3, p.94-107).

²¹ A escola foi fundada pela Sociedade Culto à Ciência, um grupo sem fins lucrativos e constituído exclusivamente por maçons, assim como foram maçons todos os diretores e professores daquela escola até a dissolução da Sociedade, em 1892. A partir daí, a escola passou ao controle do Estado, tendo sido inaugurada como Ginásio de Campinas em 1895. A maçonaria foi um grande centro difusor das idéias liberais durante o Brasil colônia, as quais influenciaram os movimentos pela Independência do Brasil. No Império, passou a difundir idéias positivistas, abolicionistas e republicanas. O Colégio Culto à Ciência foi fundado, portanto, para concretizar o ideal desse grupo de indivíduos, que não admitia a influência religiosa no ensino e que, imbuído pelo positivismo de Augusto Comte, via no ensino particular a solução para o problema educacional. Assim, o nome *Culto à Ciência* foi dado à escola porque, para os positivistas, a razão era o novo guia da humanidade e cultivar a ciência era o mesmo que cultivar a razão (AFFONSO e PINTO, 1986).

Nascimento (1999) observa que para se ter uma idéia da importância dessa conquista, é preciso lembrar a situação em que se encontrava a educação primária e de formação de professores em São Paulo naquele momento.

O ensino primário estava dividido em dois cursos: o preliminar e o complementar. O primeiro era obrigatório e gratuito, sendo ministrado em vários tipos de escolas: preliminares (regidas por professores diplomados), intermédias (regidas por professores concursados ainda durante o período imperial) e provisórias (regidas por professores leigos). Essas três formas de escolas foram transformadas em escolas isoladas em 1904 e classificadas conforme o local em que estavam instaladas: rurais, distritais e urbanas, passando para a regência de um só professor. Além dessas, havia ainda as escolas reunidas, os grupos escolares e outras em pequeno número que também ministravam o curso preliminar: as escolas ambulantes, os cursos noturnos e as escolas-modelo.

Já o curso complementar, segunda parte do ensino primário, não era nem obrigatório nem gratuito pois cobrava taxa de matrícula.

Com o crescimento da rede de escolas preliminares surgiu a necessidade de aumentar o número de professores formados. Porém, a única escola de formação de professores era a Escola Normal da Capital, que formava uma quantidade insuficiente de profissionais. A solução dada foi a de diplomar os alunos que concluíssem o curso complementar e que deveriam fazer um ano de prática em escolas-modelo e em grupos escolares²².

Havia, até então, apenas quatro escolas complementares em todo o Estado: uma anexa à Escola Normal da Capital (de 1894), uma em Piracicaba (de 1895), uma em Itapetininga (de 1897) e uma outra na capital (também de 1897).

Diante desse quadro, *“possuir uma escola complementar era razão de orgulho e prestígio para qualquer cidade paulista de então”* (NASCIMENTO, 1999, p.62).

Para a instalação da Escola Complementar de Campinas, a Câmara Municipal alugou um antigo e vasto sobrado de propriedade de Guilherme A. da Silva, localizado à rua Treze de Maio, e um outro prédio junto ao sobrado, de propriedade de Raphael Gonçalves de Salles, localizado à rua Francisco Glicério (AMARAL, 1927). (figura 12, p.27)

Por um decreto de 3 de janeiro de 1903 foi nomeado o professor Antonio Alves Aranha como primeiro diretor da Escola Complementar. Coube a ele realizar os exames de

²² Decreto n. 739, de 16 de fevereiro de 1900.

admissão para o primeiro ano da Escola, nos quais foram aprovados vinte e oito rapazes e setenta e duas moças.

Em 13 de maio, data na qual festejou-se a instalação da Escola com sessão presidida pelo secretário do Interior, Bento Pereira Bueno, faziam parte do primeiro corpo docente os professores Escolástica do Couto Aranha, João de Barros, Francisca Pompêo de Camargo e Henrique Sastré, todos empossados em 1903 (RANGEL, 1971b).

Rodrigues (1930, p.184) transcreve o seguinte trecho de uma crônica de Leopoldo Amaral, publicada na Gazeta de Campinas, em 3 de outubro de 1926:

“Surgio por fim o dia 13 de Maio de 1903, marcado para a inauguração official da Escola, o que se fez, com a presença do Sr. Dr. Secretario d Interior, autoridades, vereadores, professores e muitas outras pessoas.

Após os discursos officiaes, foi entoado, em côro, por numeroso grupo de alumnas, o Hymno da Escola Complementar, com acompanhamento de orchestra. Essa composição foi escripta expressamente para a solenidade, sendo a musica do Sr. Dr. Antonio Lobo e a letra do Sr. Dr. José de Freitas Guimarães.

As aulas continuaram com a precisa regularidade. Trez annos depois daquela festa, a 1º de Dezembro de 1906, recebendo a ambicionada recompensa: - os seus diplomas de professores, no meio de festas cordiaes.

Essa primeira turma compunha-se de 9 alumnos e 37 alumnas.”

A Escola foi visitada por muitas pessoas, uma das quais foi Rui Barbosa em 16 de fevereiro de 1911. Por ocasião dessa visita a Campinas, esteve naquele estabelecimento de ensino e deixou escritas as seguintes linhas no livro de visitantes:

“A face intelectual não é menos brilhante do que o aspecto econômico na civilização de São Paulo. É o que admiravelmente nos mostra o seu sistema de instituição popular, contemplado e estudado em qualquer de suas escolas. Dela sairá, no espaço de uma geração, o povo realmente livre, que até hoje aqui sonhamos os verdadeiros amigos da democracia, por enquanto reduzida, entre nós, a ficção e nomes.” (TORQUATO, 1978, p.03-04)

A Escola Complementar de Campinas funcionou até 1911, ministrando o curso complementar. Os conteúdos ministrados eram de educação geral, aos quais seguia-se estágio de um ano. Isso era condição para que os professores diplomados tivessem o direito de serem nomeados professores preliminares, com as mesmas vantagens concedidas aos diplomados pela Escola Normal da Capital.

Com o Decreto n. 2.025, de 29 de março de 1911, as Escolas Complementares foram convertidas em Escolas Normais Primárias. O fato alterou os conteúdos ministrados sem grande profundidade. Algumas matérias de conteúdo geral foram retiradas, outras foram mantidas, e a pedagogia foi introduzida como formação específica.

A Escola Complementar passou a ser chamada de Escola Normal Primária de Campinas. Em 10 de julho de 1911 foram anexados à instituição um grupo escolar (o Grupo Escolar Modelo ‘Doutor Quirino dos Santos’)²³, uma escola isolada masculina e uma escola isolada feminina; nessas escolas os normalistas faziam seus estágios.

Os cursos complementares foram recriados em 1917 e funcionaram até 1932, quando foram substituídos pelo curso secundário fundamental.

A reforma de 1911, embora tenha aperfeiçoado a organização da escola complementar e elevado o padrão de seu ensino, transformando-a em escola normal, não chegou a introduzir uma remodelação mais ampla na estrutura geral do sistema de formação de professores primários, enquanto que a recriação do curso complementar em 1917 foi a primeira alteração estrutural realmente significativa no referido sistema desde a sua consolidação nos anos iniciais da República (TANURI, 1979).

O que o Estado de São Paulo fez no período da Primeira República até o início da década de vinte, no terreno de formação de professores para o ensino primário, foi sobretudo o desenvolvimento e a concretização das idéias e iniciativas lançadas nos anos iniciais da República. Desde que em 1895 se verificou a impossibilidade de implantação, em âmbito estadual, da estrutura de ensino normal traçada pelos legisladores de 1892, e se recorreu concomitantemente a uma instituição de padrão inferior de estudos - a escola

²³ Criado em 1900 como 2º Grupo Escolar, funcionava, inicialmente, na rua Costa Aguiar com a rua Francisco Glicério, num antigo casarão. Anexado à Escola Normal Primária de Campinas em 10 de julho de 1911, pelo Decreto n. 2.072, tornou-se Grupo Escolar Modelo ‘Doutor Quirino dos Santos’, em homenagem ao jornalista abolicionista. Teve a denominação alterada em 12 de fevereiro de 1931, quando passou a chamar-se Escola de Aplicação. Nova alteração ocorreu com o Decreto n. 5.846, de 21 de fevereiro de 1933, passando a ser denominado curso primário anexo.

complementar - montou-se um sistema de formação de professores primários que manteve suas linhas mais gerais sem alteração nas orientações básicas, até 1920.



Figura 10 - Em pé: Jorge Tibiriçá, Campos Salles e Quintino Bocaiúva. Sentados: Jorge Miranda, Francisco Glicério e Rangel Pestana. Foto de 31.10.1886, quando Bocaiúva veio a Campinas pronunciar uma conferência no Clube Republicano²⁴.



Figura 11 - Rua Barão de Jaguará, em 1920²⁵.

²⁴ Fonte: NOGUEIRA, 1976.

²⁵ Fonte: CAMPINAS..., 1988, p.114 (Centro de Memória da Unicamp).

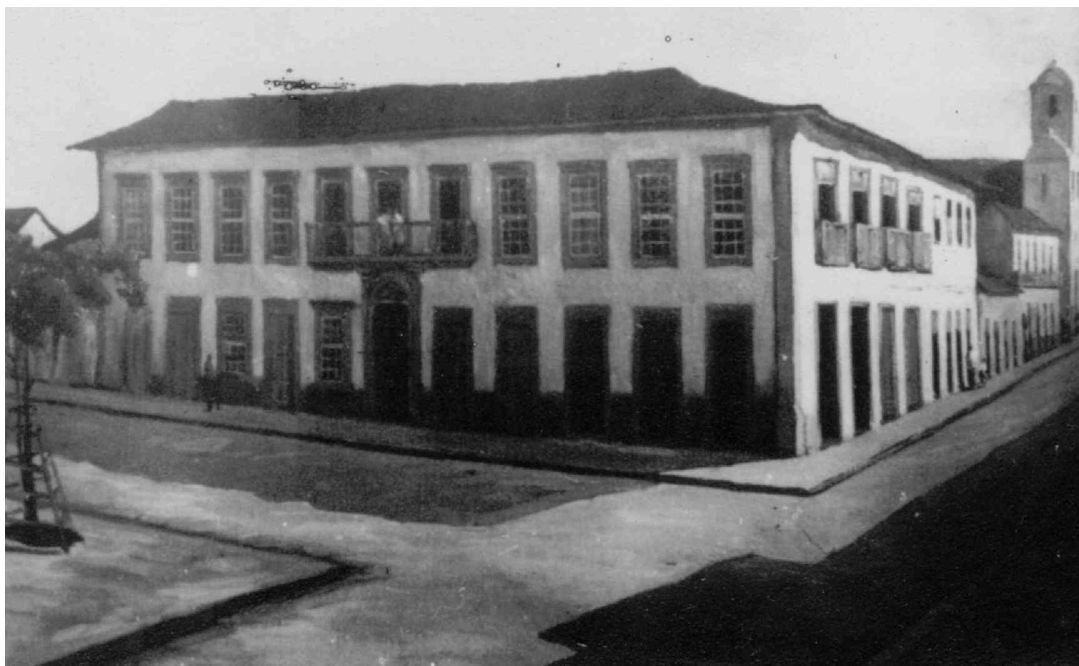


Figura 12 - Escola Complementar de Campinas em tela de Aldo Cardarelli, baseada em uma aquarela de José de Castro Mendes²⁶.

²⁶ Cartão postal, s.d., acervo da biblioteca da Escola Estadual "Carlos Gomes", seção Periódicos.

Capítulo 2 – A Normal enfim (1920-1936)

Na década de vinte firmou-se a crença de que a solução dos problemas brasileiros estava na educação, “base da sociedade moderna e da democracia”, pois ela transformaria os indivíduos em povo, o qual constituiria a nação brasileira. Era o ideal de um grupo de intelectuais que se auto-investia como elite, com autoridade para promover a ordem e o progresso no país (CARVALHO, 1989).

“Na hierarchia dos problemas nacionaes, nenhum sobreleva em importancia e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de character economico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrucção nacional. Pois, se a evolução organica do systema cultural de um paiz depende de suas condições economicas, é impossivel desenvolver as forças economicas ou de producção, sem o preparo das aptidões á invenção e á iniciativa que são os factores fundamentaes do accrescimo de riqueza de uma sociedade.” (AZEVEDO, 1932, p.03)

Para o imaginário republicano a educação foi o signo da instauração da nova ordem e uma arma para efetuar o progresso. Porém, ela foi oferecida aos poucos e, nos anos vinte, a política republicana foi acusada de ter deixado no abandono milhões de analfabetos, justamente a massa popular considerada pelos intelectuais que se propunham a pensar o Brasil como o núcleo da nacionalidade. Esses excluídos apareciam como um freio ao progresso e impunham a sua presença incômoda no cotidiano das cidades.

Em consequência, a educação foi reafirmada como aquela que podia superar os entraves que impediam tal progresso.

“Amanhã, quando iniciardes a vossa carreira de professoras, estareis rodeadas, quem sabe, de criancinhas da mais infima classe, que trazem, coitadinhas, para o ambiente escolar, a miseria do lar cheio de indigencia, que vêm acompanhadas de um cortejo enorme de maus costumes e, ás vezes até, de vícios precoces.

Neste dia, então, do inicio da luta, deveis vos recordar desta escola e desta festa e deveis vos sentir mais animadas e mais fortes, mais brasileiras para o desempenho da vossa missão extraordinaria de educar e de instruir esses infelizes, para que em breve possam se nivelar

com todos aqueles que, civilizados, entre risos e lágrimas, palmas e saudações, como hoje, aplaudem com alegria o termo dos vossos estudos.

Vêde, como a vossa missão é nobre!” (CORRÊA, 1930, p.163-164)

Contudo, a educação dos analfabetos podia tornar-se uma arma perigosa, o que exigia que se redefinisse o seu papel como instrumento de dominação, de controle e modernização social.

A década de vinte se apresentou bastante distinta das precedentes. Transformações de âmbito nacional, de natureza política, social e econômica, que culminaram com o fim da República Velha, foram acompanhadas de grande movimentação de idéias no setor educacional e de acentuada importância atribuída à educação escolar, o que deu margem ao otimismo pedagógico e ao entusiasmo pela educação, marcas desse decênio.

Nas palavras de Nagle,

“(...) de um lado existe a crença de que, através da multiplicação das instituições escolares e da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população brasileira na senda do progresso nacional, a colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (...)” (apud TANURI, 1979, p.152)

Analisando esse movimento, Carvalho (1989) observa que, segundo Nagle, haveria uma passagem do entusiasmo pela educação para o otimismo pedagógico. Nessa passagem se teria produzido uma crescente dissociação entre problemas sociais, políticos e econômicos e problemas pedagógicos. Entretanto, o aparecimento do entusiasmo pela educação e sua transformação no otimismo pedagógico não evidencia uma despolitização do campo educacional, mas uma politização em novos termos, com a educação sendo valorizada como instrumento político de controle social. Em suas palavras,

“A proposta de uma educação integral, resultante da subordinação da difusão do ensino a razões técnicas ou estritamente pedagógicas que determinassem sua qualidade, era uma das

respostas políticas ensaiadas por setores da intelectualidade brasileira na redefinição dos esquemas de dominação vigentes.” (CARVALHO, 1989, p.53)

O período 1920-1936 foi marcado, em todo o país, por múltiplos debates teóricos entre grupos doutrinariamente diferentes, especialmente os chamados “pioneiros” e os “conservadores” (católicos).

São dessa época as Conferências Nacionais de Educação, iniciadas em 1927, na Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924. Na ABE, um grupo de intelectuais formado por médicos, advogados e sobretudo engenheiros, professores da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, se auto-representou como elite e se incumbiu de organizar o país. Para tanto, construiu representações de seu outro, o povo, que programou moldar segundo seus interesses particulares. Grandes debates tiveram lugar na Associação e questões fundamentais para a educação no período foram abordadas: gratuidade, obrigatoriedade, co-educação, laicidade e Plano Nacional de Educação (CARVALHO, 1998).

Posteriormente, tais debates culminaram com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1932, que envolveu diversos segmentos da sociedade em discussões sobre as reformas e os problemas educacionais mais específicos.

Sobre tais debates educacionais, Carvalho (2000) chama a atenção para o fato de que no final dos anos vinte novas representações da escola e de sua função social passaram a impregnar os discursos e as práticas dos intelectuais engajados na campanha cívica pela causa educacional. As proposições da pedagogia da Escola Nova começaram a ser consideradas mais eficientes do que as proposições da pedagogia moderna que, condensadas no método intuitivo, haviam se constituído na aposta metodológica principal das políticas educacionais republicanas. Sob o impacto da difusão internacional da chamada pedagogia da educação nova, as concepções de educação e de escola foram gradativamente reconfiguradas.

A exigência de uma política nacional de educação esteve articulada, na década de vinte, a projetos de homogeneização cultural e moral. O projeto de elaboração dessa política nacional deu-se no âmbito da questão da formação da nacionalidade. Colocado nesse âmbito, o movimento educacional foi uma das instâncias de elaboração e

disseminação da ideologia autoritária nos anos vinte. Nele foram propostas representações do povo brasileiro como carência, passividade e amorfia; propôs-se a escola como instância de homogeneização cultural por via da inseminação de valores e da formação de atitudes patrióticas; constituíram-se as elites, atribuindo-se um papel diretor de qualquer transformação social; delineou-se a figura do Estado como agenciador principal das elites na promoção da unidade nacional, exaltando-se as virtualidades criadoras da intervenção deliberada, e do controle coercitivo através de um poder burocrático; elaborou-se uma visão paternalista autoritária do conflito social, característica do modelo de ideologia do Estado que constrói: a idéia de erradicação total do conflito pela adoção do modelo político apropriado (CARVALHO, 1998).

Ainda na década de vinte, as preocupações em torno da problemática do ensino relacionaram-se, em um primeiro momento, ao movimento nacionalista que se firmou a partir de 1916. As pregações nacionalistas pertinentes ao ensino esgotavam-se em requerer o combate ao analfabetismo, a difusão da escola primária e a importância de determinadas disciplinas mais diretamente ligadas à vida nacional (como Língua Pátria, Geografia e História do Brasil, Educação Moral e Cívica). A escolarização passou a ser vista como um instrumento para a formação do brasileiro, para a conquista de seus direitos políticos e para a preservação das instituições nacionais.

Carvalho (1998), porém, afirma que, se em 20 houve propostas modernizadoras, seu sentido não foi o de acenar a educação como forma de mobilidade e ascensão social para as classes populares. Articuladas no âmbito de um projeto de construção da nacionalidade, tais propostas privilegiaram não a satisfação de uma demanda da população e sim a efetivação de um projeto particular da sociedade. Correspondiam à modalidade típica de conexão entre mudança social e mudança educacional identificadas nos projetos da elite liberal da Independência e no programa dos republicanos, privilegiando a educação como instrumento de conformação dos indivíduos a uma sociedade desejada. Em suas palavras,

“Regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional. Regenerar o brasileiro era dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações.” (CARVALHO, 1989, p.10)

Para Tanuri (1979), outras questões vieram juntar-se ao nacionalismo, permitindo que se firmasse nos anos vinte um amplo movimento de valorização do ensino: a penetração das novas idéias que se agitavam na Europa e nos Estados Unidos sobre os fins político-sociais da escola e sobre o poder da educação como instrumento de reconstrução social, política e moral.

De um modo geral, processou-se nesse período uma divulgação progressiva dos princípios e fundamentos escolanovistas, que encontravam na literatura da época sua mais significativa expressão.

Tanuri (1979) observa que, na medida em que o movimento escolanovista colocou em evidência as ciências que deveriam fundamentar a Pedagogia e na medida em que trouxe um novo equacionamento aos problemas de natureza intra-escolar (métodos e técnicas didáticas, processo ensino-aprendizagem, programas escolares), esse movimento forneceu elementos para uma revisão crítica dos padrões de escola normal existentes.

Na década de vinte a consciência a respeito da necessidade de uma escola normal de caráter essencialmente profissionalizante, que proporcionasse ao professor a formação técnico-pedagógica indispensável ao sucesso do ensino renovado que se queria estabelecer, amadureceu. A predominância da cultura geral sobre os estudos de natureza profissional não mais satisfazia, pois a nova orientação do ensino requeria conhecimentos sobre o desenvolvimento e a natureza da criança, com métodos e técnicas de ensino a ela adaptados, e amplos fins para o processo educativo.

A importância atribuída à formação profissional do professor não significava que fosse relegado para um segundo plano a cultura geral, mas que se desejava transferir os estudos propedêuticos para um momento anterior ao curso normal propriamente dito.

A década de vinte constituiu-se numa fase de reformas sucessivas em relação ao continuísmo e a estabilidade do período anterior e o movimento reformista esteve presente na esfera do ensino normal paulista, que tinha conservado os mesmos padrões consolidados nas primeiras reformas republicanas.

A reforma de 1920, realizada no governo de Washington Luís, tinha Sampaio Dória à frente da Direção Geral da Instrução Pública.

A Lei n. 1.750, de 08.12.1920, conhecida como Reforma Sampaio Dória, uniformizou as escolas normais, transformando-as num tipo único: escolas normais

primárias e secundárias tornaram-se unicamente escolas normais. Além disso o curso normal passou a ser de quatro anos e o complementar de três.

Paralelamente à unificação das escolas normais, a reforma de 1920 equiparou todos os professores então existentes, pondo fim às distinções entre complementaristas, normalistas primários e secundários.

Pelo Decreto n. 3.356, de 31.05.1921, as disciplinas do curso normal passaram a distribuir-se da seguinte maneira:

- 1º ano – Português, Latim, Francês, Matemática, Geografia e Cosmografia, História do Brasil, Desenho, Música, Ginástica;
- 2º ano – Português, Latim, Francês, Matemática, Corografia do Brasil, Física, Desenho, Música, Ginástica;
- 3º ano – Português, Latim, Química, Anatomia e Fisiologia Humanas e Biologia, Psicologia, Desenho, Música, Ginástica, Prática Pedagógica;
- 4º ano – Literatura Vernácula, Higiene, História Geral, Pedagogia, Didática (regência de classe), Desenho, Música, Ginástica.

Tanuri (1979) observa que a reforma de 1920 consolidava as mais significativas alterações introduzidas na estrutura didática do sistema de formação de professores primários de São Paulo, desde a sua organização nos anos iniciais da República até 1933. Essas alterações foram: a uniformização dos dois tipos de instituições pela de categoria superior, a ênfase razoável nos estudos pedagógicos e a elevação do nível do curso normal, mediante a reorganização e aumento da duração dos cursos complementares.

A Reforma tinha como principal objetivo atingir as escolas primárias e as normais. Entretanto, no que se refere a essas últimas, o novo currículo continuou tendo preponderância de uma educação mais geral do que de formação especial. Pela primeira vez, contudo, aparecem as disciplinas Prática Pedagógica, Didática e Psicologia no curso de formação de professores.

Uma outra reforma realizada na década de vinte foi a da Lei n. 2.095, de 24.12.1925, no governo de Carlos de Campos, estando Pedro Voss na Diretoria Geral da Instrução Pública. Junto com o Decreto n. 3.858, de 11 de junho do mesmo ano, a lei elevou o curso normal paulista para cinco anos, diminuindo o complementar para dois, de forma que a situação permaneceu mais ou menos inalterada, com a única diferença de que parte do conteúdo do curso complementar deslocou-se para o primeiro normal.

A ampliação do curso normal para cinco anos, com a redução do complementar que lhe servia de propedêutico, trouxe como consequência a ampliação do conteúdo de cultura geral para a escola normal.

Pelo Decreto n. 4.101, de 14.12.1926 (art. 345), que regulamentou a Lei n. 2.095, de 24.12.1925, as matérias do curso normal ficaram assim distribuídas:

- 1º ano – Português e Caligrafia, Francês, Inglês, Cosmografia e Geografia Geral, Aritmética, Desenho, Música, Ginástica Educativa;
- 2º ano – Português e Caligrafia, Latim, Francês, Inglês, Geografia da América e do Brasil, Álgebra e Geometria Plana, Desenho, Música, Ginástica Educativa;
- 3º ano – Português, Latim, História da Civilização, Geometria e Trigonometria Retilínea, Física, Biologia Animal e Vegetal, Desenho, Música, trabalhos Manuais, Ginástica;
- 4º ano – Literatura, História da América, Química, Anatomia e Fisiologia Humanas, Psicologia Pedagógica, Didática, Desenho, Música, Trabalhos Manuais;
- 5º ano – História da Língua e da Literatura, História do Brasil e Noções de Direito Usual, Higiene, Noções de Geologia e Puericultura, Pedagogia, Didática, Desenho, Música, Trabalhos Manuais.

A outra reforma da década de vinte foi a de 1927, realizada no governo de Júlio Prestes de Albuquerque, com Amadeu Mendes na Diretoria Geral da Instrução Pública.

A Lei n. 2.269, de 31.12.1927, reformou a instrução pública e atingiu principalmente a escola normal: simplificou o currículo das escolas normais, cujo curso passou a ser de três anos; ampliou os cursos das escolas complementares para três anos, atribuindo-lhes o regime de professores especializados por matéria; e equiparou as escolas normais livres (municipais e particulares) fundadas no Estado, às escolas normais oficiais de três anos.

Com essas alterações o currículo das escolas normais passou a compreender as seguintes disciplinas:

- Português, Caligrafia, Francês, Geografia, História da Civilização, História do Brasil, Educação Cívica, Aritmética, Álgebra, Geometria, Física, Química, História Natural, Higiene, Psicologia, Pedagogia, Didática, Música, Desenho, Ginástica e Trabalhos Manuais.

Em 1931, nova reformulação ocorreu na educação do Estado por meio do Decreto n. 4.888, de 12 de fevereiro. O tempo de duração das escolas normais voltou a ser de quatro anos, com disciplinas específicas tais como:

- Pedagogia e Psicologia, Organização Escolar e Didática e Desenho Pedagógico.

De acordo com Tanuri (1969), a década de trinta marcou época na história do ensino normal, entrando esse numa fase de reformas profundas de sua estrutura, que determinaram as grandes linhas de sua organização até a década de sessenta. A preocupação em torno do problema educacional, que crescia dia-a-dia desde o fim da Primeira Grande Guerra, atingiu o seu ápice que, como mencionado anteriormente, culminou com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” apresentado ao povo e ao governo em março de 1932. Redigido por Fernando de Azevedo e assinado por vários educadores, buscou analisar o problema da educação nacional em todos os seus aspectos (diretrizes, finalidades, princípios) tentando esboçar uma nova política educacional.

Por ocasião da reforma estabelecida pelo Decreto n. 5.846, de 21.02.1933, o ensino normal no Estado de São Paulo era de quatro anos antecedido pelo complementar e, a partir daí, passou a ser constituído de um curso de formação profissional de dois anos, posterior a uma escola primária de quatro anos e a um curso secundário fundamental de cinco.

Com essa reforma, o curso normal tornou-se eminentemente profissionalizante e voltado para a preparação do profissional da educação, sendo que a educação geral do normalista ficou por conta do curso secundário, agora obrigatório para quem pretendesse ser professor.

Esse passou a ser o currículo para o curso de formação de professores a partir de 1933, conforme os Decretos n. 5.846, de 21 de fevereiro, e n. 5.884, de 21 de abril do mesmo ano:

- 1ª Seção – Educação: Psicologia Geral e Educacional, Pedagogia, Prática de Ensino e História da Educação;
- 2ª Seção – Biologia Aplicada à Educação: Fisiologia e Higiene da Criança, Estudo do Crescimento Físico da Criança e Higiene da Escola;
- 3ª Seção – Sociologia: Fundamentos da Sociologia, Sociologia Educacional e Investigações Sociais em nosso Meio;
- 4ª Seção – Disciplinas Auxiliares: Artes Industriais e Domésticas, Desenho, Música (Canto Orfeônico) e Educação Física.

Enquanto isso, no período 1920-1936 Campinas passava por transformações políticas, econômicas e sociais que a atingiam em cheio. O desgaste do poder da elite cafeeira paulista foi irreversível a partir da queda da Bolsa de Nova Iorque em 1929 e com a diminuição dos preços de produtos primários como o café e outros.

Isso aconteceu em grande parte porque havia um excesso de produção de café no Brasil. Os altos preços eram obtidos pela política artificial de compra dos estoques pelo governo. Mas, com a queda das divisas do Brasil, não havia como manter essa política. A

base econômica da República Velha estava se deteriorando e Getúlio Vargas chegou ao poder após um golpe em outubro de 1930.

Várias medidas foram tomadas em seu governo para a recuperação da economia brasileira após a crise de 1929. Para tentar manter os preços do produto em alta, o café chegou a ser utilizado como combustível para as locomotivas e depois incinerado.

As décadas de vinte e trinta assistiram ainda a um crescimento importante do parque industrial brasileiro pois, com a urbanização, aumentou a demanda por produtos industriais sendo que boa parte desses produtos ainda vinha sendo importada. Impactos como a Primeira Guerra Mundial e outros fatores de ordem econômica levaram à substituição das importações e ao incentivo para a estruturação de um complexo industrial ativo.

A produção e a comercialização do café, entretanto, criaram as condições para o nascimento da indústria, ao propiciarem a acumulação dos capitais, organizarem um mercado de trabalho com um fluxo em grande escala de mão-de-obra livre, e garantirem, através da capacidade para importação gerada, a possibilidade de aquisição dos meios de produção e, no início, também dos bens necessários à reprodução da sua força de trabalho. A matriz do capital industrial, portanto, foi o capital cafeeiro, tanto o empregado na plantação de café quanto os que financiaram o segmento urbano.

A industrialização também foi incentivada pelo aprimoramento do sistema de transportes, facilitando o escoamento dos produtos. Essa tarefa foi inicialmente cumprida pelo sistema ferroviário, implantado para viabilizar o transporte do café para a exportação. A industrialização brasileira recebeu um impulso ainda maior com a ampliação da malha rodoviária.

Quanto ao processo de industrialização, Martins (2000) considera que Campinas foi uma das cidades que melhor representou a ascensão da indústria no Brasil. Representante de grande parcela do poder do café no país, a cidade foi palco privilegiado para os importantes acontecimentos do período.

Em função da urbanização, um dos segmentos industriais que mais cresceram no período foi o têxtil, em decorrência do avanço das pesquisas e do plantio do algodão. Campinas teve várias tecelagens instaladas nesse período, além da instalação de diversos outros tipos de fábricas.

Enfim, nos anos vinte e trinta a área urbana, que antes era limitada à atual região central e suas proximidades, foi aos poucos se ampliando com a criação de novos bairros formados pelo loteamento das antigas fazendas de café.

Ainda nesse período havia em Campinas diversas salas de projeção de filmes, sendo o cinema considerado a grande inovação artística do século XX, em sintonia com a era da industrialização (MARTINS, 2000). Novas revistas surgiram no período, como “A Onda”, de 1921 (primeira revista dedicada ao humor em Campinas).

Outro acontecimento foi a demolição do Teatro São Carlos (em 1922), uma medida extremamente simbólica, considerando que ele foi o cenário privilegiado da burguesia cafeeira durante muitos anos. Em seu lugar foi construído o Teatro Municipal de Campinas, cuja inauguração se deu em 1930, com a apresentação da ópera “O Guarani” (a obra mais conhecida de Carlos Gomes). Durante os primeiros anos, o Municipal foi freqüentado quase exclusivamente pela elite campineira e só a partir de 1935 o acesso foi democratizado. Foi demolido na década de 60.

Na educação, houve a criação do Colégio Ateneu Paulista (1921), iniciativa de Álvaro Ribeiro, juntamente com Antônio Ribeiro Júnior e Jorge Nogueira Ferraz, enquanto que o Grupo Escolar ‘Orosimbo Maia’, 4º grupo de Campinas, foi inaugurado em 1924.

Outro acontecimento importante foi que, com o golpe de 1930 que levou Vargas ao poder, o funcionamento do Poder Legislativo Municipal foi interrompido e os mandatos da legislatura 1929-1931 foram cassados. Um interventor municipal foi nomeado para dirigir a cidade entre 1930 e 1932.

No ano de 1932, Campinas se envolveu na Revolução Constitucionalista, movimento que começou com a reivindicação paulista de uma convocação para a Assembléia Constituinte, prometida por Getúlio Vargas (no poder desde 1930) e não cumprida. Houve enorme adesão de voluntários à causa na cidade de Campinas, que se envolveu também na campanha “Dei Ouro Para o Bem de São Paulo”. O movimento foi derrotado pelas tropas getulistas.

Campinas tinha, em 1900, uma população de aproximadamente 70 mil habitantes. Em 1920 esse número subiu para 116 mil habitantes e em 1936, cerca de 135 mil pessoas formavam a população da cidade.

Uma iniciativa pioneira do período foi de Adalberto Maia, que trabalhava como gerente da Casa Genoud, livraria de propriedade de dois franceses, que continha também seções de música, objetos de arte, perfumaria, brinquedos e tipografia. A Casa Genoud foi um dos principais pontos da intelectualidade campineira nas primeiras décadas do século XX. Adalberto Maia pretendia viajar para a Alemanha com o propósito de aprender as técnicas de produção dos lápis Nuremberg, além de adquirir máquinas para iniciar a confecção do produto em Campinas. Juntou-se a outros interessados na iniciativa (Lafayette Arruda Camargo, Antão de Souza Moraes, Paulo Decourt, Antão de Paula Souza, João Francisco de Almeida, Maria Eugênia de Oliveira Freitas, Rogério de Freitas, João Keating e Gustavo Roberto Sobrinho) e constituiu a empresa A. O. Maia & Cia – Indústria Nacional de Lápis. Partiu para a Alemanha e depois de alguns meses voltou ao Brasil com as máquinas propícias à confecção do lápis. Os primeiros lápis saíram de suas oficinas entre o final de 1924 e o início de 1925²⁷.

Em 1934, a Prefeitura contratou o escritório do arquiteto Prestes Maia para elaborar um novo plano de urbanismo que adequasse a cidade aos tempos modernos. O plano, que ficou conhecido como Plano Prestes Maia, ficou pronto somente em 1938.

Outro marco importante do período foi a construção do primeiro arranha-céu da cidade, pelo engenheiro Lix da Cunha em 1935. O Edifício Sant'Ana foi construído em Art Decó, na esquina das ruas Barão de Jaguará e César Bierrenbach e foi considerado marco do processo de urbanização da cidade.

Também em 1935 aconteceu a inauguração do Monumento aos Voluntários Constitucionalistas de Campinas ao lado do Cemitério da Saudade, uma realização do escultor e professor da Escola Normal, Marcelino Velez.

Em meio a tantos acontecimentos políticos, sociais, culturais e educacionais no período 1920-1936, a Escola Normal de Campinas representava uma conquista fundamental para o campineiro.

“Entre os estabelecimentos de ensino público de Campinas, figura em evidencia indiscutível, a Escola Normal, situada na praça Dr. Heitor Penteado. Atestado inilludível do

²⁷ Em 1926 a empresa recebeu um novo sócio, Joaquim Gabriel Penteado (fundador da fábrica de fogões Dako). Posteriormente, Adalberto Maia e outros sócios deixaram a empresa, que recebeu o nome de L. Faber & Cia. Ltda., antes de ser incorporada à Johan & Faber, estabelecida em São Carlos (MARTINS, 2000).

desenvolvimento que tem tido, nesta cidade, a luminosa esphera do ensino publico, outr'ora muito limitada, a Escola Normal é testemunho da ansia, do desejo ardente alimentado pela nossa mocidade para conquista do saber. Constitue ainda esse templo da instrução um dos mais uteis melhoramentos com que foi dotada a nossa terra. É, enfim, uma nota frisante do crescente progresso moral de Campinas.” (AMARAL, 1927, p.179)

A partir de 1924 a Escola Normal já estava instalada em seu atual edifício, confortavelmente localizado à Avenida Anchieta, próximo à Prefeitura Municipal de Campinas. O novo edifício foi construído devido ao aumento do número de alunos, superior à capacidade do antigo prédio, segundo o Estudo de Tombamento da Escola, elaborado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT), Processo n.21.822, de 1981.

Conforme o Estudo, o terreno escolhido para ser construído o atual edifício pertencia ao município. No dia 22 de novembro de 1919, já de posse do terreno, o governo do Estado de São Paulo lançou a pedra fundamental da Escola Normal de Campinas²⁸.

As obras do novo prédio ficaram sob a responsabilidade da então Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, cuja direção estava a cargo de Alfredo Braga.

Após o Decreto n. 2.025, de 29.03.1911, que converteu as Escolas Complementares em Escolas Normais Primárias, foram reiniciados, em 1912, os projetos para construção de edifícios de escolas normais. Ao iniciar-se a década de vinte, nove escolas haviam sido construídas ou estavam em andamento (CORRÊA, MELLO E NEVES, 1991).

Executados na capital e nas cidades do interior que apresentavam um ritmo de crescimento mais acelerado, os edifícios para grupos escolares e escolas normais constituíam um marco de referência na paisagem urbana do início do século XX.

Com algumas exceções, foram utilizados projetos padrões para as edificações escolares executadas entre 1890 e 1920 que, com variações de fachadas ou mesmo com fachadas idênticas, eram implantados em diversas localidades. Os edifícios escolares

²⁸ Brito (1973) informa que no ano de 1912 surgiu a idéia de construção de um prédio próprio para a Escola. O lugar que se delineava para a construção era o que se localizava em frente ao antigo mercadinho, hoje Largo das Andorinhas. A idéia foi amadurecendo aos poucos até que, no governo do presidente do Estado, Altino Arantes, e sendo secretário do Interior, Oscar Rodrigues Alves, destinou-se verba para o início da construção do novo edifício.

receberam, também, ornamentações próprias de diversos repertórios estilísticos, bem de acordo com o ecletismo reinante na arquitetura do período.

Para Corrêa, Mello e Neves (1991), outros fatores podem ter contribuído para a utilização dos projetos padrões como, por exemplo, a construção em massa de edifícios escolares em prazos relativamente curtos, o pequeno número de profissionais atuando nos órgãos públicos e a própria característica das edificações que permitiam, através do uso do porão alto, sua adaptação às diferentes topografias de cada lote. Por outro lado, a disponibilidade de terrenos era grande, o que facilitava tais medidas.

O programa arquitetônico dos grupos escolares era composto basicamente de salas de aula e de um reduzido número de ambientes administrativos. As edificações caracterizavam-se, sobretudo, pela simetria da planta. O fator preponderante de tal simetria era a rígida separação entre as seções masculina e feminina, exigida pelo regimento dos grupos escolares, e que obrigava a existência de alas distintas para cada sexo.

Os dispositivos do Código Sanitário de 1894 foram determinantes de algumas características comuns aos prédios escolares²⁹. Nos fundos ou nas laterais dos terrenos, dependendo do formato do lote, eram construídos galpões destinados aos exercícios de ginástica, ligados ao prédio principal por meio de passadiços cobertos. Ainda em obediência a esse Código, os sanitários eram instalados fora do corpo principal da edificação, junto aos galpões.

Entretanto, os projetos não consideravam a orientação das salas de aula quanto à insolação. Embora sendo um fator de suma importância para o conforto ambiental, o próprio Código Sanitário não fazia menção específica a esse respeito.

Além dos ambientes comuns aos grupos escolares, as escolas normais possuíam um programa arquitetônico bem mais extenso, com laboratórios, biblioteca e anfiteatro. A dimensão desses prédios e o tratamento requintado que receberam estão refletidos no

²⁹ O Código de 1894 foi o primeiro Código Sanitário de São Paulo. Até então, o que havia era o Código de Posturas de 1886, que estabelecia a obrigatoriedade do alinhamento do lote; a obrigatoriedade do porão, pois nem todos os lotes eram nivelados; e a conveniência de corredor lateral descoberto que permitisse a iluminação direta dos cômodos. O Código de 1894 trouxe, pela primeira vez, uma sistematização de exigências ligadas tanto às questões da urbanização quanto à largura da rua e relações entre essas e a altura dos edifícios, ou relacionadas à salubridade das construções, das espessuras mínimas das paredes, impermeabilizações combatendo a umidade emanada do solo, ar e luz diretos para todos os cômodos e outras providências. Entretanto, o Código trazia vícios de redação, pois exigia certas medidas mas não as regulamentava, exigia ar e luz porém não dizia como deviam ser arejados ou iluminados os cômodos, o que dava margem a muitas interpretações (LEMOS, 1999).

aspecto monumental que apresentam. Tais edifícios destacam-se pela qualidade da construção, tendo contribuído para isso os materiais de acabamento utilizados, sendo a maioria deles importado e, além disso, a quase totalidade dos projetos para grupos e escolas normais foi elaborada por arquitetos estrangeiros ou com formação européia.

O projeto da Escola Normal de Campinas foi elaborado pelo arquiteto Cesar Marchisio, que utilizou o mesmo projeto para a Escola Normal de Guaratinguetá e Escola Normal de Casa Branca, modificando apenas as fachadas. Segundo Wolff (1992), as buscas pela harmonia e pelo equilíbrio denotam aspectos da maneira de como o arquiteto via a arquitetura.

O prédio de Campinas é extremamente sóbrio. Sua sobriedade, porém, não é despojada de ornamentos e de muita elegância. Possui, ainda, elementos que o classificam como filiado ao ecletismo de feição neoclássica.

Wolff (1992) observa que a planta ganha um certo movimento, especialmente pelo esquema de pátio em um desenho tipo “E”, do qual os braços externos se deslocam, avançando ligeiramente em relação ao alinhamento (figura 13, p.46 e figura 14, p.47).

Implantado num terreno relativamente pequeno para suas amplas dimensões, o prédio localiza-se de forma que o acesso central, principal, situa-se no eixo de uma rua perpendicular a sua fachada. Para Wolff (1992), a percepção desse fato e de suas potencialidades visuais associada à idéia de inclusão de um relógio em sua fachada principal, prestaram-se a uma discussão sobre estética e harmonia na Diretoria de Obras Públicas. Marchisio acreditava que, esteticamente, o relógio não deveria fazer parte da construção, exatamente por causa da localização do edifício.

O ofício abaixo fornece uma idéia da discussão que ocorreu no período sobre a colocação ou não do relógio (figura 15, p.48):

“Sr. Diretor

Conforme lhe foi determinado, o Escritório fez vários estudos para a colocação do relógio, na parte superior do corpo central do edificio da Escola Normal de Campinas.

De todos esses estudos o que lhe pareceu melhor, é que vos remete, e que por isso mesmo o detalhou completamente.

Entretanto, se bem quem em desenho ofereça um bom aspecto, o escritório sente-se na obrigação de acentuar que, ao natural, essa solução vai concorrer para sobrelevar um corpo

que de si era concebido como secundário, dando-lhe uma importância que não tem e nem devia ter, tornando com essa atribuição – feita com detrimentos dos corpos principais e conseqüentemente do conjunto do edifício – o seu corpo principal. Aliás a disposição de suas massas arquitetônicas e muito principalmente as suas linhas de sombra não consentiriam nunca que se lhe emprestasse esse caráter, porque não se compreende que um corpo principal – um corpo de destaque – se mantenha escondido e mergulhado na sombra que sua reentrância determina.

Afigura-se-lhe portanto, ilógica, conquanto pareça mais bonita e quiçá mais aproveitável. É como se vê, uma situação em que muito difícil – senão impossível – se torna reunir o útil ao agradável, porque as leis da estética brigam com a única vantagem que oferece, e que é de ser visto de mais longe.

O Sr. Diretor tomará essas notas na consideração que merecerem e decidirá como julgar acertado.

A solução anterior, mais conforme com o projeto geral, orçou-a o Escritório em Rs:4:675\$000 Rs (sic); esta, irá a 7:136\$100 Rs visto exigir a criação de uma água furtada e a recomposição do guarda-corpo no terraço do pavimento alto.

São Paulo, 12 de junho de 1922.

Achiles Nacarato (Eng. Chefe Interino do Escritório) ”³⁰

Entretanto, a defesa daquilo que acreditavam ser uma solução arquitetonicamente correta não foi levada em consideração, pois entrou em confronto com o desejo das autoridades. Após uma reunião, deliberou-se pela inclusão do relógio na platibanda do prédio.

Essa passagem ilustra mais que seu próprio episódio e confronta-se com a visão corriqueira sobre a arquitetura eclética, vista pejorativamente como um amontoado impensado de elementos ornamentais provenientes de diferentes períodos ou culturas. Como qualquer outro momento da história da arquitetura, o ecletismo tinha suas leis e dogmas que a alguns aprisionava e que aos mais criativos proporcionava parâmetros para concepções de muito boa qualidade (WOLFF, 1992). Mais ou menos felizes em seus resultados, as composições não eram fruto do acaso.

De acordo com o Estudo elaborado pelo CONDEPHAAT, Marchisio seguiu o estilo neo-renascentista, convencionado pelo ecletismo dominante na arquitetura do começo do

século, utilizando-se ainda de uma série de elementos decorativos e de composição. Utilizou-se também de alguns ornamentos como o relógio e o desenho do gradil na entrada principal. O acabamento do forro e do piso, os degraus em mármore e os painéis decorativos existentes nas paredes do vestibulo, revelam o tratamento especial que o arquiteto deu à Escola (figura 16, p.49).

Segundo Camargo (1993), “*na época, a Carlos Gomes era considerada uma das três melhores construções escolares do Estado*”. O mármore das escadarias foi importado de Carrara, na Itália, a madeira dos assoalhos e forros era trazida de Riga, na Lituânia, os ladrilhos vieram da Alemanha e os móveis foram construídos em marcenarias especializadas da Áustria. As molduras, colunas e arremates nas paredes e janelas seguiram criteriosamente o estilo clássico europeu (VERZIGNASSE, 1996; CAMARGO, 1993; e FARJALLAT, 1997c).

No início das obras, o construtor era o engenheiro Gabriel Penteado e, em sua conclusão, o engenheiro Torelli Danucci. As obras complementares estiveram a cargo de Quirino Simões e os murais que ornaram a entrada principal e a do auditório de festas foram de autoria do pintor italiano Carlos De Servi (RANGEL, 1971a).

Conforme o Estudo do CONDEPHAAT, depois de passar por um período de quase abandono, as obras ganharam novo impulso quando Heitor Penteado esteve à frente da Secretaria da Agricultura. Em seu livro ‘*Campinas: Recordações*’, Amaral (1927) relata que a praça onde se encontra a Escola recebeu o nome de “Praça Heitor Penteado”, em homenagem a esse campineiro a quem se deve o apoio para a conclusão do edifício. Hoje, o local é conhecido como Largo das Andorinhas.

No dia 14 de abril de 1924, inaugurava-se o edifício da Escola Normal de Campinas³¹ que, em termos arquitetônicos, correspondia aos ideais educacionais dos primeiros anos da República no Brasil (figura 17, p.50). Na solenidade de inauguração, esteve presente o próprio presidente do Estado, Washington Luís.

“A inauguração oficial do novo edifício revestiu-se de muito brilhantismo e foi effectuada a 14 de abril de 1924, á noite.

³⁰ Processo nº 656, Caixa 357 DOP, ano 1920, fls.73, *apud* WOLFF, 1992, p.47.

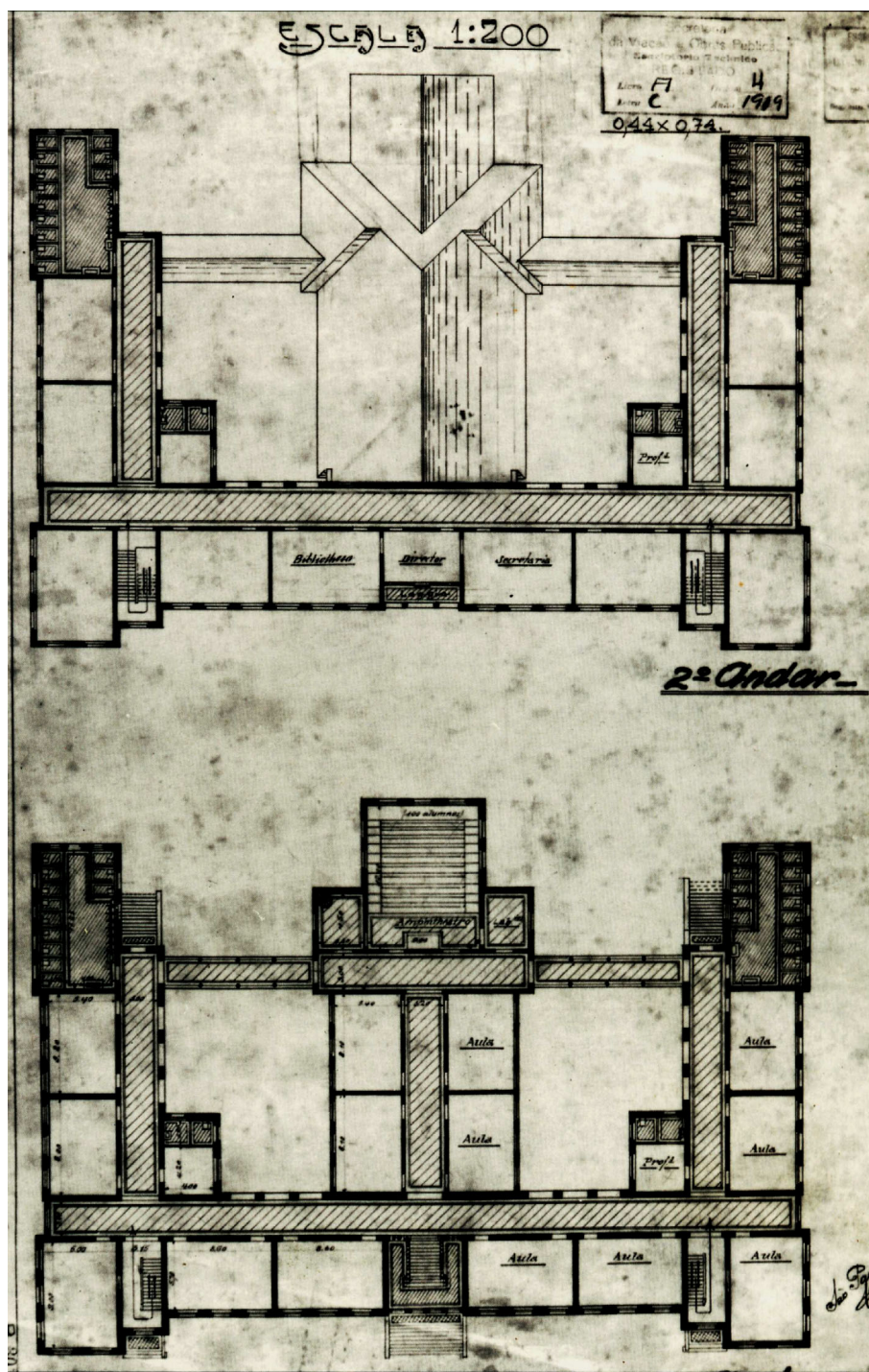
A elegante fachada ostentava feérica iluminação, assim também os salões, garridamente ornamentados. Havia flôres em profusão, dando a nota da alegria geral, musicas que enchiam de harmonias o recinto, discursos patrioticos. O povo apinhado na praça, associava-se prasenteiro ao contentamento official. As acclamações e os vivas ao presidente do Estado, aos seus secretarios irrompiam freneticamente da multidão.

Alli compareceu, em pessoa, o dr. Washington Luis com os Secretarios da Agricultura e do Interior, General Nerel e outros, que contribuiam para maior brilho da cerimonia inaugural. Satisfeito e sensibilizado ante as demonstrações affectivas e respeitosas, o sr. dr. Washington Luis, agradeceu com palavras cordiaes a espontaneidade do povo que o homenageava. Rarissimas são as occasiões, como aquella, em que há dessas explosões de entusiasmo popular.” (AMARAL, 1927, p.186-187)

Observa-se a importância que a Escola Normal tinha para a cidade de Campinas naquele período. Segundo relato de ex-alunas, a Escola marcou época e estudar lá era sinal de esforço e competência (A ESCOLA..., 1985).

Em 19 de maio de 1936, por decreto do governador do Estado, Armando Salles de Oliveira, a Escola Normal de Campinas passou a chamar-se Escola Normal “Carlos Gomes”, em homenagem a esse músico campineiro. Aqui, completa-se o período delimitado para este trabalho.

³¹ O prédio é tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT, 13.05.1982), e pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC, 24.04.1997), de acordo com o Processo de Tombamento n.3/97, do CONDEPACC.



³² Fonte: CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de, e NEVES, Helia Maria Vendramini, 1991, p.143.



Figura 14 – Vista panorâmica da Escola Normal de Campinas que, ainda hoje, impressiona pela sua monumentalidade³³.

³³ Fonte: ROVERI, 1997. Foto: Waldemar Padovani.

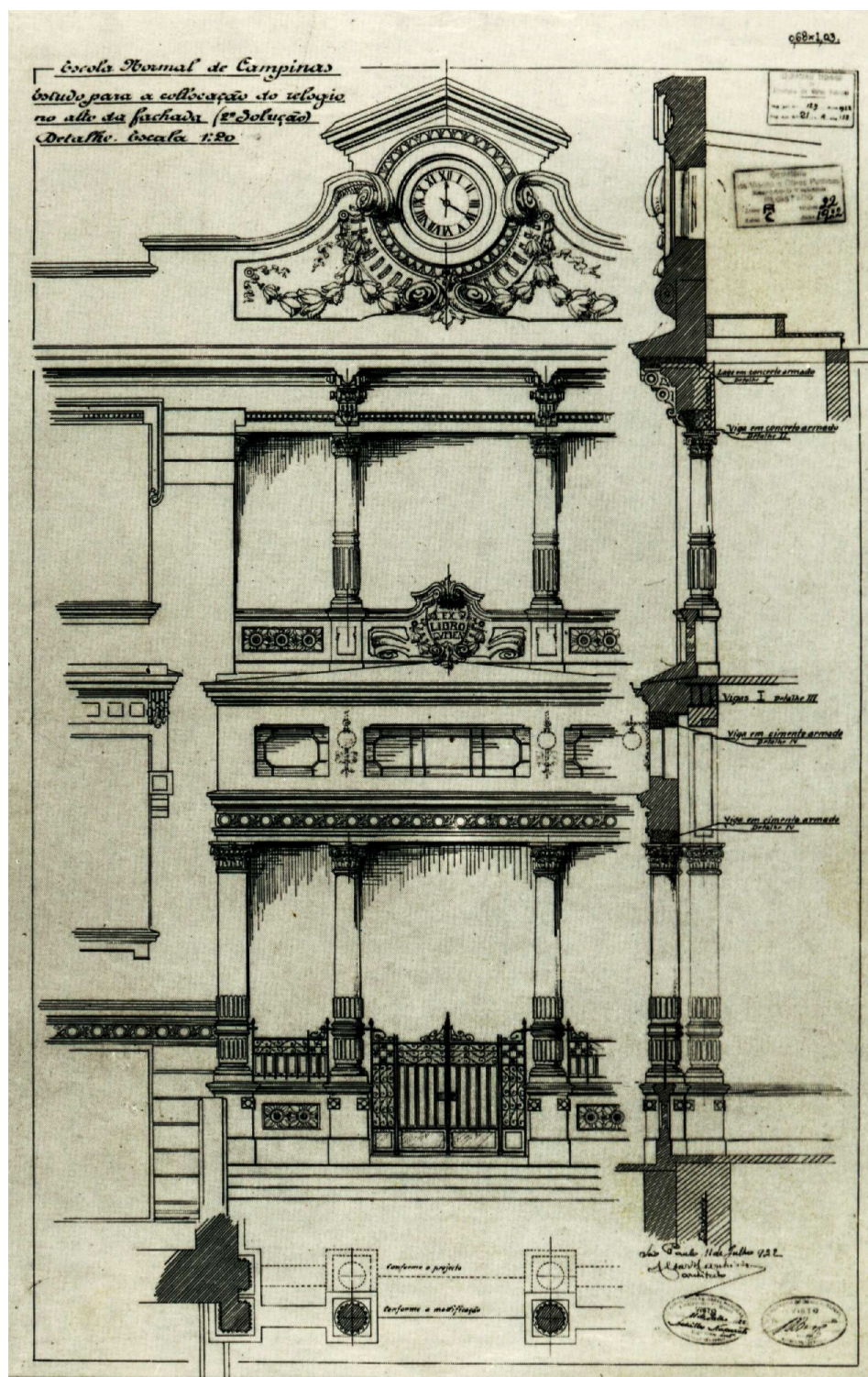


Figura 15 - Estudo para colocação do relógio³⁴.

³⁴ Fonte: CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de, e NEVES, Helia Maria Vendramini, 1991, p.143.



Figura 16 – Os degraus em mármore e o painel decorativo existente na parede do vestíbulo revelam o tratamento especial dado a determinados espaços³⁵.

³⁵ Idem, p.142.



Figura 17 - Fachada da Escola Normal de Campinas em 1923³⁶.

³⁶ Acervo da biblioteca da Escola Estadual "Carlos Gomes", seção Periódicos.

Capítulo 3 - Os espaços da velha Normal

ESCOLA NORMAL

*“Querida casa, esta, há sete anos
entre suas paredes me abriga.
Hoje, meus ideais são soberanos
E é ela ainda a minha mesma amiga*

*Mostram-se os corredores como humanos
ante a suave convivência antiga
Com a mocidade dos ledos enganos
A que a desilusão logo castiga.*

*Passaram gerações moças e fortes
Sob este grande teto iluminado,
Onde o estudo lhes marcou as sortes,*

*Buscando um rumo firme e abençoado.
Vou partir, procurar caminhos nortes,
Aqui fica o melhor do meu passado...”³⁷*

Conforme visto anteriormente, a antiga Escola Normal de Campinas nasceu da proposta de criação de uma escola complementar, apresentada na Câmara Municipal em março de 1901 pelo então vereador Carlos Kaysel, e encaminhada ao governo estadual. Tendo recebido o apoio do secretário do Interior, Bento Pereira Bueno, foi transformada na Lei n. 861, de 12 de dezembro de 1902, e promulgada por Bernardino de Campos, presidente do Estado. Estava criada a Escola Complementar de Campinas.

Tendo funcionado até 1911, a Escola passou a ser chamada de Escola Normal Primária de Campinas após o Decreto n. 2.025, de 29.03.1911, que converteu as Escolas Complementares em Escolas Normais Primárias.

³⁷ Esta poesia é de autoria de Sólon Borges dos Reis, ex-aluno da Escola Normal de Campinas, da turma de 1935. Foi dedicada à D. Maria Giudice Cavalcanti Albuquerque, professora de Música daquela Escola (hoje falecida). (REIS, 1992)

Outra reforma que introduziu mudanças no currículo, tempo e denominação da Escola foi a Reforma Sampaio Dória (Lei n. 1.750, de 08.12.1920). Realizada no governo de Washington Luís, uniformizou as escolas normais, transformando-as num tipo único. As escolas normais primárias e as secundárias tornaram-se unicamente escolas normais.

A Escola Normal Primária passou a ser denominada Escola Normal de Campinas, tendo permanecido com essa denominação até 19 de maio de 1936, quando passou a chamar-se Escola Normal “Carlos Gomes”, em homenagem ao músico campineiro.

Também foi visto anteriormente que a Escola permaneceu no antigo sobrado localizado às ruas Treze de Maio e Francisco Glicério em que provisoriamente funcionava, até 14 de abril de 1924, quando foi inaugurado o edifício próprio da Escola Normal. O edifício, cujo projeto foi de autoria do arquiteto Cesar Marchisio, correspondia aos ideais educacionais dos primeiros anos da República no Brasil.

Wolff (1992) informa que a arquitetura escolar pública pioneira de São Paulo visou atender a objetivos pragmáticos, com a construção de espaços adequados para o ensino, mas também a intenções de natureza simbólica, posto que devia representar positivamente a ação governamental que a gerava.

De acordo com a autora, o início do regime republicano no Brasil trouxe discussões nas esferas governamentais sobre a educação pública, que assumiu uma dimensão geradora de uma ação mais efetiva. Esse período possuía uma reduzida experiência local, porém o contexto internacional estava pleno de exemplos nos quais o Brasil podia se inspirar, de forma que as realizações estrangeiras constituíram referências para os planos nacionais, tanto na elaboração de seus programas didáticos quanto nos projetos arquitetônicos deles decorrentes.

O ensino público estava legalmente implantado em grande parte da Europa no final do século XIX, sendo que os três temas fundamentais eram a obrigatoriedade, a laicização e a gratuidade do ensino.

As idéias criadas no mundo cosmopolita europeu e norte-americano estabeleceram as raízes do pensamento educacional republicano brasileiro. Como o próprio desenvolvimento de seu processo político, que mesclava programas ideológicos franceses e o liberalismo norte-americano, o sistema escolar brasileiro adaptou as soluções educacionais experimentadas em outros países.

Desejando modernizar-se à semelhança dos países europeus, em especial o modelo francês, o Brasil foi influenciado também na arquitetura. O desenvolvimento desta na França e na Europa como um todo, a partir da segunda metade do século XIX, foi a expressão concreta de um momento de intensas transformações sociais e de crise de valores.

A sociedade francesa, em transformação, não tinha mais suas classes sociais tão estratificadas como antes e os palácios e castelos, reduto da nobreza, agora podiam ser reproduzidos de acordo com o gosto da burguesia ascendente. Foram construídos palacetes urbanos e vilas rurais de aparências requintadas, inspiradas nos padrões ecléticos da arquitetura dos nobres do passado.

Outros espaços começaram a surgir e também exigiam sedes suntuosas. O poder burguês solicitava a construção de prédios públicos, de acordo com as novas administrações da administração civil e, para tanto, foram construídos fóruns, cadeias, hospitais, asilos, escolas, repartições públicas e prefeituras.

Wolff (1992) lembra que nesse panorama de transformações estabeleceram-se as tipologias arquitetônicas, cujas soluções espaciais incorporaram-se aos novos conhecimentos científicos a respeito da higiene e do conforto ambiental.

A concepção dessa nova arquitetura, marcada por um espírito investigador e questionador, estava baseada no pensamento filosófico positivista de Augusto Comte. Desenvolveram-se idéias que buscavam a racionalidade da arquitetura iluminista ao mesmo tempo em que ocorria um cancelamento do dogma da arquitetura clássica. Instalou-se uma mentalidade científica de pesquisa por soluções lógicas e práticas, que fazia parte do próprio clima da época.

A nova concepção, de dimensão científica e naturalista, criou a denominada arquitetura eclética, com correntes de opção estética racionalista, precursora da arquitetura moderna, neogótica ou clássica. As duas primeiras opções foram amplamente utilizadas, sobretudo na construção de prédios escolares, e possuíam a preocupação de reduzir cada espaço às características ideais e precisas para o seu perfeito funcionamento e localização. Já a terceira opção foi a referência fundamental para a concepção arquitetônica de edifícios públicos, pois estes deveriam transmitir a força das instituições e a integridade das administrações.

Ainda em relação aos prédios escolares, as questões de higiene e da distribuição ideal do espaço foi uma busca que, aos poucos, configurou uma arquitetura de características próprias.

Na Europa do final do século XIX, surgiram propostas de arquitetura escolar cujas normas estavam estabelecidas nos regulamentos oficiais. Tais propostas foram amplamente divulgadas, tanto na imprensa quanto nos manuais e publicações específicas sobre o assunto (WOLFF, 1992).

Algumas das publicações apresentavam e analisavam exemplos de projetos de prédios escolares já realizados e expunham, em detalhes, as condições arquitetônicas, desde a seleção de um terreno adequado à implantação do edifício, até as técnicas para impermeabilização das paredes das instalações sanitárias, passando pela dimensão das salas de aula, das janelas, do espaçamento ideal entre as carteiras, das suas medidas específicas, da capacidade ideal de alunos por sala, das prescrições quanto à iluminação e ventilação, do posicionamento das salas em relação aos eixos de circulação e de tudo o mais que dissesse respeito ao bom funcionamento de um estabelecimento de ensino.

No Brasil essas idéias, sobretudo francesas, faziam parte das notícias cosmopolitas que aqui chegavam e influenciaram na construção de escolas do início da República. Já as formas de circulação das experiências européias na construção de edifícios escolares chegaram em território brasileiro de diversas maneiras.

Um exemplo é o do arquiteto Ramos de Azevedo que, tendo se formado na Europa, de lá trouxe vários livros e compêndios de arquitetura.

Além disso, inúmeros arquitetos europeus prestaram consultorias às administrações do Brasil, especialmente em 1911, ano de muitas construções escolares no Estado de São Paulo.

Aqui circularam regulamentos para a construção de escolas, que tratavam da implantação e escolha do terreno, orientação, sistema de iluminação natural das salas de aula, esquema de circulação, áreas de pátio de recreio e localização e quantidade de sanitários.

Esses itens básicos definiam, em termos espaciais, a composição da arquitetura escolar, cujas orientações eram regidas pela questão da higiene das construções: os prédios deveriam ser muito arejados, muito iluminados e muito salubres.

A arquitetura escolar compreendia, predominantemente, salas de aula organizadas por um eixo de circulação, por alguns espaços administrativos e por áreas abrigadas ou descobertas para recreio e exercícios físicos e, quanto mais adiantada a modalidade educacional (superior, elementar ou secundária), mais salas especializadas como, por exemplo, bibliotecas, salas de música e de trabalhos manuais.

Wolff (1992) observa que a arquitetura escolar pública nasceu convicta do papel de propagar a ação de governos pela educação democrática. Como prédio público, devia divulgar uma imagem de estabilidade e nobreza das administrações. O investimento para atingir esses objetivos residia na composição de sua aparência. Um dos atributos que resultam desta busca é a monumentalidade.

Tanto na Europa quanto no Brasil notam-se as preocupações com as fachadas, cujas composições se recorria a fundamentos acadêmicos como a utilização de eixos de simetria, de plantas e volumes modulares, de ornamentação alegórica, de caracterização precisa de uma fachada principal e, relativamente, de escala monumental.

A arquitetura escolar deveria cumprir, entre muitas funções, uma papel de divulgação, deveria impressionar. Há uma analogia entre o espaço escolar e os espaços religiosos. Na arquitetura das escolas públicas, espaços desenvolvidos no conjunto das reformas políticas, ditas democráticas, o que se almejava era a reverência, o respeito e a evidência alcançados pelas igrejas e conventos através da monumentalidade.

A escola pública e leiga, que visava a um distanciamento da tradição da educação religiosa, da Igreja e de seu vínculo com estruturas de poder cuja superação era almejada, delas se aproximou em sua configuração e buscou inspiração em seus espaços consagrados para construir a sua imagem, tornando-se locais de sobriedade e valores eternos, que deveriam impressionar, causar admiração e fazer aflorar sentimentos, emocionar, assim como os espaços da arquitetura religiosa.

Uma grande preocupação dos republicanos desse período concentrou-se no ensino básico, sendo a primeira providência o reconhecimento da importância da formação de professores. Era preciso fortalecer e reorganizar a Escola Normal.

Nos anos dez e vinte a implantação de uma unidade de ensino profissionalizante normal em um município do interior significou uma grande conquista para a comunidade local e coube a esses estabelecimentos o papel de impulsionar o progresso, inserir pequenas

comunidades num circuito intelectual. A profissão assumia um contorno feminino de forma crescente e as escolas atraíam, para as cidades em que se sediavam, moças que, não raro, deslocavam-se de suas cidades natais em busca de uma das poucas profissões admitidas para mulheres no período.

Para os municípios-sede das escolas normais afluíam professores e outras pessoas que impulsionavam a vida das comunidades. Para acomodá-los proliferavam as pensões, para atendê-los aquecia-se o comércio e aumentava-se o número de construções. As escolas normais promoviam um crescimento mais amplo, que atingia suas cidades como um todo, e passavam a funcionar como pólos de atração regional.

A arquitetura dessas escolas cumpria um amplo papel. Não apenas organizavam funcionalmente o programa de ensino, como também deviam expor claramente a importância que se atribuía a seus objetivos. Deviam destacar-se no âmbito das comunidades em que se implantavam e ser lembradas à distância.

Inicialmente, as novas escolas normais funcionaram em prédios adaptados, numa continuidade das complementares pré-existentes, mas aos poucos investiu-se em construções dignas de consolidar as amplas expectativas representadas por essas instituições. Em Campinas, não foi diferente.

Também Escolano (1998) analisa a arquitetura escolar. Embora no presente estudo eu não siga exatamente o caminho apontado pelo autor, o de que a arquitetura pode ser entendida como um programa educador, considere relevante trazer algumas de suas idéias para reflexão. Idéias como, por exemplo, a de que a arquitetura escolar expressa e reflete determinados discursos que, em sua materialidade, instituem um sistema de valores como ordem, disciplina e vigilância, além de refletir, também, as inovações pedagógicas em seu espaço educativo.

Os espaços educativos estão dotados de significados e transmitem uma quantidade importante de conteúdos e valores, ao mesmo tempo em que impõem suas leis como organizações disciplinares.

O espaço disciplinar é parte integrante da arquitetura escolar e pode ser observado tanto na separação das salas de aula, por graus, sexos ou características dos alunos, quanto na disposição regular das carteiras. Tal organização do espaço controla os movimentos e os gestos e faz da escola um lugar de poder.

Para Escolano (1998) o edifício-escola, a sua localização e disposição, precisam ser examinados como um elemento curricular, cultural e pedagógico, não só pelos condicionamentos que suas estruturas induzem como também pelo papel de simbolização que desempenha na vida social.

Isso significa que toda a importância e atenção que são dadas à construção de um edifício escolar, como no caso da construção do prédio da Escola Normal de Campinas (detalhes referentes à fachada, à decoração interior, etc), trazem a idéia de que a dignificação da arquitetura escolar acrescentará prestígio do professor e elevará a estima dos alunos para com a educação.

Além disso,

“O edifício-escola, como se sabe, serviu de estrutura material para colocar o escudo pátrio, a bandeira nacional, as imagens e pensamentos de homens ilustres, os símbolos da religião, algumas máximas morais e higiênicas, o campanário e o relógio... Isso expressa toda uma instrumentação da escola a serviço dos ideais nacionais, religiosos e sociomorais.”
(ESCOLANO, 1998, p.40)

O relógio, por exemplo, não só facilitou o cômputo das horas como levou a uma revolução na auto regulação das atividades humanas e na própria organização social, de forma que, naquele período, todos os edifícios emblemáticos da comunidade incorporaram o relógio como um elemento bem visível nas torres, frontispícios ou outro local de destaque em suas fachadas.

Ao ser incorporado ao edifício-escola, o relógio funcionava como um organizador da vida da comunidade e também da vida dos alunos, pois marcava as horas de entrada e de saída na escola, os tempos de recreio, os tempos de aula e todos os momentos da vida da instituição. A ordem temporal se uniu à do espaço para regular a organização escolar. A arquitetura serviu-se de um dos signos culturais de maior impacto na organização da vida coletiva, que tinha ainda uma função pedagógica que se acrescentava às intenções educadoras das estruturas espaciais das instituições (ESCOLANO, 1998).

Um outro estudo sobre arquitetura escolar foi realizado por Viñao Frago (1998), do qual procuro alguns aspectos que considere relevantes nesse momento do trabalho. Por exemplo, a de que qualquer atividade humana precisa de uma dimensão espacial

determinada, de forma que a atividade educativa também possui, como elemento constitutivo, um espaço e um tempo próprios.

A ocupação e a utilização do espaço supõe a sua constituição como lugar e o que leva um ao outro é uma construção. A instituição escolar ocupa um espaço projetado ou não para tal uso, e um lugar, por ser um espaço ocupado e utilizado.

Sobre a questão do espaço e tempo escolares,

“São muitas as influências e entrecruzamentos entre o espaço e o tempo. Mas ao menos em relação ao passado, não captamos a duração em si mesma; podemos medi-la, segmentá-la, mas carecemos de memória acerca da duração. O que recordamos são espaços que levam dentro de si, comprimido, um tempo. Nesse sentido, a noção do tempo, da duração, nos chega através da recordação de espaços diversos ou de fixações diferentes de um mesmo espaço. De espaços materiais, visualizáveis. O conhecimento de si mesmo, a história interior, a memória, em suma, é um depósito de imagens. De imagens de espaços que, para nós, foram, alguma vez e durante algum tempo, lugares. Lugares nos quais algo de nós ali ficou e que, portanto, nos pertencem; que são, portanto, nossa história.” (VINÃO FRAGO, 1998, p.63)

Disso resulta que a tomada de posse do espaço vivido é um elemento determinante na conformação da personalidade e mentalidade dos indivíduos e dos grupos, pois vai desde os limites físicos do próprio corpo até o espaço mental dos projetos. Desse modo, o lugar é uma construção social e o espaço jamais é neutro, uma vez que carrega em sua configuração como lugar, signos, símbolos e vestígios da condição e das relações sociais de e entre aqueles que o habitam.

Todas essas questões, lembra Viñao Frago (1998), podem ser referidas ao âmbito da escola como lugar, à sua configuração arquitetônica e à ordenação espacial de pessoas e objetos, de usos e funções que têm lugar em tal âmbito. Indicam, ainda, alguns dos aspectos que fazem da escola um espaço peculiar e relevante, especialmente quando se tem em conta que nela se permanece durante aqueles anos em que se formam as estruturas mentais básicas das crianças, adolescentes e jovens. Tais estruturas mentais são conformadas por um espaço que socializa e educa, além de situar e ordenar com essa finalidade específica a tudo e a todos quantos nele se encontram.

Onde se aprende e se ensina sempre é um lugar, mas tal lugar sofreu variações no tempo, tanto para os professores quanto para os alunos. Para o professor ou mestre itinerante, a escola não precisava de um lugar específico pois, nela, os lugares variavam em função dos objetivos, alunos e matérias. Não que qualquer lugar fosse válido, mas houve espaços que, num determinado momento, foram mais adequados que outros ou foram aconselhados como lugares de ensino (VIÑAO FRAGO, 1998).

Contudo, a noção de lugar, a localização num espaço determinado e configurado para tal fim é um dos elementos mais característicos da instituição escolar. Disso resulta que a instituição escolar e o ensino só merecem esse nome quando se localizam ou se realizam num lugar especificamente pensado, desenhado, construído e utilizado exclusivamente para esse fim. Porém, lembra o autor, nem sempre foi assim, pois se recorreu muito a edifícios e locais não pensados na sua origem como escola, mas que por diferentes meios destinaram-se total ou parcialmente ao ensino.

A Escola Normal de Campinas inicialmente funcionou num sobrado alugado pela Câmara Municipal.

A ex-aluna da turma de 1922, Ilse Foster Holtmann, que estudou no antigo sobrado, comentou em relato em jornal:

“A nossa escola (...) funcionava num sobradão velho com salas de aulas grandes e arejadas, adaptadas às necessidades de ensino. Uma escada de madeira muito barulhenta nos conduzia todos os dias ao andar de cima. No térreo, ficava o pátio de recreio. Ali eram dadas as aulas de ginástica (...).”³⁸

Entretanto, a aceitação da necessidade de um espaço e de um edifício próprios, escolhidos e construídos especialmente para serem uma escola, foi, historicamente, o resultado da confluência de diversas forças ou tendências. Algumas mais amplas, de caráter social, como a especialização ou segmentação das diversas tarefas ou funções sociais e a autonomia das mesmas, umas em relação às demais; e outras mais específicas em relação ao âmbito educativo, como a profissionalização do trabalho docente.

³⁸ Relato de Ilse Foster Holtmann (FARJALLAT, 1973a).

No caso da Escola Normal de Campinas, tem-se ainda o fato de que a construção do edifício próprio foi devido também ao aumento do número de alunos, que se tornou superior à capacidade do antigo prédio.

Nota-se, nas falas dos ex-alunos da Escola Normal de Campinas, seja por artigo em jornal ou nos depoimentos coletados, que havia um respeito muito grande em relação ao edifício da escola, mesmo quando a instituição ainda não funcionava em prédio próprio.

A instituição era tida como “*Templo de Luz*”, “*templo da instrução*”, “*casa amiga*”, “*lugar majestoso*”, “*luminosa esfera do ensino público*”, entre outras denominações. Dela, saíam os “*heróis anônimos da República*” (SOUZA, 1998).

*“A escola, era, então, risonha e agradável – ao menos, sempre assim nos pareceu. Possuía uma atração muito grande para todos nós, era como um lugar sagrado de muito respeito, espécie de templo, tal qual a definem alguns poetas, hoje tidos como ultrapassados.”*³⁹

Lurdes Dória Passos, ex-aluna da turma de 1921, que estudou no antigo casarão em que funcionou a Escola Normal, em relato em jornal dizia:

*“Sempre considerei o Instituto, um estabelecimento de ensino de ótimo padrão. Tive muitos momentos bons durante meu tempo de estudante e o casarão já velho da Francisco Glicério tinha um quê de aventura, com suas enormes escadas de madeira, seu grande pátio cimentado, que encantavam às jovens estudantes.”*⁴⁰

A Escola era vista como fator de elevação do prestígio do professor e, além de dignificar a profissão, provocava a estima dos alunos, que participavam ativamente dos desfiles cívicos que esta promovia (figura 18, p.68).

Instalados já no novo prédio, de estilo neo-renascentista, que era o estilo dominante na arquitetura do começo do século, a ex-aluna Célia Siqueira Farjallat, da turma de 1935, comenta que:

³⁹ Relato de Célia Siqueira Farjallat (FARJALLAT, 1973b).

⁴⁰ Relato de Lurdes Dória Passos (IECG..., [1971]).

“O prédio [novo] realmente é fascinante. A arquitetura dele é muito boa, comparável a de poucas escolas no Estado. Uma delas é a Caetano de Campos, faz lembrar bem a arquitetura da Escola Normal. E era muito respeitada, tanto que atualmente existe uma grade, grade de ferro. Naquele tempo não precisava grade, não. Começa que ali não era avenida, era rua ainda. E era mais larga a parte da calçada. A rua ‘comeu’ um pedaço da calçada da Escola. Era muito respeitada. Em gravuras antigas talvez, fotos antigas, talvez mostrem os alunos indo para a Escola, de uniforme, carregando sua pasta de livros. Era tudo respeitado.”⁴¹

Como foi dito anteriormente, para a construção do edifício foram utilizados materiais importados como, por exemplo, o mármore das escadarias, que era de Carrara, na Itália; a madeira dos assoalhos e forros trazida de Riga, na Lituânia; os ladrilhos da Alemanha, além das molduras, colunas e arremates nas paredes e janelas que seguiam o estilo clássico europeu, o que reforça uma vez mais o grau de importância da Escola, cujo nível de construção e riqueza dos ornamentos eram comparáveis aos edifícios públicos de maior importância e às residências dos barões do café. A riqueza e o requinte dos detalhes podem ser verificados ainda hoje (figura 19, p.68, figuras 20 e 21, p.69 e figura 22, p.70).

Quanto ao mobiliário, construídos em marcenarias especializadas da Áustria, este refletia a monumentalidade da arquitetura externa, além de revelar determinados hábitos e costumes que se pretendia disseminar entre os alunos, especialmente os objetos relacionados à manutenção da limpeza e higiene. Célia se recorda que:

“O mobiliário escolar era muito respeitado pelos alunos. E não usavam riscar com gilete, com canivete, colocar o nome, rabiscar, nada disso! Tanto que muitas cadeiras do Anfiteatro ainda são daquele tempo. Se vocês forem lá, vocês notem as iniciais na cadeira. Outras não resistiram ao tempo e foram substituídas. As carteiras eram de madeira escura e havia um buraco redondo logo acima, na parte superior, e ali punham os tinteiros, porque não havia as canetas modernas. De jeito nenhum. A gente escrevia com caneta e com pena de aço e uns traziam de casa a tinta mas, em geral, havia um tinteirinho e por isso que a carteira antiga tem um buraco, tem uma roda. Ali havia o tinteiro, feito de vidro, e a tampinha dele era de metal amarelo.”⁴²

⁴¹ Depoimento de Célia Siqueira Farjallat, 23.05.2002.

⁴² Idem.

Célia sempre estudou na Escola Normal de Campinas. Lá, fez o curso primário, o curso complementar e o curso normal. Mais tarde, foi professora de inglês na mesma instituição. Lecionou ali até 1977⁴³. Em relação ao curso primário, ela se lembra que:

“A Escola Primária Modelo, anexa à Escola Normal, funcionava exatamente onde hoje está. As classes não mudaram nada. Só as gerações sucederam-se, alisando os mesmos bancos, subindo as mesmas escadas, brincando no mesmo pátio, festejando as mesmas datas cívicas.” (FARJALLAT, 1973b)

Ainda quanto ao primário ela se recorda que:

“As classes eram rigorosamente separadas: só meninas, ou só meninos. Nem no recreio podiam ficar juntos.” (FARJALLAT, 1982)

A separação por sexos cumpria a prescrição legal da época e era um requisito de natureza moral e social que condicionou toda a disposição arquitetônica das escolas, cujas plantas demarcavam uma ala para meninos e uma ala para meninas e, muitas vezes, apresentavam entradas também independentes.

O espaço interno da velha Normal de Campinas (figura 23, p.71) era composto basicamente de salas de aula, laboratórios, biblioteca e anfiteatro. Possuía ainda ambientes administrativos, um salão com aparelhos para exercícios de ginástica, que também podiam ser realizados num pátio cimentado, e os sanitários.

O uso do espaço corresponde às relações de hierarquia e poder (SOUZA, 1998). A sala de aula é território de alunos e professores de determinado ano e seção, a sala de professores é espaço docente e o gabinete da diretoria é o território da autoridade.

A sala de aula, construída dentro dos padrões da época, possuía grandes janelas e era composta geralmente por uma mesa para o professor, um armário onde se guardavam

⁴³ Foi, também, cronista do jornal Correio Popular, de Campinas, atividade que mantém até hoje. Escreveu inúmeros artigos sobre a Escola Normal do seu tempo. A biblioteca do Centro de Memória da Unicamp (CMU) possui, em sua Hemeroteca, um acervo de recortes de jornais sobre a antiga Escola Normal de Campinas. Exceto algumas falas das entrevistas que realizei com os ex-alunos Célia Siqueira Farjallat, Sólton Borges dos Reis e o ex-diretor Wellman Galvão de França Rangel (período 1949-1966), que estarão identificadas ao longo do texto como sendo retiradas dos depoimentos, as demais informações são provenientes desse acervo de recortes de jornais que o CMU mantém.

materiais indispensáveis ao ensino, carteiras e cadeiras para os alunos, além da lousa, livro de chamada e livros de leitura, era o espaço onde pretendia se desenvolver nos alunos noções de ordem, limpeza e disciplina, padrões de comportamento considerados civilizados.

Para a instalação do novo prédio, o então diretor, professor João Augusto de Toledo, solicitou, em 29 de julho de 1922, ao Diretor do Almoarifado da Secretaria do Interior, Alfredo Machado, que fossem enviadas cento e oitenta carteiras individuais para a Escola Normal, cento e trinta e cinco para a Escola Complementar, quarenta e duas para cada classe do curso médio do Grupo Modelo e vinte e uma carteiras duplas para cada classe do curso primário do Grupo Modelo⁴⁴ (LIVRO DE REGISTRO..., 1918-1923, fl.453).

Quanto à sala dos professores, espaço dos docentes, foi solicitado quatro meia-mobílias, seis porta-chapéus, quatro gaveteiras e oito mesas pequenas.

O gabinete do diretor, lugar em que este dirigia a Escola com autoridade absoluta, era onde eram recebidos os inspetores de ensino, os professores, os pais, as autoridades políticas, os funcionários da escola e os alunos indisciplinados. A diretoria, portanto, era um território que se confundia com o poder. Para esta sala, a solicitação foi de uma mobília estofada em couro, com capa de linho; um bureau americano médio, em estrado; uma poltrona giratória; uma mesa de centro e uma estante americana.

Para o gabinete do vice-diretor, a mobília solicitada foi um bureau americano, uma poltrona giratória, uma mesa de centro e meia-mobília de sala, e para a secretaria um bureau de dois planos, dois bureaux simples, três cadeiras giratórias, três mesas para máquinas de escrever com as respectivas cadeiras, dois armários, três papeleiras, um banco para prensa e um gradil.

O anfiteatro também foi um local ao qual se deu atenção especial, ao menos na Escola Normal de Campinas. Quando da elaboração da planta para a construção do novo edifício, o diretor da Escola, professor João Augusto de Toledo, enviou um ofício, em 25 de fevereiro de 1921, ao Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Heitor Penteado, solicitando a construção de um anfiteatro (LIVRO DE REGISTRO..., 1918-1923, fl.329). A justificativa para o pedido era a de que era necessário um espaço para reunir os alunos em comemorações de feitos nacionais, por exemplo. Outra justificativa era reunir as

⁴⁴ O total de classes do curso médio e primário dependeria de quantas o Governo mandasse instalar.

famílias dos alunos de tempos em tempos pois, segundo o diretor, a ação das escolas normais não podia exercer-se somente sobre os alunos. Através destes, era necessário chegar às famílias e, sempre que possível, agir sobre elas. Para tanto, era preciso um local onde tais reuniões, com palestras e conferências, pudessem acontecer. Nas palavras do diretor, sendo Campinas “*uma cidade populosa e culta*” e que agora ia possuir “*um edifício majestoso*” não seria razoável falhar com a “*execução de um programa de trabalhos que redundarão em benefícios para as novas gerações*”. Foi aprovada a construção de um anfiteatro para a Escola, para a qual foi solicitado trezentos e oitenta poltronas de braço, sem suporte; um estrado de dois planos; quatro reposteiros e uma mesa, também de dois planos, além de um piano alemão de um quarto de cauda para ensaios de coros.

Por fim, a biblioteca, com duas armações para livros, doze mesas e vinte e quatro cadeiras, um bureau com cadeira giratória e um estrado.

Na época em que estudou na Escola Normal, a ex-aluna Célia comenta que a biblioteca tinha suas estantes repletas de volumes e constituía-se numa atração permanente, sendo um lugar considerado como um santuário para os alunos.

“Havia menos divertimentos que prendessem as crianças e moços de então. Cinema muito pouco, e só as ‘matinés’ de Domingo, no São Carlos ou no Rique, com filmes de Farwest. A televisão ainda não existia. Criança naquele tempo era criança mesmo, só pensando em brincar e estudar. E gente moça era jovem de fato, encantada perante a vida, lendo e gostando de poemas líricos, sabendo de cor Bilac e Guilherme de Almeida (...).”
(FARJALLAT, 1973b)

A biblioteca, “*solene e muito bonita*”, continha as obras completas de Victor Hugo, Balzac, Mário de Andrade e Guilherme de Almeida, além de livros de arte e de ciências. O bibliotecário da época, senhor Costa, era muito respeitado por todos.

“O ‘seu’ Costa cuidava dos livros com amor muito grande e a biblioteca localizava-se na parte média do prédio. Quando a gente sobe as escadas, entrando à esquerda e que hoje é a sala dos professores. Ali era a biblioteca, solene, muito bonita e freqüentada pelos alunos. Pelo menos, pelos alunos que eram cuidadosos e que queriam consultar obras de Educação, Psicologia, Pedagogia e outros assuntos. A freqüência à biblioteca era livre. O professor,

digamos de Pedagogia ou História da Educação, ele não exigia leitura, mas os alunos que gostavam de ler, e eu me incluo dentro desse grupo, procuravam a biblioteca sempre que precisavam recorrer ao depoimento de uma pessoa que entendesse bem do assunto. E era muitíssimo bem cuidada e não havia biblioteca Infantil, que foi criada bem mais tarde. Era uma biblioteca não de lazer. Eu acredito que tivesse livros assim, mas uma biblioteca especializada para um Instituto de Educação.”⁴⁵

O ex-aluno Sólon Borges dos Reis⁴⁶, também da turma de 1935, recorda-se, em seu depoimento, de que a biblioteca da Escola Normal de Campinas tinha todos os livros necessários para o curso profissional, que era de dois anos.

“A sala de biblioteca não tinha qualquer livro. Tinha todos os livros necessários, adquiridos. Na época não tinha essa pluralidade de edições que tem agora, miríades de livros... mas tinha tudo. (...) Eu li todas as obras do Aluísio Azevedo, um grande realista. (...) ‘O cortiço’, ‘O mulato’, ‘A casa de pensão’, ‘O livro de uma sogra’. (...) A biblioteca era de uma ação discreta, porque naturalmente tinham que recorrer a ela, porque nem todo mundo dispunha de livros assim em casa.”⁴⁷

Em 30 de outubro de 1998 a biblioteca foi reinaugurada, depois de ter permanecido fechada por quatro anos devido à infiltração e falta de funcionários (ESCOLA..., 1998). Nesse espaço, estão os livros mais atuais, utilizados e consultados pelos alunos de hoje.

Por causa da infiltração a biblioteca chegou a perder cinco mil obras e atualmente conta com algumas coleções que ainda são da década de vinte. Tais coleções encontram-se numa sala com alguma organização, juntamente com outros livros mais recentes, porém não são mais utilizados e nem consultados. Além dessas coleções, há também outras praticamente perdidas, colocadas num porão sem nenhum acondicionamento nem condições adequadas de guarda ou preservação.

Um outro aspecto que chama a atenção no prédio da velha Normal, é a reprodução do quadro *Independência ou Morte*, de Pedro Américo, na parede fronteira ao corredor

⁴⁵ Depoimento de Célia Siqueira Farjallat, 23 de maio de 2002.

⁴⁶ Sólon Borges dos Reis, escritor, poeta, jornalista, educador, político e bacharel em Direito, atualmente é presidente do Instituto de Estudos Educacionais “Professor Sud Menucci”, em São Paulo.

⁴⁷ Depoimento de Sólon Borges dos Reis, 08.03.2002.

principal (figura 24, p.71). A pintura, feita a óleo, é de autoria de Carlos de Servi e foi solicitada em 18 de dezembro de 1922 pelo professor João Augusto de Toledo, diretor da Escola na época, ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Alarico Silveira (LIVRO DE REGISTRO..., 1918-1923, fl.470). A verba utilizada para a reprodução foi proveniente da supressão de uma clarabóia, anteriormente prevista para o novo edifício. A decoração foi concluída em 16 de março de 1923, conforme ofícios enviados pelo diretor à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Por fim, o professor Toledo enviou uma lista na qual solicitava diversos objetos, também para o novo prédio. Na relação, datada de 19 de abril de 1923 e endereçada ao Diretor do Almoxarifado da Secretaria do Interior, Alfredo Machado, constava os seguintes itens: trinta tinteiros duplos, quatrocentos tinteiros de louça para carteiras e trezentos com invólucro de metal também para carteiras, seis suportes para modelos de desenho, duas coleções para ensino de linguagem, três coleções de mapas para o ensino de cartografia, duas coleções de sistema métrico, duas coleções de sólidos geométricos, três mapas do Brasil, três mapas do Estado de São Paulo, duas coleções de mapas da Europa, Ásia, África, América e Oceania, dois globos geográficos, entre outros (LIVRO DE REGISTRO..., 1923-1929, fl.21).

A Escola Normal de 1935 possuía um jardim defronte ao prédio e do lado do atual estacionamento e quadra de esportes havia um bosque com árvores (figura 25, p.72). Não havia, também, a atual grade em torno da Escola (figura 26, p.72).

“Havia defronte ao prédio alguns canteiros gramados, sempre verdes, e flores, predominando rosas bem cor-de-rosa, que brotavam de arbustos baixinhos. Não havia grades em torno, e nem seria preciso. Nunca vi, naqueles anos todos da minha infância e adolescência, exatamente os que ali estudei, nunca vi alguém colhendo uma só flor. Muitas vezes, quando já na Normal, a gente chegava carregando a pasta com livros e cadernos, encostava-se naqueles janelões externos. Apenas encostava-se. Não se sentava neles porque seria imperdoável quebra de boas maneiras e de disciplina.

Outro ponto: havia ao lado, naquele espaço atual do estacionamento, um parque aberto ao público, sombreado de árvores frondosas, de madeiras raras. Lembro-me de alguns chorões,

cujos ramos leves caíam beijando as águas claras de um pequeno córrego, ladeado de grandes pedras limosas.”⁴⁸

Analisando o prédio da Normal, sua fachada e sua constituição interna, é possível perceber produtos e resíduos do cotidiano escolar. São fragmentos de um tempo em que também a arquitetura escolar pública propagava uma imagem de estabilidade e nobreza em sintonia com uma educação que pretendia moralizar e instruir a população.

⁴⁸ Relato de Célia Siqueira Farjallat (FARJALLAT, 1997a).

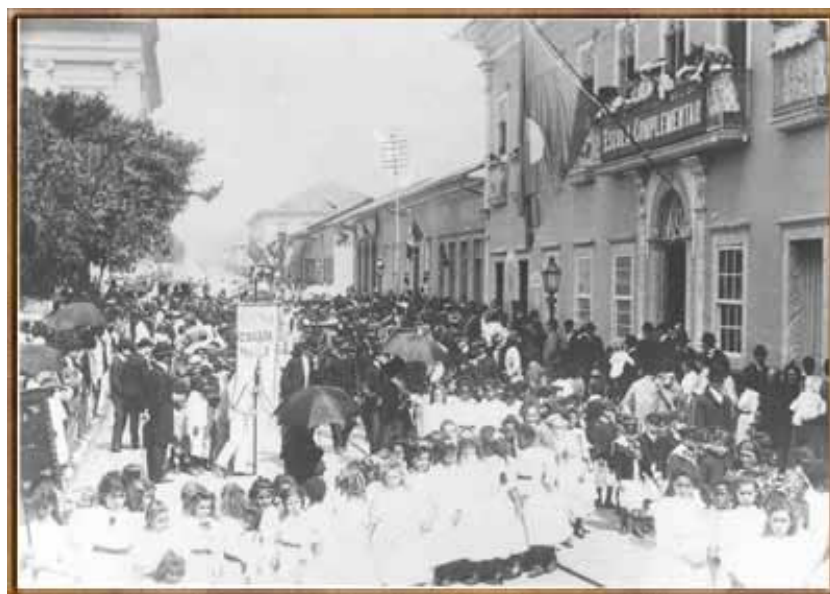


Figura 18 - Concentração de alunos durante desfile cívico. À direita vê-se o edifício da Escola Complementar. Campinas, SP, 1903⁴⁹.



Figura 19 - Detalhe de um dos corredores⁵⁰.

⁴⁹ Fonte: Coleção João Falchi Trinca (Centro de Memória da Unicamp).

⁵⁰ Foto: Eva Cristina Leite da Silva, outubro de 2002. Idem para as figuras, 20, 21, 22, 23 e 24.



Figura 20 - Detalhe de uma das escadarias internas.



Figura 21 - Detalhe da escadaria principal.



Figura 22 - Detalhe de uma das portas.



Figura 23 - Vista interna da Escola Estadual “Carlos Gomes”.



Figura 24 - Na parede fronteira ao corredor principal há uma reprodução do quadro "Independência ou Morte". A pintura, feita a óleo, é de autoria de Carlos de Servi.



Figura 25 – Na década de trinta, a Escola Normal de Campinas possuía um bosque com árvores ao lado⁵¹.



Figura 26 – A atual grade em torno da Escola Estadual “Carlos Gomes” não existia quando o edifício foi inaugurado em 1924⁵².

⁵¹ Fonte: Coleção Geraldo Sesso Júnior, imagem de Olímpicos Foto (Centro de Memória da Unicamp).

⁵² Foto: Luiz Granzotto.

Capítulo 4 - As aulas e os professores: passos perdidos?

HINO DO PROFESSOR

*“Serviremos à causa divina,
espalhando o saber que é luz,
a doutrina de Deus nos ensina
e a um futuro de paz nos conduz.*

*Professores, aos céus nossa prece
elevemos com fé e com amor,
pois que é árdua, mas muito enobrece
a missão que nos deu o Senhor.*

*Preparemos no ensino a criança
que amanhã para a luta há de vir,
e o Brasil pode ter a esperança
de um feliz e glorioso porvir.”⁵³*

Em 1890 os republicanos paulistas iniciaram a reforma do ensino com a construção de um projeto cultural a ser operacionalizado pela escola, considerada como signo da civilização e do progresso. Acorados nos princípios da ciência, da valorização da educação moral e cívica e nas exigências da preparação para o trabalho, iniciaram a reforma pela Escola Normal, pois acreditavam que era preciso começar a reforma pela formação dos professores, o que levaria à renovação da escola pública.

O projeto articulava idéias de uma educação que compreendia a educação física, intelectual e moral com as necessidades de homogeneização cultural e de civilização das massas, tendo na valorização da ciência um dos componentes fundamentais para a formação do homem moderno.

Além de ser extremamente importante cultivar o espírito e formar o caráter, foi dada ênfase também na formação prática do futuro professor, base para a aprendizagem dos métodos modernos de ensino. Disso resultou a criação da Escola-Modelo, local de prática de ensino e experimentação dos alunos da Escola Normal.

⁵³ Música do Padre José L. Valentim (REIS, 1992, p.40).

Os alunos da turma de 1921 da Escola Normal de Campinas recordam-se de que, como não havia uma disciplina específica de Metodologia, assistiam às aulas práticas do Grupo Escolar ‘Doutor Quirino dos Santos’, que ficava no lado oposto do Largo da Catedral (figura 27, p.101), através da cadeira de Prática de Ensino.

No ideário republicano, os professores primários formados pela Escola Normal eram tidos como os “*apóstolos da civilização*” (SOUZA, 1998). Como consequência, o novo mestre passou a ser responsável pela formação do povo, até então percebido como improdutivo, doente, viciado, vegetando na imensidão do território do país. Transformar esses habitantes em povo saneado, educado, moralizado e produtivo, tornou-se a nobre missão cívica e patriótica do professor. Por meio dele, a escola seria reformada e passaria a realizar as finalidades da educação pública.

Formados de acordo com concepções educacionais modernas e em concordância com os valores republicanos, os professores primários nomeados para assumirem aulas no Grupo Escolar ‘Doutor Quirino dos Santos’, anexo à Escola Normal, assinavam um termo de compromisso no qual prometiam ser fiéis à causa da República, observando e fazendo observar suas leis e regulamentos, sendo exatos no cumprimento dos deveres de seus cargos. O termo de compromisso, devidamente assinado pelo professor e pelo diretor, era oficialmente registrado em ata (LIVRO DE TERMOS..., 1907-1924).

Em 1922, quando o diretor da Escola Normal era o professor João Augusto de Toledo⁵⁴, a duração do curso normal era de quatro anos e “*as matérias dadas eram relacionadas com o ensino, pois o objetivo era formar professoras*”. Além disso, a disciplina era muito rígida.

*“Havia severidade, respeito e distância entre professor e aluno. Quanto às aulas, o mestre explicava, orientava, e nós estudávamos. Não se usavam as pesquisas, nem se perguntava a opinião do aluno sobre algum aspecto da matéria dada.”*⁵⁵

⁵⁴ João Augusto de Toledo foi diretor no período 1921-1925. Foi o paraninfo da turma de 1922, composta por trinta e seis moças, e que ficou conhecida como a turma do Centenário da Independência.

⁵⁵ Relato de Ilse Foster Holtmann (FARJALLAT, 1973a).

Também muito rígidos eram os costumes da época. As alunas aproveitavam as saídas para o grupo Modelo, onde assistiam aulas práticas, para trocar olhares com os rapazes que ficavam ocultos à sombra das árvores, também à espera desse momento.

*“Namorar era naquele tempo muito difícil. Não havia ‘matinéés’, nem ‘footings’. Só se saía à rua com um motivo certo, compra de material escolar, costureira, ou visita a doente. Provavelmente, sempre acompanhada. Tudo era dentro da mais severa modéstia.”*⁵⁶

Recordando o tempo em que estudaram na Escola Normal de Campinas, as alunas lançam um olhar à época em que realizaram o exame de admissão.

*“Havia gente de todos os lados, pois Campinas era o centro de convergência das cidades da região da Mogiana, e ponto de partida para o interior. Nós ficávamos num corredor largo e éramos chamadas para entrar na sala, onde nos eram designados os lugares.”*⁵⁷

Após a admissão e fechadas em quatro paredes, a disposição dos objetos e das carteiras na sala reforçava as distâncias pessoais e sociais entre os sujeitos nela participantes. As aulas transformavam-se num sem-fim de deveres, exercícios e atividades.

Recordam-se as alunas de 1922 que as aulas práticas de Física e Química aconteciam num laboratório rústico, onde o professor Enéias realizava experiências e demonstrações.

Com o professor Tácito Monteiro de Carvalho e Silva tinham aulas de Higiene Escolar. As alunas de 1922 consideravam-no o precursor da puericultura em Campinas, pois

*“Iniciou sua primeira aula com as palavras: ‘Uma criança não é uma miniatura de um homem. Uma criança é uma criança’. Estava definida e marcada uma época. Nós começávamos a viver o século da criança.”*⁵⁸

Tal acontecimento revela o prenúncio de uma época, em que as idéias educacionais da pedagogia moderna começaram a circular, veiculadas pelas revistas pedagógicas e pelos

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Idem.

tratados de psicologia. Por meio desses livros e revistas difundiam-se os fundamentos biológicos, psicológicos e sociológicos da escola nova, e as idéias de Dewey, Durkheim, Montessori, Decroly, Binet e Claparède, o que denota uma nova forma, na época, de encarar o processo educativo e seu significado.

Outro fato que ocorreu com a turma de 1922 foi o início das aulas de Desenho Pedagógico, com o professor Marcelino Velez, que fazia os desenhos no quadro negro para ilustrar as aulas. Segundo as alunas, *“era o prenúncio da época do recurso visual, de tão grande eficiência”*⁵⁹. Também aqui se nota a influência das novas idéias que circulavam e o Desenho Pedagógico passou a ser considerado *“um ensinamento que deve constituir um ponto capital na formação do professorado”* (DUTRA, 1932, p.96). Na exposição de Dutra (1932) o objetivo da disciplina era o curso primário. Entendia que se devia praticar o desenho como meio educativo e como linguagem, utilizando para tanto materiais coletados na própria natureza. Segundo Dutra, a prática do desenho melhoraria a inteligência e a compreensão dos alunos.

A turma de 1922 foi pioneira do Canto Coral, sob a batuta do professor Elias Lobo Neto. As normalistas recordam-se de que a primeira tentativa desse professor foi a *“Serenata ao Luar”*, do Maestro Lozano, a quatro vozes. Como a experiência deu certo, em pouco tempo já cantavam uma série de outras músicas e se apresentavam, inclusive, em festas da cidade. As músicas escolhidas eram, sobretudo, de conteúdo cívico, de amor a terra e à natureza. Iam desde os hinos pátrios até as de letras mais sentimentais.

Recordam-se ainda as futuras professoras de que, durante as aulas, anotavam tudo o que era dito em forma de rascunho e, entre uma aula e outra, tinham dez minutos de intervalo, utilizado para a organização dos pontos nos cadernos. Este era um instrumento de trabalho do qual as alunas se serviam em todas as disciplinas.

Como eram as aulas? O que se cobrava das alunas e como estas eram avaliadas?

“O ensino era mais teórico do que prático. Não havia pesquisa. As aulas eram de transmissão de informação mediante as quais nós organizávamos nossos pontos para estudo. (...) O professor de História Universal nos obrigava a estudar em livros franceses, sem tradução. Não tínhamos também períodos de exames. As provas finais eram feitas em aulas

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem.

normais, com perguntas objetivas que abrangiam toda a matéria discorrida durante o ano.”⁶⁰

Quanto às aulas de ginástica, em 1922 eram com o professor Fernando Thiele. Porém, nos dois últimos anos do curso normal, as alunas lembram-se de que o governo estabeleceu que as aulas deveriam ser dadas por uma mulher e, assim, passaram para a professora Ondina Vilela.

Conforme se recordam as normalistas, também não havia a participação dos pais na vida escolar dos filhos em 1922 e nem reuniões que ajudassem no entrosamento de pais e professores, visando a melhor formação dos alunos. O diretor João Augusto de Toledo tentou sanar essa falha quando, na construção do novo edifício para a Escola Normal, solicitou a inclusão de um anfiteatro no espaço escolar para o qual uma das finalidades era justamente reunir, *“de tempos em tempos”*, as famílias dos alunos. Haveria uma maior participação dos pais pois, dizia o diretor, a ação das escolas normais não podia exercer-se somente sobre os alunos. Através destes, era necessário chegar às famílias e, sempre que possível, agir sobre elas.

Um outro aspecto interessante recordado pelas ex-alunas do curso normal é quanto ao uniforme. Em 1922, esse

“(...) consistia numa saia azul marinho, de sarja, toda pregueada, blusa branca de mangas compridas, e um sapatão colegial fechado com cadarço. Não fazia parte do uniforme o chapéu, que estava em uso na sociedade, e que muitas vezes era arrancado das cabeças pelo vento do Largo, obrigando as pessoas a correrem atrás dele. Graças a Deus as normalistas não tinham esse problema.

Ficávamos, sim, descabeladas quando em fila nos dirigíamos ao Grupo Modelo, onde assistíamos às aulas, recebendo a orientação competente do prof. Jorge Leme.”⁶¹

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Idem. Em 1922, a Escola Normal de Campinas ainda se localizava no Largo da Catedral, num antigo sobrado. O Grupo Escolar ‘Doutor Quirino dos Santos’, anexo à Escola, funcionava do outro lado do Largo, num antigo casarão. Lá, as alunas realizavam a Prática de Ensino.

A Catedral, próxima à Escola, “*com a voz dos sinos e com a sombra dos seus gestos abençoando o povo*”, era muito visitada, principalmente em vésperas de exames e sabatinas.

Nessa época, o meio de transporte mais comum era o bonde elétrico.

Um pouco mais adiante, os alunos de 1932 não aprendiam mais o Latim, como aqueles de 1922, mas trabalhavam em equipe e usavam muitos livros em francês, por falta de volumes traduzidos para o português. Nas provas eram aplicados testes de múltipla escolha, porém as aulas continuavam essencialmente teóricas, “*verdadeiras preleções*”, e os alunos se viam obrigados a fazer anotações para, em casa, preparar os pontos para estudar. Os alunos tinham cadernos de todas as matérias, que precisavam ser bem organizados.

A turma de 1932 era composta por cento e trinta e duas moças e vinte e oito rapazes. Segundo relato em jornal do ex-aluno Messias Gonçalves Teixeira, que fez parte da comissão de formatura (figura 28, p.101), o número de rapazes explicava-se pelo fato de que, “*por motivos especiais*”, a turma de estudantes do Colégio Culto à Ciência havia recebido do governo a possibilidade de cursar um único ano da Escola Normal e receberiam o diploma de professor primário⁶².

Os alunos de 1932 tinham aulas de Geografia Geral e do Brasil com o professor Eugênio de Jesus Zerbini que, segundo Messias Gonçalves Teixeira,

*“Tinha toda a Geografia Geral e do Brasil na memória. Nunca o vimos com uma ficha de lembretes na mão. Desenhava mapas, rios, montanhas, fazia caracterização dos diversos países com uma perfeição invejável.”*⁶³

Aqui, mais uma vez a presença do desenho, utilizado constantemente no aprendizado de outras disciplinas. A prática de escrever desenhando reforçava uma série de outras práticas, além do que não se pretendia formar artistas ou desenhistas mas “educar”, nos alunos, a memória, o sentimento estético e a imaginação, “disciplinar” a observação. O desenho, utilizado como ilustração, era um meio de transmitir conhecimentos (DUTRA, 1932).

⁶² Relato de Messias Gonçalves Teixeira (DE ESCOLA..., 1972).

⁶³ Idem.

Relembrando o seu tempo escolar na Escola Normal de Campinas Célia comenta:

“Dentro reinava silêncio, sem o qual é impossível o estudo. Silêncio que se quebrava suavemente, sem pressa e sem precipitações. E pairava por toda a parte um quê diferente, para sempre perdido – misto de vozes que se foram, de passos vagarosos, de vultos que não existem mais, de vagos sons que morreram: os passos perdidos.” (FARJALLAT, 1969)

Na velha Normal ela fez o curso primário, o curso complementar e o curso normal, e recorda-se que no curso primário as aulas começavam sempre com um canto falando de pássaros, de sol e, quando uma classe cantava, a classe vizinha esperava um pouco. Pelo menos quinze minutos antes do início das aulas aconteciam as canções, *“alegres e vibrantes”*.

“Recordo-me das festas escolares, dos laços de fita que púnhamos enfeitando a cabeça, do uniforme azul e branco, da lancheira, dos brinquedos no pátio – o mesmo de hoje – ‘barra, pique, passar anel’...” (FARJALLAT, 1973b)

No curso primário de sua época, os alunos tinham aulas de Linguagem, Aritmética, História, Geografia, Lições de Cousas, Desenho, Moral e Boas Maneiras.

O programa do ensino primário da época deveria educar, ou seja, transmitir valores e normas, fundamentais para a formação do caráter.

Em Linguagem, ler e escrever eram habilidades essenciais para a inserção na sociedade e, lembra Célia, o desenho foi amplamente utilizado nas aulas de Português para observação (que aguçava o espírito científico, segundo as idéias educacionais do período) seguida de descrição/composição (que permitia a comunicação das descobertas, além de manifestar os sentimentos).

“Nas aulas de Português do curso primário havia muita descrição e composição. Havia uns cadernos grandes, tipo quadro, que eram colocados na frente da classe. Então, o professor dizia: ‘Vocês vão fazer uma descrição do quadro número 15’. E punha lá o quadro. E a gente fazia descrição, escrevia, depois ele corrigia e devolvia. Às vezes, ele queria uma

*composição. Então, tinha que contar uma história à vista da gravura. Eles faziam uma questão disso, descrição e composição, no Grupo Escolar.”*⁶⁴

Não faziam pesquisas e “*nem recortavam livros e revistas em busca de figurinhas*”, nem se entrevistavam pessoas. Aprendia-se o que era dado em classe e lia-se muito, pois “*as professoras estimulavam o gosto pela leitura*”, diz ela.

O que liam os alunos do curso primário? Liam as coleções infantis de Tales de Andrade, de Arnaldo Barreto, as poesias de Olavo Bilac para crianças e alguns livros traduzidos do francês, como os de Madame de Ségur.

Em Aritmética, as noções matemáticas aprendidas eram voltadas a uma finalidade instrumental e prática, tendo em vista o seu uso futuro no trabalho.

A História prestava-se mais à formação do caráter, pois era voltada mais para uma história de fatos e celebrações cuja finalidade era cultivar o amor à Pátria. A Geografia tinha o mesmo objetivo de conhecer e amar a Pátria, além de respeitar seu espaço imediato: a casa e a escola.

As “Lições de Cousas” consistiam em atividades que se iniciavam com as operações dos sentidos, considerados como os principais instrumentos da aprendizagem. Através da observação dos fatos e/ou dos objetos produziram-se as idéias e as reflexões, expressas posteriormente em palavras. Tais atividades eram tidas como a expressão do pensamento e da experiência.

*“As Lições de Coisas era Ciências. Então, o aluno aprendia, por exemplo, sobre legumes, sobre a importância da água, sobre não ficar com roupa molhada no corpo... Eram lições de coisas.”*⁶⁵

O Desenho deveria construir um grande meio educativo e era visto como preparatório para o trabalho. Por fim, a orientação moral, disciplinar e cívica encontrava ressonância na sociedade da época.

⁶⁴ Depoimento de Célia Siqueira Farjallat, 23.05.2002.

⁶⁵ Idem.

O diretor do primário, na época, era o professor Celestino de Campos. De acordo com Célia, *“alma boníssima e coração de ouro, mas a quem, nós, crianças do Grupo, em nossa ingenuidade, temíamos muito”*.

Recorda-se também de suas professoras, Otília Carreira e Anália Costa Couto, que lecionaram o segundo e terceiro e quarto anos, respectivamente. Para ela, eram *“educadoras na mais perfeita acepção do termo”*.

De suas lembranças do tempo escolar primário guarda uma recordação que, segundo ela, é ingênua mas persistente,

“Uma de nossas colegas, Ione, filha do antigo Diretor do Instituto Agrônomo, dr. Teodoreto de Camargo, vinha e voltava da Escola em uma carretinha, guiada por um velho cocheiro de confiança. Um cavalinho manso, muito bem escovado e lustroso, puxava a carretinha da Ione, ficando, por vezes, estacionado, durante horas, debaixo das árvores, defronte à Escola. E para nossa imaginação infantil nada se igualava ao cavalinho: nem o baleiro, nem o sorveteiro da esquina, nem o homem do realejo...” (FARJALLAT, 1973b)

Terminado o primário, de quatro anos de duração, ingressava-se no curso complementar, constante de três anos. Era uma novidade, lembra ela, pois era o início do secundário e tinha uma porção de professores, não sendo possível destacar nomes nem realçar méritos, uma vez que eram *“todos muitos cultos e esforçados”*.

Célia se lembra das aulas de Português, com Carlos Lencastre e Luís de Andrade; Matemática, Cândido de Oliveira e Mário Natividade; Francês, Nicolau Marchini, Vilagelin Neto e Acácio Ferreira; Ciências, Dona Olga Schreiner; Geografia, Eugenio Zerbini; História, Ester Lintz e José Pereira da Cunha; Música, Dona Maria Giudice; Ginástica, Fernando Thiele; Latim, Lino de Moraes Leme; Trabalhos Manuais, Dona Chiquinha Pompeu de Camargo; Inglês, Coriolano Monteiro.

Recorda-se também do *“perfil simpático e humano”* de Dona Alda Pompêo de Camargo, professora de Desenho no curso complementar de seu tempo. Segundo ela,

“Espírito caridoso e gentil, Dona Alda costumava fazer pinturas, bordados e delicados objetos de artesanato, vendê-los e ajudar assim aos pobres, que a veneravam com profundo afeto.” (FARJALLAT, 1969)

Marcas de uma época, a caridade, a cooperação e a solidariedade eram tidas como ideais a serem alcançado por meio da educação. Nas palavras do professor Murillo Mendes, lente de História na Escola Normal de Campinas,

“O ideal educativo de nossos dias, muito distinto do ideal classico, já não se contenta com o desenvolvimento harmonico das faculdades do espirito para a perfeita adaptação do individuo às leis da vida, senão que ainda exige a sua efficiencia integral na sociedade, onde as crescentes necessidades de um mundo cada vez mais complexo, repousam sobre a cooperação de todos os homens.” (MENDES, 1929, p.135)

Foi durante o curso complementar que aconteceu a Revolução Constitucionalista de 1932 e ela se recorda que

“Os ecos da Revolução Constitucionalista atingiram nossa Escola. Todos compreendemos que era preciso ajudar São Paulo a ganhar a Revolução. E todos nós ajudamos. Os meninos trabalhando como Escoteiros, mensageiros. As meninas tricotando luvas e ‘passa-fronteira’, e todos contribuindo para a memorável Campanha ‘Dei Ouro Para O Bem De São Paulo’.” (FARJALLAT, 1969)

O jornal “Diário do Povo”, de 28 de agosto de 1932, traz uma nota a respeito da colaboração da Escola Normal ao movimento constitucionalista. A Escola participou ativamente por meio dos alunos e dos professores:

“No momento em que a cidade toda de Campinas agita-se numa azafama hercúlea no auxilio prestado aos soldados do Exercito Constitucionalista, é digno de nota e merecedor dos mais francos e rasgados elogios o trabalho desenvolvido pelas alumnas da Escola Normal Official em prol o mesmo movimento.

Assim é que as senhoritas daquela casa de ensino, diariamente e com abnegação extraordinária, emprestam o seu valioso auxilio de uma maneira empolgante.

Alli são feitos agasalhos de toda espécie para resguardo do soldado nas trincheiras; na folga dos trabalhos escolares entregam-se á confecção de material necessário para os hospitaes e mesmo para o de socorro de emergência, feito pelo próprio soldado quando ainda debaixo do fogo inimigo. O entusiasmo e auxilio aos soldados da Lei é communicativo e, por esse

motivo, não paira somente no ambiente normalista; elle é prolongado entre as alumnas da Complementar e chega até á creançada da Escola de Applicaçãõ, que attende diligentemente o pedido feito pelas professoras do estabelecimento para a venda de cartões postaes e de distinctivos. O departamento alli installado está sob o controle director dos assistentes da cadeira de Psychologia e Pedagogia, professoras dd. Sylvia Simões Magro e Ondina Villela, coadjuvadas efficientemente pela professora de Trabalhos Manuaes, exma. Sra. D. Francisca Pompêo de Camargo e pelos demais funcionários daquelle estabelecimento de ensino secundário.” (A ESCOLA..., 1932)

Concluído o curso complementar, a próxima etapa era o curso normal, profissional, de dois anos de duração. Novos professores e novas matérias. O diretor geral da Escola Normal de Campinas, em 1935, era Geraldo Alves Corrêa⁶⁶, “*mãos firmes e muito dignas*”.

Os alunos, que iam à escola a pé, de bonde ou de tîlburi⁶⁷, usavam uma pasta feita de papel. Uma ou outra era feita de couro. Nas pastas guardavam os objetos necessários para assistirem as aulas, como o bloco, os cadernos de anotação e os livros e havia, também, um estojo onde punham lápis de cor, lápis, caneta, entre outros.

*“Hoje não tem. Os alunos levam os livros amarrados debaixo do braço, não sei como não perdem. Eu vejo pelos meus netos, eles levam o livro mas não dentro de pasta. E nós éramos mais práticos, usávamos a pasta.”*⁶⁸

Os professores da turma de 1935, recorda Célia, eram quase todos sisudos, muito eruditos e bem exigentes. Havia, na Escola Normal, algumas professoras, mas os homens eram em maior número.

Ela se recorda do vulto miudinho de Dona Francisca Pompêo de Camargo, professora de Trabalhos Manuais, sempre vestida de preto e que “*tinha uma distinção aristocrática de maneiras*”.

A Escola Normal de Campinas, como as demais escolas do seu tempo, tinham a função de formar professoras. Entretanto, também formava moças que pudessem desempenhar funções de mães de família e senhoras da sociedade. As aulas de Trabalhos

⁶⁶ Geraldo Alves Corrêa foi diretor no período 1925-1932 e novamente no período 1933-1942.

⁶⁷ Tîlburi era um veículo à tração animal para um passageiro, além do cocheiro (PUPO, 1995, p.11).

⁶⁸ Depoimento de Célia Siqueira Farjallat, 23 de maio de 2002.

Manuais para as alunas, por exemplo, consistiam em aprender noções de corte e costura, noções de economia doméstica e bordado.

Sobre as aulas de Trabalhos Manuais, Célia relembra que:

*“[Era] uma coisa muito bonita que a gente tinha naquele tempo, os Trabalhos Manuais. E a gente aprendia com Dona Chiquinha Pompêo de Camargo. Era uma senhora idosa, eu até escrevi depois uma página inteira em 99 sobre ela. Era uma criatura de educação finíssima e que, por azar da sorte, ela não era rica, então ela lecionava Trabalhos Manuais. Para as meninas, a gente aprendia a fazer desde pontos de bordado, macramé eu aprendi, aprendi crochê e aprendi tricô. São coisas práticas, mas que me serviram para o resto da vida.”*⁶⁹

Sobre a professora de Trabalhos Manuais, Wellman se recorda de que a mesma foi lecionar apenas porque sua família estava passando por dificuldades financeiras⁷⁰. Segundo Célia:

*“Ainda hoje eu faço tricô e cada vez eu me lembro ‘Ah, coitada da Dona Chiquinha, uma pessoa tão boa, tão paciente, idosa, e ela lecionando tendo sido tão rica...’.”*⁷¹

Quanto aos alunos, Sólon recorda-se de que as aulas constavam de atividades com trabalhos em madeira, como noções de marcenaria e entalhes, e trabalhos em argila. O professor, René Renault, era francês.

Continuando com suas reminiscências, Célia se lembra de Luís de Arruda, professor de Português:

“Luís de Arruda Camargo foi na antiga Escola Normal figura de excepcional relevo. Era austero, justo, imparcial no julgamento, caráter íntegro, sem jaça, cultura sólida, de verdadeiro erudito. Nasceu em março de 1880 e faleceu em abril de 1966: uma longa existência dedicada toda ela ao ensino e ao estudo. Devemos-lhe, todos nós que tivemos a sorte de tê-lo como professor, um grande respeito pela minúcia da forma gramatical, um entusiasmo sempre renovado pelas obras dos grandes autores.” (FARJALLAT, 1969)

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Depoimento de Wellman Galvão de França Rangel, 06.03.2002.

⁷¹ Depoimento de Célia Siqueira Farjallat, 23 de maio de 2002.

Foi nas aulas de Português com Luís de Arruda que seu interesse pela leitura foi despertado:

“A gente começou a ler graças a um professor chamado ‘seu’ Luís de Arruda. Eu me lembro que foi com ele que eu comecei a ler, a conhecer bem José de Alencar, que é um autor que hoje são poucos os alunos que se interessam por ele.”⁷²

Quanto às práticas de leitura na Escola Normal de Campinas e o incentivo para a mesma em outros espaços, Célia relembra como essa atividade acontecia no tempo em que lá estudou:

“‘O Guarani’ nós lemos em classe e aos pedaços, em capítulos e, depois, a gente querendo ler outros livros desse mesmo autor, procurava na biblioteca. Se a biblioteca não tivesse, os alunos acabavam comprando o livro. Havia uma livraria excelente chamada Casa Genoud. Ficava bem no centro da rua Barão de Jaguara, esquina da Cesar Bierrembach. Ali eu comprei muitos livros.”⁷³

As atividades com leitura eram consideradas extremamente importantes no período, pois o objetivo da educação era tanto o corpo quanto a mente disciplinados. Com hábitos higiênicos obteriam o corpo perfeito, porém apenas com muito estudo e leitura desenvolveriam o pensamento racional e científico, solicitado pela “moderna sociedade”.

A importância da atividade levou a professora de didática, Sylvia Simões Magro, a inaugurar uma biblioteca infantil, em cooperação com os alunos do segundo ano de preparação profissional da Escola Normal de Campinas. Denominada “Pequenos Bandeirantes”, a biblioteca foi inaugurada em 1º de setembro de 1934 e na solenidade estiveram presentes inúmeros convidados: autoridades do ensino, representantes do Rotary Club, representantes dos jornais da cidade e da Companhia Editora Nacional, além de uma comissão de professores do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Na ocasião, foram entregues prêmios aos alunos vencedores do concurso “Festa do Livro”, além de ter sido inaugurado, também, um Correio Escolar, cuja finalidade era

⁷² Idem.

⁷³ Idem.

manter um intercâmbio entre os alunos das diferentes escolas da capital federal e do Estado (LIVRO DE ACTAS..., 1934).

Priorizando valores morais, necessidades do espírito, e sociais, como liberdade, solidariedade e justiça, as aulas de Sociologia eram dadas pelo professor Nelson Omegna, paraninfo da turma de 1935.

“O professor Nelson Omegna, que era uma figura impressionante, era um homem de uma beleza fora do comum, de uma classe, de uma linha, nunca deu a mínima confiança, assim... de mexer com aluno, nada disso! Era perfeito, a gente respeitava como se fosse o pai, ou um irmão mais velho e ele era autor de livros. Ele escreveu um compêndio de Sociologia e escreveu vários livros literários, inclusive, um muito bom que é ‘A defesa de Sancho Pança’. Era de uma cultura muito grande.”⁷⁴

De “porte varonil”, sobre Omegna Célia escreveu um artigo em que comenta a impressão que ele causava nos alunos:

“Raros professores conseguiram deixar em seus alunos influência tão profunda e duradoura quanto o mestre de Sociologia (...)

Evocar Nelson Omegna é reviver os verdes anos de nossa juventude escolar, o deslumbramento de novos caminhos, apenas entrevistados, o contato intelectual com uma personalidade rica, entusiasta e vibrante. Ele encantava as normalistas daqueles anos pelo brilho da sua presença impecável, pela eloquência e entusiasmo que punha nas aulas, e pelo surpreendente pioneirismo na metodologia (...)

Um dos segredos daquele professor foi o de demonstrar sempre interesse pelo trabalho dos alunos, e de incentivá-los (...)

Naqueles tempos era hábito os alunos jamais questionarem as lições. Nelson Omegna com habilidade, induzia-nos a pensar, a desenvolver o espírito crítico, a analisar textos, e sobretudo a ler muito. E como não havia TV, e as sessões de cinema eram pouco freqüentadas, o que nos restava era afundar na leitura. E isso foi muito saudável a todos os estudantes. E por falar em leituras, como era bom ler páginas do próprio Nelson Omegna! Começamos pelas suas Lições de Sociologia, e prosseguimos, anos depois, com suas obras ‘A Defesa de Sancho Pança’, ‘A Cidade Colonial’ e outras.” (FARJALLAT, [1999])

⁷⁴ Depoimento de Célia Siqueira Farjallat, 23 de maio de 2002.

Sólon, ex-aluno da turma de 1935, também se lembra de Nelson Omegna:

*“Nelson Omegna estava na frente dessa época. Ele assumiu a Sociologia e adotou o livro ‘Educação para uma civilização em mudança’, de Kilpatrick. Ele foi o paraninfo da nossa turma. Marcou muito. Silencioso e anonimamente, deu um avanço no nosso estudo, mais do que os outros professores. Ele abriu perspectivas mesmo.”*⁷⁵

Para as aulas que ministrava, Nelson Omegna utilizava-se de um livro que ele próprio escreveu⁷⁶. Segundo ele, a pobreza de livros didáticos em Sociologia levou-o a reunir e sistematizar em um livro as idéias, teorias e doutrinas de Cornejo, Durkheim, Tarde, Worms, Novicow, Ward, Simmel, Kilpatrick e tantos outros sociólogos de escolas diversas.

Sua metodologia de trabalho, descrita no prefácio, consistia em fornecer apenas elementos gerais sobre cada ponto novo. Informados os alunos, com a colaboração do professor elaboravam um certo número de projetos que deviam ser discutidos e resolvidos. Muitos dos projetos não eram esclarecidos propositalmente pois os estudantes, divididos em turmas, é que deveriam resolvê-los. Se as soluções apresentadas pelos mesmos fossem muito controvertidas, o professor indicava-lhes livros que podiam auxiliar no estudo da matéria. O objetivo era despertar nos alunos o desejo de novas leituras e organização de novos problemas. Findo o projeto, as turmas apresentavam a leitura de seus textos e o “chefe” do grupo relatava as conclusões ou dificuldades encontradas, as quais eram debatidas pelo professor e estudantes. Ampliado o conhecimento sobre a matéria, Omegna sugeria à classe a idéia de aplicar a lição ao meio social em que viviam. A turma elaborava projetos de investigações sobre, por exemplo, a religião, o custo de vida, e o operariado. O objetivo final era oferecer aos alunos o conhecimento de uma vasta bibliografia, além de despertar-lhes o interesse pelos trabalhos de pesquisa, com liberdade para formar e sustentar suas opiniões.

Das aulas de Música, lembradas com muito carinho também por Sólon, Célia se recorda de Dona Maria Giudice Cavalcanti Albuquerque.

⁷⁵ Depoimento de Sólon Borges dos Reis, 08.03.2002.

⁷⁶ OMEGNA, Nelson. **Elementos de Sociologia**. Campinas, SP: Livraria João Amendola, 1934.

“Uma das aulas mais queridas da Escola, aula de Música, com uma professora inesquecível, Dona Maria Giudice de Albuquerque Cavalcanti. Dona Maria teve o segredo da eterna juventude. Ela usava roupas bem modernas e muitas jóias nos braços, no pescoço, e a gente achava aquilo maravilhoso. Os cantos que ela ensinou são lembrados até hoje. Ela tinha uma voz maravilhosa. A Dona Maria treinava as alunas para o orfeão. O orfeão escolar da Escola Normal era famoso e se apresentava sempre nas festas cívicas, nas festas escolares e até fora de Campinas. Ele se apresentou em outras cidades. Dona Maria deixou para todos nós uma lembrança muito forte e eu penso que os modernos professores poderiam ter assimilado o bom gosto da Dona Maria. As canções que ela ensinava, como ‘A barcarola’, ‘Meus oito anos’, ‘Duas flores’, e outras canções inesquecíveis, ficam até o fim da vida da gente.”⁷⁷

O orfeão, instrumento de civilidade, e o canto orfeônico, símbolo de patriotismo e de nacionalismo, são marcas de uma época em que o apelo republicano para uma sociedade moderna, racional e científica era muito forte. Os ecos dessa época encontram-se incorporados de maneira profunda e estão presentes no discurso dos ex-alunos, mesmo que estes não os percebam.

“As festas cívicas eram comemoradas com todo o entusiasmo. Com que arte e beleza o Orfeão regido por Dona Maria Giudice entoava hinos patrióticos e canções bem brasileiras, despertando e afervorando o amor sagrado à Pátria!” (FARJALLAT, 1969)

Em sintonia com os valores preconizados pela República, o canto orfeônico tinha como finalidade cooperar para a divulgação da música nacional, cultivar o sentimento patriótico e despertar o gosto estético, sendo que a escolha da música recaía sobre autores nacionais.

A Escola Normal sempre teve participação efetiva na organização de festividades cívicas, e os alunos participavam também ativamente. As festas escolares eram um momento de integração e de consagração de valores como o culto à Pátria, à ordem social vigente, à moral e aos bons costumes.

Havia, ainda, as aulas de Latim com o professor Lino de Moraes Leme.

⁷⁷ Depoimento de Célia Siqueira Farjallat, 23 de maio de 2002.

“Além de lente universitário de Medicina Legal, Economia Política, e Direito Civil, foi professor de Latim na antiga Escola Normal. Intelectual, orador, poeta, autor de obras especializadas em Direito, foi também o professor Lino uma grande alma, um coração profundamente caridoso. Provedor da Santa Casa, membro da Diretoria do Asilo de Inválidos e do Sanatório Cândido Ferreira, amava Campinas com tão profundo amor, que aqui quis ser enterrado, o que aconteceu em janeiro deste ano [1969].” (FARJALLAT, 1969)

Francês era com o professor Nicolau Marchini.

“Figura impressionante de sábio, tão profundo quão modesto. Ele conhecia e falava cinco línguas, era grande conhecedor de Cosmografia, e em sua longa carreira lecionara com eficiência: Português, Inglês, Francês, Matemática, História Natural e Física.

O Prof. Marchini, cérebro privilegiado, modéstia incorrigível, alma de justo, era um homem calmo e suave. Nunca alteava a voz; nunca se encolerizava; tinha o olhar franco e bom dos seres realmente superiores. E morreu como viveu, suavemente, mansamente, como um santo e como um sábio.” (FARJALLAT, 1969)

Uma vez mais, valores e preceitos morais como a caridade e a solidariedade aparecem associados às figuras dos professores como sendo um exemplo de conduta a seguir.

Pedagogia e Psicologia eram com o professor Norberto de Souza Pinto⁷⁸:

“Professor de Pedagogia e Psicologia durante longos anos na Escola Normal, deixou o Professor Norberto, cujo perfil tivemos a honra de lembrar, recordações indelévels. Muito jovem, a par de suas atividades como lente no magistério secundário e normal, trabalhava no setor mais árduo e mais incompreendido: o da educação das crianças retardadas mentais. Neste terreno, ele foi o pioneiro intrépido e persistente. E quando ninguém ainda cogitava na educação destas infelizes criaturinhas de Deus, o bom, o paciente, o idealista Prof. Norberto defendia-lhes o direito à educação, escrevia livros e artigos de jornal, lutava sem esmorecimento por uma causa, na qual poucos acreditavam.

⁷⁸ O professor Norberto de Souza Pinto foi o fundador de um instituto de pedagogia terapêutica para crianças portadoras de necessidades especiais em Campinas. Cf. O MAGISTÉRIO..., 1962, e JANNUZZI, 1985.

Lutou com denodo e venceu. E graças a ele, fizeram-se leis que protegessem os Excepcionais, e escolas onde se educassem, e oficinas pedagógicas, onde se desenvolvessem suas habilidades. Ele próprio concretizou para elas seu sonho antigo, e ergueu – sabe Deus com que sacrifícios – o seu Instituto de Pedagogia Terapêutica para ensino emendativo dos deficientes mentais. Escritor, jornalista, estudioso da Educação, autor de obras conhecidas até no estrangeiro, fundador da Associação Campineira de Imprensa, membro da Academia Campinense, partiu o Prof. Norberto tão recentemente, em dezembro do ano passado [1968], que sua figura é como se estivesse presente, e fosse surgir, a qualquer momento, a cabeça toda branca, os olhos brilhando através dos óculos... Era como se ele fosse surgir para nos falar a todos de seu assunto predileto, tônica de toda a sua vida: as crianças excepcionais.” (FARJALLAT, 1969)

Nas aulas de Desenho, o professor Marcelino Velez punha à prova a habilidade dos alunos:

“Acontece que os alunos que se formavam pela Escola Normal iam quase todos ser professores primários. Então, eles deveriam ser hábeis em Desenho Pedagógico e o professor dessa disciplina chamava-se Marcelino Velez. Ele foi um homem notável, porque ele era também escultor. Aquele monumento ao Soldado Constitucionalista, que existe à entrada do Cemitério da Saudade é de autoria dele. Ele era escultor e nas aulas, lógico, não dava aulas de escultura, mas de Desenho Pedagógico. Então, eu me lembro que a gente fazia desenho, por exemplo, de um menino empinando papagaio, o de um menino capinando, de um menino perto de um cavalo. Ele tinha um espírito que enxergava longe. Via que o professor, na antiga escola primária, tinha que saber desenhar alguma coisa e ele nos treinava nesse desenho. Agora, antes disso e ainda antes de entrarmos propriamente no curso de Pedagogia e Psicologia, nós aprendíamos o desenho. Eles punham na frente do aluno, na frente da classe, uns bichos, uns animais. Havia uns animais empalhados, por exemplo, o macaco, o tatu. Ele punha na frente e a gente desenhava no caderno e depois o professor passava pela classe e ia corrigindo.”⁷⁹

Sólon também se recorda das aulas de Desenho e do professor Marcelino Velez,

⁷⁹ Depoimento de Célia Siqueira Farjallat, 23.05.2002.

“Desenho, Marcelino Velez. Bom, ele teve um mérito, para mim, como escultor. Como professor não, mas como escultor. Ele construiu aquele monumento que tem em frente ao Cemitério da Saudade, do Movimento de 32, com o nome atrás de todos os que morreram. Aquilo é um belíssimo monumento. Agora, o Marcelino Velez chegava no primeiro dia de aula e chamava uma turma pra ir à lousa para ocupar o seu espaço. Ele marcava o espaço de cada uma. Então ele sentava lá atrás e depois chamava: ‘Primeira turma, fazer um homem capinando’, ‘Segunda turma!’. E dava as notas. O aluno tinha que ser aprovado mesmo. Mas ele não dizia como fazer, nunca me disse ‘põe um copo e faz um O’. Então, eu ia ser reprovado. Aí, a [professora] Maria Giudice foi falar com o professor. Ele falou: ‘Mas ele não fez um homem capinando, fez um fantasma’. Ela respondeu: ‘Ele trocou o modelo. Você tem que perdoar porque ele trocou o modelo.’ E assim eu fui aprovado porque eu não saberia fazer o desenho. Até hoje eu não sou competente pra fazer desenho.”⁸⁰

Qual a finalidade das aulas de Desenho no curso normal no período 1920-1936? Desenvolver nos alunos, futuros professores, o poder da representação gráfica como instrumento auxiliar de expressão no ensino. Além disso,

“É o desenho pedagógico de máxima importância para o educador. Este deve saber ilustrar suas lições diante da classe e compreender um pouco da linguagem gráfica infantil, nas inúmeras lições que as crianças deverão ilustrar, fazendo uso do desenho, como tem feito até aqui da linguagem escrita ou falada.” (DUTRA, 1932, p.103-104)

O ensino do Desenho tinha também um objetivo prático que se ajustava às necessidades de domínio de uma aprendizagem técnica e profissional. Juntamente com a disciplina de Trabalhos Manuais, a escolarização desses saberes revelam a natureza da cultura escolar e as tentativas de instrumentalizar o indivíduo para o trabalho (SOUZA, nov.2000).

Célia recorda-se, ainda, de Sylvia Simões Magro, de “riso bom e franco”; da sisuda figura do Doutor Mário Natividade (professor de Matemática); do talento de Vilagelin Neto; da austeridade de Geraldo Alves Corrêa (o diretor) e de Celestino de Campos (o vice-diretor).

⁸⁰ Depoimento de Sólton Borges dos Reis, 08.03.2002.

Observa a impressão que os professores causavam nos alunos, bem como sobre como era a relação aluno-professor na época em que estudou na Escola Normal de Campinas:

“Quanto à parte moral, o que eu observo é que os professores todos, sem pregar moral, eram pessoas íntegras, que se vestiam bem, no sentido de corretamente, não com luxo. Então, a própria vida deles já era um exemplo de bons costumes, de moral. A relação das normalistas com os professores era a mais cerimoniosa possível. Não havia intimidade. Nunca, nos anos em que eu estive lá, eu ouvi um professor dizendo uma palavra pesada. Se o aluno reinasse muito, e havia de vez em quando alunos que reinavam, o professor escrevia o nome na lousa e punha uma cruzinha ou, então, convidava o aluno a deixar a sala, mas não havia brigas, discussões e falta de respeito nunca. Quer dizer, era um tratamento respeitoso que dava certo.”⁸¹

Mecanismos de controle, a ordem e a disciplina foram constantemente exigidas na Escola Normal de Campinas, pois disso dependia a boa organização escolar. Os alunos matriculados tinham que cumprir as seguintes normas (BOLETIM ESCOLAR..., 1916):

1. Comparecer às aulas decentemente vestidos, cabendo às alunas usarem uniforme constante de saia larga e azul marinho, blusa branca fechada e com mangas compridas e gravata azul marinho.
2. Proceder sempre com urbanidade; prestar a devida atenção aos exercícios e lições; atender com docilidade às recomendações e aos conselhos dos professores e funcionários da Escola; tratar com boas maneiras os seus colegas.
3. Não se ausentar das aulas sem autorização prévia; não danificar os objetos escolares nem riscar as paredes ou escrever nelas e nos móveis.
4. Não fumar no recinto da Escola.
5. As faltas deviam ser justificadas para o diretor até o último dia do mês.
6. O aluno que, por motivo justo, não fizesse as sabatinas, devia requerê-las nos dias determinados.

⁸¹ Depoimento de Célia Siqueira Farjallat, 23.05.2002.

7. Durante os intervalos os alunos não podiam sair do estabelecimento sob pretexto algum, não sendo permitidas dispensas das aulas.
8. Cada aluno ficava responsável pelo asseio da carteira que ocupava, por cuja conservação devia zelar. Depois da entrada do professor na classe nenhum aluno poderia mais entrar na sala de aula.
9. Os alunos não podiam estacionar nos passeios da Escola, interrompendo a passagem.

Os castigos físicos foram substituídos por aconselhamentos persuasivos e amistosos. No entanto, imposições de penas eram registradas em livros próprios para tal fim, como uma medida disciplinar secundária. Punia-se com faltas não justificadas, por exemplo, os alunos que se retirassem do recinto escolar ou das aulas sem o consentimento da diretoria e também os que faltassem com o respeito aos superiores ou que se “portassem mal” durante as aulas ou no espaço escolar (LIVRO DE REGISTRO..., 1911-1920).

Para verificar se a Escola estava cumprindo com a finalidade a que se destinava e se a ordem, higiene e disciplina estavam sendo cumpridas, eram freqüentes as visitas de inspetores escolares ao estabelecimento escolar, conforme se constata com o termo abaixo:

“Em visita a esta Escola Normal, proficiente e dedicadamente dirigida pelo prof. Geraldo Alves Corrêa, aqui estive nos dias 13 e 15, hoje, tendo percorrido classes do curso primario e do curso profissional, e observado que a ordem, o asseio e a disciplina são modelares. Entretive-me em palestra com as alumnas do 2º profissional sobre valor e forma de intelligencia e cultura dos mestres; entendi-me com o ilustre director sobre varios assumptos que dizem respeito aos trabalhos escolares e retirei-me com a convicção de ter-me achado com um sincero animador, um grande idealista da causa educativa.
Campinas, 15 de julho de 1935.
(assinatura ilegível) Assistente Technico da Educação Secundaria e Normal.” (LIVRO TERMO..., 1935-1966, folha 1 – frente)

Também o inspetor federal visitava a Escola regularmente a fim de verificar o bom andamento do ensino, bem como o asseio e a ordem:

“Termo de Visita

Vivemos momentos de indizível contentamento verificando a vida educativa que se processa na Escola Normal de Campinas, na visita que nos foi dado fazer, em cumprimento às determinações do Snr. Inspector Geral do Ensino Secundario, para revermos a sua ficha de classificação, na obtenção das regalias da Inspeção Permanente.

De envolta com a lisongeira impressão que levamos do conforto, asseio e ordem aqui reinantes, grato nos é assignalar a recordação da maneira cavalheiresca que nos dispensaram o illustre director Prof. Geraldo Alves Corrêa, o collega Prof. Nelson Omegna e o vice-director Prof. Celestino Campos, aos quais agradecemos as gentilezas recebidas, no desempenho da missão especial que nos foi confiada.

Para terminação do nosso trabalho, hoje iniciado, solicitamos do director deste estabelecimento de ensino os esclarecimentos necessarios e os documentos exigidos. Em breves dias retornaremos para ultimar os serviços que nos foram affectos, então enviando, ao Rio de Janeiro, o nosso relatorio .

Campinas, 29 de Agosto de 1935.

(assinatura ilegível) Inspector Federal.” (LIVRO TERMO..., 1935-1936, fl.3 – frente)

Ainda sobre as aulas, Célia se recorda que não havia nenhum material específico para as mesmas e o professor “*só contava com a garganta*”. O aluno que quisesse aprofundar-se mais nos assuntos abordados em sala de aula ia para a biblioteca:

“Eles [os professores] aconselhavam a compra de livros. Porque ele dava o ponto, ele explicava a matéria, o assunto qual era. Por exemplo, faz de conta que ele estava dando sobre um determinado autor, então ele explicava e acabou-se, mas o aluno que quisesse aprender a mais, e havia sempre quem quisesse, ia procurar na biblioteca, ia consultar o livro. Às vezes achava, outras vezes não e, em certos casos, até compravam o livro. Mas não era comum. O comum era aquilo que foi mastigado pelo professor e teria que ser assimilado pelo aluno.”⁸²

Quanto às modernas concepções sobre educação na época, Célia se recorda que, se os alunos quisessem, deveriam aprofundar seus conhecimentos nos livros e revistas existentes na biblioteca, pois:

⁸² Depoimento de Célia Siqueira Farjallat, 23.05.2002.

“Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo nós os conhecíamos por leituras esparsas, porque o professor da cadeira de Educação englobando Pedagogia, aulas de Pedagogia e aulas de Psicologia... Naquele tempo, era o professor Norberto de Souza Pinto...Ele levava os pontos, explicava e depois fazia um sumário na lousa. Geralmente, ele trazia pronto esse sumário e uma aluna copiava na lousa. Agora, nem todos os alunos se contentavam com aquilo, então, por sua própria conta, é que iam ampliar seus conhecimentos já visando, futuramente, a um concurso e conseguir alguma cadeira.”⁸³

Sólon comenta que, na biblioteca havia revistas publicadas pelo Departamento de Educação da Secretaria de São Paulo. Os alunos que quisessem, podiam consultá-las, pois o acesso à biblioteca era livre.

O tempo escolar da turma de 1935 era organizado da seguinte forma:

“De manhã, ginástica, e à tarde, as aulas. Pelo menos foi assim que eu peguei esse período. Eu sei que mais tarde havia aula cedo e à tarde, conforme o ano. Mas na própria Escola Normal, de manhã, era ginástica. Então de manhã a gente ia para a ginástica. Tinha uma hora de ginástica mas, entre ir e voltar, quase que duas horas. Daí voltava-se, tomava-se banho, punha o uniforme, comum, e tínhamos aula à tarde. Assim era excepcionalmente.”⁸⁴

Segundo Célia, as aulas, geralmente, eram todas no mesmo espaço, na mesma classe. Para química e para física, os alunos às vezes desciam e iam ao laboratório, mas em geral, as aulas eram na própria classe do aluno.

A turma de 1935 tinha aulas de Religião, mas essas eram facultativas. Os professores do curso normal não faziam parte do grupo de professores que lecionava Religião e, lembra Célia, *“os alunos assistiam aula se quisessem, caso contrário, não assistiam”*.

Célia também se recorda da disciplina exigida na Escola. Em suas palavras, *“dentro reinava silêncio, sem o qual é impossível o estudo”*.

Quanto ao uniforme, o de 1935 difere muito pouco, em detalhes muito pequenos, daquele usado em 1922. Célia se recorda de que, no seu tempo de normalista, os uniformes eram uma combinação de azul e branco, sendo a saia pregueada de casimira azul-marinho e a blusa branca e de mangas compridas, as meias eram compridas e pretas, de algodão

⁸³ Idem.

grosso, e os sapatos eram pretos e grosseiros. Usavam ainda um cinto de verniz preto e um laçarote de fita azul-marinho no pescoço. Pela alegria que traziam à cidade e pela combinação de azul e branco dos seus uniformes, as normalistas de Campinas foram comparadas às andorinhas que, naquele tempo, habitavam um mercadinho, de tijolos vermelhos, que ficava em frente à Escola. Pelas aberturas das paredes, no alto, as andorinhas entravam e ali faziam seus ninhos. De manhã e à tarde, passavam em bandos numerosos, chilreando. O lugar onde fica o antigo mercadinho recebeu o nome de Largo das Andorinhas⁸⁵.

O espetáculo trazia gente de fora. O próprio Rui Barbosa, fascinado com o que viu deixou suas impressões escritas sobre as andorinhas de Campinas. Posteriormente transcritas no Livro de Leitura da Série Erasmo Braga, Célia se recorda de que precisaram decorar suas frases no quarto ano primário.

A associação das normalistas com as andorinhas deve-se, sobretudo, aos poetas, que viam a ambas e associavam as idéias. Um desses poetas foi José Dias Leme, que fez versos chamando-as de *“normalistas andorinhas do ideal”* (FARJALLAT, 1973c).

A imagem das normalistas associadas às andorinhas de Campinas é uma fala constante de todos que se recordam daquele período e mesmo depois. Vários artigos foram escritos sobre tal associação.

“Quem não se lembra, nos áureos tempos de mocidade, de ver, descendo as escadarias de mármore impecavelmente lustrosas da Escola Normal Carlos Gomes, a ‘ninhada’ vestida de azul e branco numa ‘revoada’ de alegria, elegância e paixão. Os olhos de quem passava pela rua no momento em que o sinal da escola ecoava e os portões eram abertos brilhavam e paravam para apreciar as meninas tão belas quanto inocentes que saíam ao encontro do mundo levando nas mãos os cadernos cheios de anotações e na cabeça, idéias preciosas absorvidas de seus educadores e que mais tarde serviriam para educar. Os rapazes não tinham outro propósito para ficar nos arredores – no bar do Voga, na praça Carlos Gomes ou mesmo em frente à escola – a não ser o de esperar pela passagem das ‘andorinhas’ em

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Brito (1973) relata que o antigo mercadinho foi demolido em 1956 e que, em seu lugar, foi cogitado erguer um busto de Heitor Penteado, fato que acabou não ocorrendo. Farjallat (2001) informa que, no Largo das Andorinhas, como o local é conhecido hoje, ergue-se a estátua da Princesa d’Oeste, representando Campinas, de coração aberto para acolher os visitantes.

debandada rumo à região central. E todos os dias a mesma cena se repetia como que um filme apresentado diversas vezes e que não se cansa de assistir.” (ROVERI, 1997)

Ainda sobre o uniforme, Célia Fessel Torquato, também ex-aluna da Escola (porém da turma de 1941, cujo período não será abordado neste trabalho, conforme explicado anteriormente) e, mais tarde, professora daquela instituição, recorda-se que:

“Havia valores morais, sociais e religiosos por trás daquele azul e branco. As figuras que vestiam aqueles uniformes eram respeitadas e respeitadoras. Tinham uma bela aparência, um vocabulário polido e rico. Era uma posição de destaque, de prestígio, de status.” (ROVERI, 1997)

A figura da normalista, naquele tempo, era um exemplo de boa conduta para as outras meninas e a sua valorização vinha tanto da população campineira, quanto de suas famílias, tradicionais ou não, que se empenhavam por ter uma filha estudando na Escola Normal de seus ideais. O uniforme azul e branco tinha um significado de respeito e dignidade.

“Os campineiros, mesmo os jovens, é lógico, respeitavam muito as normalistas, pela postura da época, pelos costumes severos da época e pela distinção delas. Nunca você via uma menina de braço com um rapaz se ela estivesse de uniforme. Se não estivesse, não sei dizer, nem me lembro. Mas, se estivesse de uniforme, jamais. Quando era já namorado firme, ele podia acompanhar a moça até a porta da Escola, às vezes carregando a pasta dela. Mas, tudo dentro do maior respeito.”⁸⁶

Para as aulas de Ginástica, também havia o uniforme apropriado (figura 29, p.102). Usavam uma blusa comum, branca e de mangas compridas, um calção azul-marinho com elástico na cintura e nas pernas, que descia até abaixo dos joelhos, meias compridas, pretas, de algodão grosso, e tênis branco. A meia comprida e o calção até os joelhos não permitiam que nenhuma parte das pernas ficasse à mostra. Devidamente uniformizadas, faziam ginástica em aparelhos ou no pátio escolar, além de corridas e saltos de extensão.

Em relação às aulas de Ginástica, Célia se recorda que:

⁸⁶ Depoimento de Célia Siqueira Farjallat, 23.05.2002.

“Eu tive um professor de Ginástica alemão, ‘seu’ Fernando Thiele. Ele foi um homem extraordinário, cara de alemão mesmo, direitinho. E ele dava as aulas dentro da Escola, naquele pátio todo cimentado. Era ginástica sueca. Depois, havia dentro da Escola, um salão com aparelhos. Havia um aparelho grudado na parede com uma porção de tabuinhas, parecia uma escada. E havia barra fixa, argola e barras horizontais, nas quais a gente ia andando e ajoelhando... dava um passo e ajoelhava... para testar e treinar o equilíbrio dos alunos. E nós fazíamos ginástica com calção que hoje provocaria riso. O tênis era branco, de amarrar. A meia preta, de lã, comprida, e o calção era bufante, de um tecido de algodão bem grosso com elástico nas duas pernas e também na cintura. E a blusa era de manga comprida, tricoline. Então não aparecia um centímetro da perna e acho que nem do braço. Mais tarde, um pouco, é que eles nos deixaram pôr blusa com manga curta... E fazia-se ginástica no pátio da Escola, a tal ginástica sueca, e de vez em quando no salão dos aparelhos de ginástica. De vez em quando, mas era raro, havia jogo de bola... é barra-ball que se chamava... não era basket-ball... chamavam barra-ball... é o que eu me lembro sobre ginástica.”⁸⁷

As aulas de Ginástica, aliadas às aulas de Higiene e Puericultura, vinham reforçar o ideário da época de que um corpo sã era a morada do saber racional e científico. Numa sociedade que cobrava do indivíduo boas maneiras, postura correta e conduta ilibada, a prática da ginástica era um componente poderoso no interior de instituições como a escola.

Nas palavras de Célia, o professor de Ginástica, Fernando Thiele,

“(...) foi jovem até a idade mais avançada, que tinha o coração tranqüilo, a alma pura, os modos corteses, e sabia olhar a vida como um dom precioso, Fernando Thiele que, com outros, fundou em 1904 o Clube Ginástico Campinas, do qual foi instrutor por mais de 30 anos. Gratuitamente ministrava as aulas a bem da Educação Física. E todos eram bem-vindos: mulheres, homens e crianças. O grupo teve renome, e Fernando Thiele convidado para outros Estados, organizou, dirigiu, supervisionou novos Grupos.

Era um artista também aquele Fernando Thiele. E cantou durante 60 anos no Coral Harmonia. E representou: era ator também. Gostava da cena, e escolhia papéis leves, de muito humor. E criou até um tipo, o ‘Chico Prosa’, que cantava contando prosas, e

⁸⁷ Idem.

misturava português e alemão, em improvisos férteis em jogo de palavras.” (FARJALLAT, 1969)

A ginástica possuía uma função moralizadora, higiênica e patriótica. Difundindo a ordem e a disciplina, levava o indivíduo a regular os excessos do corpo, obtendo e preservando um corpo saudável, uma vez que ele aprenderia a domesticar o seu próprio corpo desde cedo.

Ainda sobre o curso normal de 1935, Célia lembra que:

“Para concluir a formação em Pedagogia a gente sempre fazia um estágio. Ia em alguma escola e passava algumas horas por semana ou por mês, já não me lembro quanto, observando como é que a professora dava aula, para depois a gente seguir aquele caminho. Não seguia muito, mas...”⁸⁸

Lembra-se do rigor das sabatinas e dos cadernos onde estavam os pontos que estudavam para os exames. Havia exame oral e exame escrito e as provas eram designadas pelo professor. Os alunos desenvolviam o tema indicado escrevendo, relembra Célia.

Sobre os exames na velha Normal, alguns documentos encontrados no arquivo da Escola informam o modo como estes eram realizados. Em 29 de setembro de 1924, o diretor João Augusto de Toledo enviou um ofício à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, participando que os exames de Prática Pedagógica das alunas do 4º ano da Escola Normal, consistiam em cada aluna elaborar um plano de lição que executariam posteriormente em uma classe do Grupo Modelo. O que estaria sendo avaliado, além do preparo do plano, eram a aptidão prática da professoranda, o trato com as crianças e o modo de ministrar as noções que consistiam o objeto da lição.

Quanto aos exames de segunda época, estes eram realizados pelo aluno ou aluna na presença do diretor, do vice-diretor, de dois professores examinadores (sendo um da disciplina cujo exame seria aplicado) e do secretário da Escola. Após o sorteio do ponto, iniciava-se o exame. A nota era publicada para conhecimento do interessado e posteriormente registrada em ata.

⁸⁸ Idem.

Semelhantes eram os exames finais, realizados na presença do diretor, do professor da cadeira e de um assistente. Após a verificação da presença de todos os alunos, o ponto ou tese era sorteado e a prova era aplicada. Findo o tempo para a realização, a prova era recolhida, sendo também registrada em ata.

Através das lembranças dos ex-alunos da Normal, é possível perceber como os múltiplos discursos se configuram como dispositivos de constituição das práticas e representações escolares. É possível, também, conhecer melhor como se constituía a prática docente no cotidiano escolar e as relações sociais existentes no período de 1920-1936 por meio da descrição das atividades do curso de formação de professores.

Com ênfase para os aspectos da cultura escolar dessa instituição escolar, neste capítulo procurei retratar os problemas de ensino, as aulas e os materiais específicos, bem como o corpo profissional, considerando as normas e as práticas escolares daquele período, e como essas se constituíam e se coadunavam ao ideário de uma época.



Figura 27 - 2º Grupo Escolar, posteriormente Grupo Escolar 'Doutor Quirino dos Santos'.
Campinas, SP, 1923⁸⁹.



Figura 28 - Comissão de formatura de 1932⁹⁰.

⁸⁹ Fonte: Coleção Geraldo Sesso Júnior (Centro de Memória da Unicamp).

⁹⁰ Fonte: DE ESCOLA..., 1972.

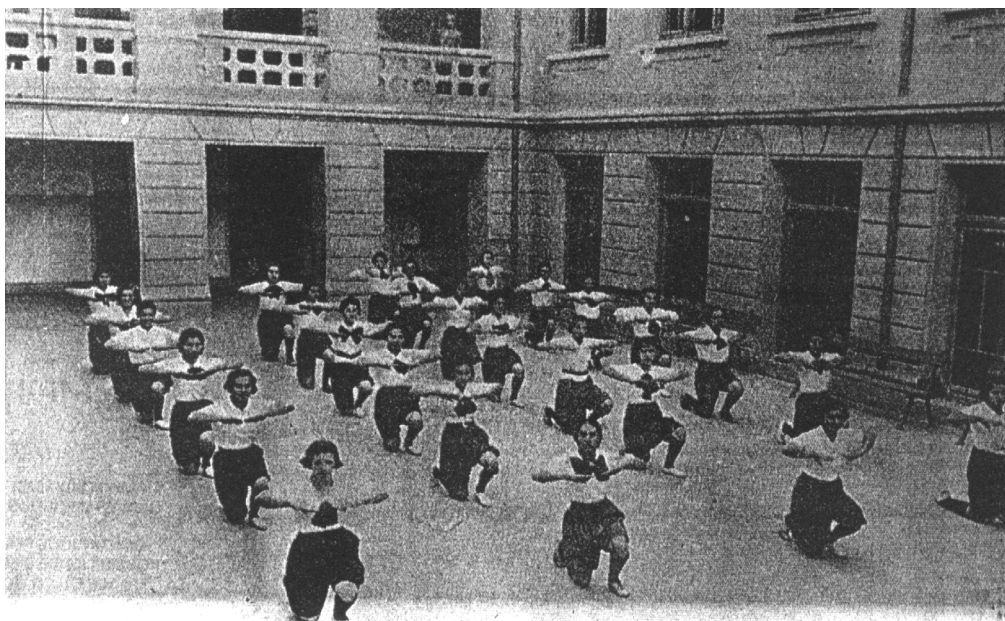


Figura 29 - Turma de 1933 durante aula de ginástica⁹¹. Pela ginástica, o indivíduo teria seus hábitos e costumes moralizados e disciplinados.

Membros do Corpo Docente e Administrativo da Escola Normal de Campinas⁹².



⁹¹ Fonte: Correio Popular, imagem de arquivo, 03 set.1995.

⁹² Fonte: Álbum de Formatura dos Professorandos de 1928 da Escola Normal de Campinas (acervo da Escola Estadual "Carlos Gomes").



Mais alguns membros do Corpo Docente da Escola Normal de Campinas em 1936⁹³.



⁹³ Fonte: Álbum de Formatura dos Professorandos de 1936 da Escola Normal de Campinas (acervo da Escola Estadual “Carlos Gomes”).



Capítulo 5 – Crenças e expectativas dos normalistas: “de muito longe, no tempo e na saudade...”

Dívida

*“Queria subir de novo
a rua Luzitana,
de volta da escola.*

*Passar pelas meninas que estivessem
jogando amarelinha.*

*Saudar, como fazia sempre,
a moça debruçada na janela
da casa da vizinha.*

*Abrir a porta de vidro,
após a escada,
atravessar o mesmo corredor.*

Chegar à sala...

*Deixar no quarto os livros sobre a mesa
e a tarefa escolar daquele dia.*

*Tomar água da talha,
ir ao quintal.*

*E, quando minha mãe chegasse do trabalho
dar-lhe ia o beijo filial que lhe devia.”⁹⁴*

“Quem conta um conto, aumenta um ponto”. Este é um dito popular que, traduzido para uma fala mais erudita, poderia significar aquilo que se conhece como interpretação. A história lembrada, narrada, documentada, é, antes de tudo, uma percepção que o pesquisador tem dos fatos que lhe são apresentados e, ao debruçar-se sobre essa, ou outra documentação, utiliza-se das representações dos sujeitos para reconstitui-la.

História, memória e narrativas são perpassadas pelo tempo, um tempo individual que é absorvido pelo tempo social. Os diferentes tempos e espaços e as diferentes percepções recriam o passado, dando-lhe um *status* de mobilidade e trazendo um novo que não é único, mas que, de alguma forma, aponta tendências. (BOSI, 1994)

⁹⁴ REIS, 1996, p.77.

A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com os grupos de convívio e os grupos de referência que lhe são peculiares. Neles encontra sinais de reconhecimento e de pertencimento. Para Prost (1998, p.129), “(...) *O grupo só existe na medida em que existe voz e representação (...)*”.

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer com imagens e idéias de hoje, as experiências passadas. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão à disposição do indivíduo, no conjunto de representações que povoam sua consciência atual. Por mais nítida que pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que se experimentou no passado, porque não se é mais o mesmo de então e porque a percepção alterou-se e, com ela, as idéias, os juízos de realidade e de valor.

Quando se quer lembrar o que aconteceu nos tempos passados, confunde-se muitas vezes o que se ouviu dizer aos outros com as próprias lembranças. Daí o caráter não só pessoal, mas social da memória.

“(...) muitos acontecimentos que pensamos recordar a partir de nossa própria experiência, na realidade nos foram contados e então tornaram-se parte indistinta de nossa memória.” (LOWENTHAL, 1998, p.81).

Quando um grupo trabalha em conjunto passa a criar esquemas de narração e de interpretação dos fatos, que dão às suas lembranças uma forma histórica própria. Se, ao contrário, não acontece a elaboração grupal em torno de certos acontecimentos ou situações, o efeito será o de esquecer tudo quanto não seja significativo para o grupo de convívio da pessoa. Os fatos que não foram testemunhados se perdem, porque não costumam ser objeto de conversa e de narração, e quando o sujeito os chama à memória, não vem o reforço contínuo dos outros. Parece-lhe, assim, que sonhou ou imaginou tais situações.

A sucessão de etapas na memória é dividida por marcos onde a significação da vida se concentra: para os ex-alunos da Escola Normal de Campinas, o primeiro dia de aula, as festas, a formatura (figura 30, p.122), dividem suas histórias em períodos.

De acordo com Bosi (1994), o tempo social absorve o tempo individual que se aproxima dele, de forma que cada grupo vive diferentemente o tempo da família ou o tempo da escola. Em meios diferentes ele não corre com a mesma exatidão, pois cada

geração tem, de sua época, a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história.

“Como são agradáveis (...) as reminiscências, as recordações da Normal de 1918!

Época em que a vida era menos agitada, mais ao alcance dos que lutavam sem esmorecimento, com prazer e alegria, pela própria subsistência, pela manutenção da família, pela educação e formação moral, cívica, profissional e religiosa de seus filhos.

Escola Normal! Patrimônio magnífico de Campinas, Princesa d’ Oeste, cidade culta, privilegiada, sempre acolhedora, sempre nobre, sempre progressista (...).” (CORRÊA, 1959)

Acontecimentos de repercussão restrita diferem, na memória, dos que foram revividos por um grupo anos a fio. Mas, uns e outros sofrem de um processo de desfiguração, pois a memória grupal é feita de memórias individuais. Há uma tendência da mente em remodelar toda a experiência em categorias nítidas, cheias de sentido e úteis para o presente. Mal termina a percepção, as lembranças já começam a modificá-la: experiências, hábitos, afetos, convenções vão trabalhar a matéria da memória.

Se a memória grupal pode sofrer os preconceitos e tendências do grupo, sempre é possível um confronto e uma correção dos relatos individuais e a história salva-se de espelhar apenas os interesses e distorções de cada um.

As lembranças dos ex-alunos da Escola Normal de Campinas encontram suporte nas paredes do edifício. Por esse motivo, lamentam a perda do jardim e da sombra do renque de árvores e, para os que a viram por anos, aquele canto de rua ganha uma face estranha ou adversa.

Mas a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas. Disso resulta que só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada e só a inteligência e o trabalho de um grupo podem reconquistar as coisas preciosas que se perderam. Quando não há essa resistência coletiva os indivíduos se dispersam e são lançados longe. (BOSI, 1994)

Assim foi que, não se conformando com a situação de abandono do prédio, que chegou a ter as paredes totalmente pichadas e outras degradações (figuras 31 e 32, p.123), um grupo de ex-alunos e ex-professores se reuniu e criou a “Associação dos Amigos da Escola Carlos Gomes” (VERZIGNASSE, 1995). Entre os integrantes estava Célia Siqueira Farjallat e Sólon Borges dos Reis.

De acordo com informação de Célia, o grupo existiu por cinco anos. Com recursos levantados pelo grupo, que recebeu apoio da sociedade e de clubes de serviço (especialmente do Rotary e da Escola Preparatória de Cadetes de Campinas), algumas reformas foram realizadas na Escola, de forma a tentar recuperá-la um pouco da situação de abandono em que se encontrava, além de promoções e campanhas junto aos alunos, de forma a conscientizá-los da importância de se cuidar da Escola, não depredando, nem sujando.

Além disso, o prédio foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC), em 24 de abril de 1997, de acordo com o Processo de Tombamento n.3/97, do CONDEPACC. O edifício já era tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT) desde maio de 1982.

Às vésperas de completar cem anos de existência, o prédio sofreu recentemente novos atos de vandalismo (figura 33, p.124).

Entretanto, mesmo que as pedras fossem mudadas de lugar, não se consegue destruir os vínculos com que as pessoas se ligavam a elas. As pedras e os materiais podem não resistir ao tempo, mas o grupo resiste e essa resistência une-se à memória e as repõe em seu lugar antigo.

Por essa razão, a turma de 1935 se reúne todo segundo sábado de dezembro (figura 34, p.124), desde a formatura, considerada como o primeiro encontro (FARJALLAT, 2001). As ex-alunas ainda são chamadas de *meninas* e os ex-alunos, de *rapazes*.

O último evento ocorreu em 8 de dezembro de 2001 com poucos ex-alunos presentes, pois alguns são falecidos e outros perderam contato com a Escola por morarem muito longe. Porém, dos que ainda comparecem, recordam-se com saudade do tempo de normalistas, do prédio onde estudaram, dos velhos mestres e outros aspectos que desapareceram como, por exemplo, das andorinhas de Campinas, do jardim ao lado da Escola...

A escola é um lugar de memória e quando o olhar atravessa a espessura do tempo, distingue vestígios reconhecíveis de sua história: o desenho quadrangular da sala de aula, a porta de entrada próxima à cadeira do mestre, o alinhamento das carteiras, o agrupamento

dos alunos sob o paradigma numérico, segundo idade e nível de aprendizagem, e o ensino em grupo a partir de horário e programa preestabelecidos. (SOUZA, 2000)

“O mobiliário da época era adequado. E tinha lugar marcado, tem gente que fala ‘eu sentava assim’. Isto era uma coisa importante.”⁹⁵

Em um artigo de jornal de 1997 Célia comenta sobre os lugares em que se sentavam,

“Vocês, que foram alunos em qualquer tempo no passado, visitem as classes, e não se assustem com algumas mudanças. Até as lousas, onde a gente resolvia os problemas do prof. Mário Natividade, ou fazia os desenhos pedagógicos do prof. Marcelino Velez, embranqueceram, como nossos cabelos. E as carteiras, meu Deus, em tantos anos de uso, desgastaram-se. Lembra-se como eram, quase todas, duplas, e os alunos sentavam-se aos pares? Fui par da Clarice, durante alguns anos (...) Os meninos eram poucos, e seus lugares ficavam lá na frente. De minha carteira, via os perfis do Melo Braga, do Nista, do Toledo, do Sólon, do Weimar, todos ainda imberbes, muito tímidos, e acredito, sonhando já com poemas e jornais, e dispostos para a grande aventura de crescer, de conquistar o mundo.” (FARJALLAT, 1997b)

Uma questão relevante a ser observada é quanto ao número de rapazes e moças. A preponderância das matrículas da seção feminina sobre a masculina mostrou-se constante durante toda a história da Escola Normal de Campinas, o que a caracterizou como uma instituição de predominância feminina. O fato pode ser explicado em parte. Havia na cidade um ginásio do Estado⁹⁶ que tinha a preferência masculina, mesmo daqueles que pretendiam ser professores pois, na época, o aluno que concluísse o curso ginasial e realizasse um ano de prática de ensino em qualquer grupo escolar oficial receberia a habilitação para o magistério.

Razões de natureza cultural podem ser identificadas como, por exemplo, o fato de a educação das crianças ser vista como uma tarefa da mulher. Apelando-se para o argumento de que a natureza feminina e o instinto maternal são voltados para o cuidado e a guarda

⁹⁵ Depoimento de Sólon Borges dos Reis, 08.03.2002.

⁹⁶ O ginásio, fundado em 1874 como Colégio Culto à Ciência, passou ao controle do Estado em 1895 passando ser denominado “Ginásio de Campinas”.

natural da criança, tornava conveniente que ela soubesse como realizá-la, se não para ter uma boa profissão, ao menos para formar bem seus próprios filhos, como já foi observado anteriormente.

Recordando-se da época em que estudou na Escola Normal de Campinas e em relação às alunas, Sólon comenta:

“Suponho que elas se destinassem ao magistério porque foi a profissão que abriu o caminho do feminismo. E realmente, as mulheres foram a maioria no ensino normal. Agora, só os homens faziam carreira? Geralmente era assim. Mas, hoje, em todos os cargos da administração do ensino, em todas as faculdades ou em universidades, a mulher pode fazer carreira, mas naquele tempo, não. Naquele tempo ainda não. Mas a mulher podia fazer carreira no magistério, porque ela tem outra condição: já é uma educadora nata. Se você educar uma mulher, você educa uma geração. Na escola, a instrução. Em casa, a educação. O lar é a educação. Você educa uma mulher, que já tem tanta intuição, que já sabe o que é bom e o que não é bom, se você educar uma mulher, você educa um homem, educa uma pessoa, um indivíduo. A escola, o jardim de infância, é tudo função da mulher, uma função que não é profissional, ela faz gratuitamente porque lhe é peculiar... isso aí não é uma questão de profissão, é que a mulher tem mesmo um vínculo maternal com a educação.”⁹⁷

Outra explicação para a predominância feminina tem caráter econômico. O salário pago aos professores, especialmente primários, era muito baixo e não atraía os homens, que tinham o dever de sustentar suas famílias naquela época. Também não lhes possibilitava oportunidades de sucesso financeiro e econômico.

A utilização do trabalho feminino no campo da educação ganhou força no final do século XIX, sobretudo devido à urgência de conciliar a necessidade de um grande contingente de profissionais para atender à difusão da educação popular, com os baixos salários que eram pagos a esses profissionais. Tal fato tornou o magistério pouco atraente para os homens.

Por outro lado, a educação tornou-se um dos primeiros campos profissionais respeitáveis à atividade feminina, conforme os padrões da época. Portanto, ser professora tornou-se uma profissão especial, pois requeria uma formação específica que a distinguiu

⁹⁷ Depoimento de Sólon Borges dos Reis, 08.03.2002.

de outras profissões, dotando-a de especificidades. Para as mulheres que seguiram o caminho do magistério, esse fato significou novas possibilidades de inserção social.

Célia se recorda de que a turma de 1935 era composta por seis rapazes e por setenta e quatro moças. O Grêmio Normalista de sua época saiu em defesa da “mulher moderna”, reclamando a ela os seus novos direitos na sociedade da década de trinta.

“A guerra, o capitalismo, as complexidades da vida, a divisão do trabalho, o progresso, o aumento da população, a luta pela vida, fez nascer a mulher moderna, a mulher energia. (...) Só a falta de compreensão nitida dos atuais problemas, póde negar á mulher esse direito de igualdade. Os que ainda conservam desejos de senhor, naturalmente são inimigos do progresso intelectual e moral. Entretanto eles serão vencidos e nós acabaremos por nos libertarmos totalmente deste casulo de convenções estupidas que nos aprisiona, então qual numa nova crisalida nos aqueceremos aos loiros raios do sol da liberdade. (...)

A mulher brasileira não se libertou ainda de todo, porém a liberdade de que gosa agora lhe foi conferida junto com a do negro. A debandada das mucamas, a derrocada dos alicerces em que se apoiava o edificio economico da familia brasileira, fel-as pensar no futuro que se lhes mostrava, bem turvo. (...)

A mulher de hoje não é mais a mocinha “bibelot” cujo fim é casamento “feliz”. Não são as esposas “vitimas”, nem tão pouco as solteironas que passam a vida chorando um amor passado. Éla, a mulher novo tipo é a que grita contra a servidão da familia e da sociedade. (...)

Foi do ruido da guerra que surgiu esse cacto de flores maravilhosas e com fartos espinhos. Espinhos que as defendem das garras do homem e de flores maravilhosas porque a mulher moderna não perde sua feminilidade ao exercer os mais rudes mistéres junto ao homem.

O tipo fundamental da mulher está em relação diréta com o gráu historico de desenvolvimento economico por que atravessa a humanidade. (...)

As mulheres do novo tipo ao crear valores morais e sexuais destróem os velhos principios na alma das que não se aventuraram a aprender a marcha pelo novo caminho.

A vida em seu ritmo cada vez mais acelerado, obrigará os homens a aceitarem a mulher moderna, essas jovens de alma alegre e de cabeças firmes e sãs.” (BRAGA, 1935)

Contudo, como observado anteriormente, o lugar da mulher no mercado de trabalho reduzia-se a poucas profissões, entre elas, a de professora primária.

“Hoje os pequeninos devem ser educados para o século em que hão de viver, para o século da televisão e não mais para o do automóvel.

Não devemos concorrer para a conservação de fosseis mentais e sim para o desenvolvimento de seres pensantes e capazes.

Para que essa educação se processe normalmente e com vantagens reais, urge que sua direção esteja confiada a pessoa competente e capaz de nortear e esclarecer esses espíritos em franca florescência.

Tem cabido até hoje à mulher a direção da infância.

Sendo tão complexo esse dever, hoje é necessário para o seu sucesso que a mulher se liberte do jugo masculino e se mostre tal qual é.” (BRAGA, 1935)

Em junho de 1936, ao ser perguntada sobre qual a profissão que mais apreciava para a mulher, Alda Lazzerone, eleita Rainha dos Normalistas de Campinas, responde que é a de professora, pois

“O guia da mulher não é o coração? Sob essa direção vamos trabalhando com aquela alminha, que incessante nos pede o alimento necessário para a vida e desenvolvimento da sua inteligência.” (FOLHA DA NORMAL, 1936)

Porém, não era fácil seguir a carreira de professora primária. Recém-formadas, as professoras precisavam primeiro trabalhar em escolas da zona rural. Sólon chegou a escrever um conto, onde narra as angústias de uma moça que, logo após a formatura, foi lecionar em uma “*escolinha da roça*” (REIS, s.d).

No conto, a professora Clarinha lamenta o desconforto e o isolamento em que vive, ressentindo-se das desconfianças com que foi recebida na roça, revelando a saudade que sente dos tempos da Escola Normal e questionando por que os professores não a haviam prevenido para o tipo de vida que ela esperava.

Célia recorda que:

“O professor primário não tem a sorte que tem hoje, que geralmente ele leciona na própria cidade. Veja a quantidade de ginásios que existem espalhados por Campinas. Naquele tempo, não. Era o Culto à Ciência e a Escola Normal. Mas acontece que as professoras já sabiam que iriam lecionar na roça. Eu lecionei algum tempo em escola rural, em condições

difíceis... os alunos andando de pé no chão... eram roceiros mesmo. E as crianças se afeiçoavam ao professor e o professor também. Havia casos... eu tive casos de colegas que tiveram que escolher cadeira em lugares muito distantes e ficavam separados da própria família. Eu tive sorte, peguei umas aulas perto de Souzas, pouco tempo, e logo fui me ajeitando.”⁹⁸

Uma possível alternativa era estudar um pouco mais, especializar-se e prestar o concurso para lecionar em escola secundária.

“Eu vi que o primário era pior e não se ganhava nada... era muito pouco... e era a escola secundária que era a melhor... Então eu estudava inglês com um senhor inglês, idoso, chamado William Collier. Eu achei que poderia me aperfeiçoar em alguma disciplina, fazer concurso e lecionar na escola secundária. E foi o que eu fiz. Eu gostava de lidar com criança, mas tinha que começar na roça em condições difíceis. Então, eu achei mais prático lecionar na escola secundária. E foi o que eu fiz. Eu estudei bastante e submeti-me ao concurso em 1949.”⁹⁹

O concurso para professor era um processo rigoroso. Sólon e Célia se lembram de que constava de três provas:

“Para o concurso tinha que fazer aquelas três provas... Tinha que fazer a prova de erudição para uma banca, que contestava ou não, sobre um ponto sorteado vinte e quatro horas antes. Depois você lia essa prova e finalmente você dava uma aula na Escola de Aplicação ou Grupo Escolar anexo. ‘Dá uma aula aí de aritmética para o 3º ano’, ‘dá uma aula de linguagem escrita para o 2º ano’. Era o concurso de 1949, de três provas...”¹⁰⁰

“Em 1949 eu fiz o concurso para o magistério público secundário. O concurso era feito em São Paulo, com rigor muito grande constando de três provas. A primeira era prova de erudição, quando o candidato era obrigado a falar durante 50 minutos, em inglês, sobre um determinado ponto, que era sorteado na véspera. Ora, o ponto era tirado de uma lista muito grande, uns 30 autores e épocas da literatura inglesa e americana. Eu me lembro que pra

⁹⁸ Depoimento de Célia Siqueira Farjallat, 23.05.2002.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Depoimento de Sólon Borges dos Reis, 08.03.2002.

mim caiu Robert Browne. E eu discorri sobre ele. Era chamada prova de erudição porque havia perguntas em inglês, com uma banca muito complicada, muito culta. Depois havia a segunda prova, que era a leitura desta anterior. E a terceira era uma aula, a prova didática, em que a gente tinha que, durante 50 minutos, dar uma aula sobre determinado assunto... sobre, por exemplo, meios de comunicação, estações do ano, dentro daquilo que alunos de determinada série pudessem assimilar.”¹⁰¹

No cenário dos anos vinte e trinta, o ideário republicano propagou uma nova concepção sobre o papel do professor. Passou-se a compreender que a ação social do mestre não se restringia apenas aos limites da sala de aula, mas ultrapassava-os para atingir a sociedade como um todo. A valorização da função social do professor estava voltada para a formação do cidadão.

De acordo com o discurso do professor Murillo Mendes, paraninfo da turma de professorandos de 1928,

“O ideal educativo de nossos dias, muito distinto do ideal classico, já não se contenta com o desenvolvimento harmonico das faculdades do espirito para a perfeita adaptação do individuo ás leis da vida, senão que ainda exige a sua eficiencia integral na sociedade, onde as crescentes necessidades de um mundo cada vez mais complexo, repousam sobre a cooperação de todos os homens. “ (MENDES, 1929, p.135)

Porém, embora os republicanos defendessem a laicização do ensino, em seus discursos conservavam-se traços de uma visão teológica da realidade e, assim, o professor passou a exercer o papel que anteriormente se atribuía ao sacerdote. O magistério passou a ser o novo apostolado e o mestre tornou-se o sacerdote, com a tarefa de moralizar e instruir a população dentro dos preceitos da moral social.

“Não deveis, entretanto, desanimar ao ouvirdes esta afirmação, lembrai-vos antes que sois patriotas e que espontaneamente abraçastes a causa sacro-santa de continuar a preparação do futuro do Brasil. “ (CORREIA, 1930, p.162)

¹⁰¹ Depoimento de Célia Siqueira Farjallat, 23.05.2002.

Devido à importância dada à educação com o advento da República, propiciou-se a constituição de representações sobre a profissão docente nas quais o professor passou a ser responsável pela formação do povo, uma vez que este era considerado o elemento reformador da sociedade. O mestre, “*esperança da Pátria*”, era o portador de uma nobre missão cívica e patriótica. Através dele se poderia reformar a escola, levando-a a realizar as grandes finalidades da educação pública.

“Preparar intelligencias para o desenvolvimento das sciencias, da arte e das letras. E ainda, preparar o homem physicamente, pois como bem resa o aphorismo latino men sana in corpore sano, temos necessidade urgentissima de braços fortes para o arroteamento do solo e consciencias lucidas e espiritos vigorosos, que lutem tenazmente, com uma coragem leonina, tornando cada vez mais limpos e independentes os horizontes da terra Patria!”
(LEME, 1917)

Qual seria a finalidade da educação pública? Para Fernando de Azevedo

“A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar ‘a hierarquia democratica’ pela ‘hierarquia das capacidades’, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ella tem, por objecto, organizar e desenvolver os meios de acção durável, com o fim de ‘dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento’, de accôrdo com uma certa concepção do mundo.” (AZEVEDO, 1932, p.09)

Entretanto, a educação cívica, amplamente forjada por rituais de constituição de corpos saudáveis e de mentes e corações disciplinados, era recurso para garantir que a educação, arma perigosa, não viesse a constituir-se em fator de desestabilização social. (CARVALHO, 1998)

“Por isso, professores da minha terra, da terra dos Bandeirantes, vós que sois os ‘confaloneiros da luz’, e, vos tambem meus collegas, que amanhã ides commigo dar luz e entendimento a essas creancinhas nossos irmãos, que no futuro poderão ser os braços fortes do Paiz, levantae, sahi desse marasmo negro e tenebroso como o pego insondavel, em que se

enchafurdam esses parasitas e vamos levar aos nossos irmãos pequenos, filhos da nossa terra, as luzes que possam com eminência extraordinária ser a luz bemdicta da regeneração e o sustentáculo estupendo do Brasil, e ‘trabalhae pela Patria e dae felicidade, messionicamente, espalhando a bondade’.” (LEME, 1917)

Questiona em discurso o professor Geraldo Alves Correa, paraninfo da turma de professorandos de 1929 e diretor da Escola Normal de Campinas: *“não é verdade que as nossas almas se uniram para diffundir a pratica dos bons exemplos, do trabalho, da ordem, do respeito, da obediencia, da amizade e da honra?”* (CORRÊA, 1930, p.161).

E continua o paraninfo no seu apelo cívico às formandas:

“Vêde (...) qual é a vossa missão? É a de educar e depois instruir os vossos futuros discipulos dando-lhes bons exemplos. (...)

Diffundi pelos vossos exemplos o cumprimento do dever, a sã moral, o respeito às leis e a consideração às nossas autoridades. Pregai que todos nos devemos querer e respeitar mutuamente. Procurai banir a mentira, a hypocrisia e os interesses descomedidos. Fazei de vossos alumnos bons brasileiros. (...)

Não vos esqueçais nunca desta Escola, deste templo bemdito, onde sopra sempre uma aragem avelludada de trabalhos e de civismo.

Aqui aprendestes a amar o bello, o util e o justo. (...)

Sede boas professoras brasileiras, falai do Brasil com orgulho e com entusiasmo; velai pelo nosso bom nome, pelas nossas producções, pela conservação e embellezamento da nossa língua e pelo respeito às nossas autoridades constituídas. (...)” (CORRÊA, 1930, p.165-168)

O sucesso da nova escola pretendida dependeria dos professores formados pela Escola Normal, *“templo bemdito”, “recinto sagrado”*. Sua formação se daria segundo concepções educacionais modernas, de acordo com os valores republicanos. Desse modo, o magistério tornava-se uma profissão digna, reconhecida e edificante.

Fernando de Azevedo (1932) complementa que o professor não deveria interessar-se apenas pelos fins da educação, mas também pelos meios de realizá-la.

O educador necessitaria possuir uma cultura múltipla e bem diversa, além de ter o conhecimento dos homens e da sociedade em cada uma de suas fases, para perceber *“a*

posição que tem a escola, e a função que representa, na diversidade e na pluralidade das forças sociais que cooperam na obra da civilização” (AZEVEDO, 1932, p.04).

“Se tem essa cultura geral que lhe permite organizar uma doutrina de vida e ampliar o seu horizonte mental, poderá ver o problema educacional em conjunto, de um ponto de vista mais largo, para subordinar o problema pedagogico ou dos methods ao problema philosophico ou dos fins da educação; se tem um espirito scientifico empregará os methods comuns a todo genero de investigação scientifica, podendo recorrer a technicas mais ou menos elaboradas e dominar a situação, realizando experiencias e medindo os resultados de toda e qualquer modificação nos processos e nas technicas, que se desenvolveram sob o impulso dos trabalhos scientificos, na administração dos serviços escolares.” (AZEVEDO, 1932, p.04)

Para além de uma formação específica, os normalistas da Escola Normal de Campinas de 1935 não ficavam restringidos às atividades realizadas em sala de aula. Durante muitos anos, o Grêmio Estudantil foi o responsável por agitar o cotidiano escolar e a comunidade com as festas e a publicação de jornais que promovia.

Os alunos da turma de 1935 relembram-se das festas cívicas, que eram comemoradas com entusiasmo, e toda classe tinha seus poetas. A de Célia tinha Sólon Borges dos Reis e João D’Oliveira Toledo, cujos sonetos eram publicados nos jornais escolares, como o “O Normalista”¹⁰², de publicação do Grêmio “Álvares de Azevedo”¹⁰³. Esse periódico divulgava também notícias, reportagens e os trabalhos considerados mais significativos relacionados com os conteúdos desenvolvidos pela Escola.

Quanto ao Grêmio “Álvares de Azevedo”, a ex-aluna Maria Elisa Siqueira de Souza Camargo foi presidente desse Grêmio e, na época, era a encarregada de organizar as festas e piqueniques da turma de 1935 (COSTA, 1995).

Interessante observar que a tarefa de organizar festas, excursões e outros eventos semelhantes cabia às alunas que participavam do Grêmio. Já os alunos, ainda que em

¹⁰² “O Normalista” foi lançado em 15 de agosto de 1933, sob a direção de Sólon Borges dos Reis e João de Toledo, e sobreviveu por mais de vinte anos. Outras publicações da época foram: *A voz da Normal*, *Folha da Normal* e *Tribuna da Normal* (PEQUENO GUIA..., 1947, p.28).

¹⁰³ O Grêmio Normalista “Álvares de Azevedo” foi fundado em 1º de fevereiro de 1933 pelos estudantes Sólon Borges dos Reis, João de Toledo, Mario Orlando Gagliardi e Lucia do Carmo Barbosa. Posteriormente recebeu a denominação de Associação Normalista “Álvares de Azevedo” (PEQUENO GUIA..., 1947, p.27).

número bem reduzido, encarregavam-se de escrever artigos que discutiam problemas do cotidiano escolar, questões educacionais, além de organizar campanhas como a “Semana da Higiene”.

Tal campanha, realizada pelo Grêmio Normalista de 19 a 24 de agosto de 1935, sob direção de Sólon Borges dos Reis e coordenação do professor João Gumercindo Guimarães, então responsável pela cadeira de Higiene do curso normal, visava difundir entre o povo, ensinamentos a respeito de higiene, condições de conservação e melhora da saúde. Para tanto, o Grêmio lançou mão dos meios de que dispunham na época, como publicação de impressos, folhetins e panfletos, que discorriam sobre o assunto nos diversos estabelecimentos escolares da cidade, além de palestras educativas pronunciadas na Rádio Educadora de Campinas.

Os assuntos, publicados ou ministrados nas palestras, eram os mais variados. Abrangiam temas relacionados a doenças como: alcoolismo, amarelão, tuberculose, maleita, lepra, varíola, ociosidade, cegueira, tracoma, raiva, bem como sobre alimentos e outros cuidados para uma vida saudável: leite, ovos, carne, frutas, trabalho, lazer e higiene da boca.

A disciplina de Higiene e Puericultura, base da difusão escolar dos princípios de uma vida sadia, transmitia noções de higiene ao povo por meio dos alunos. Capazes de cuidar de si mesmos, os alunos estariam preparados para cuidar também de suas famílias, dentro dos princípios higiênicos. Higienizar significava moralizar. O objetivo era emancipá-los, evitando que se degradassem física e moralmente.

É importante lembrar, ainda, que Campinas havia sido duramente afetada pela epidemia de febre amarela, em surtos que se estenderam de 1889 (primeiro surto) a 1896 (terceiro surto), e em 1918 ainda enfrentou a gripe espanhola.

Os normalistas acreditavam que a campanha por eles empreendida era “*a tradução fiel do amor e devoção do campineiro para com sua terra e seu povo*”.

“Essa agremiação [o Grêmio Normalista], cujos destinos são norteados por um pugilio de jovens entusiastas e idealistas logrou, nas diversas facetas do seu omnimodo campo de acção, honrar sobremaneira a nossa Escola Normal, esse Templo de Luz onde se plasma o caracter de todos quantos em seu seio esfalfantemente mourejam na alma indomita de

alcançar o facho de Luz, que baloiça em sua frente mas cuja conquista implica perseverança e dispendio de esforços inauditos. “ (CAMARGO, 1935)

Os normalistas, “*jovens entusiastas e idealistas*”, acreditavam que:

“A nação que timbra pelo menoscabo à saúde de seu povo, desconhecendo os mais rudimentares preceitos de Hygiene, marcha inevitavelmente para a própria ruína porquanto é a saúde o alicerce sobre o qual se vão assentar os destinos de um povo.” (CAMARGO, 1935)

Célia foi uma das alunas designadas a participar da campanha, porém não na sua organização.

“Eu também fui uma das alunas designadas para falar no rádio. Eu me lembro que eu falei sobre o leite, a importância do leite, os cuidados na conservação do leite, o leite na alimentação do idoso, da criança, etc.”¹⁰⁴

Iniciativas como essa da Semana da Higiene reforçavam a importância da Escola Normal de Campinas no imaginário do campineiro, pois a sua presença, além de ser considerada pela sociedade como um privilégio, era importante também pelo fato de que atendia às suas expectativas de bem formar seus filhos, de torná-los aptos na luta pela vida. Além disso, havia a presença suntuosa do prédio da Escola no centro da cidade. O cidadão da época via a instituição

“(…) como transmissora da verdadeira cultura do espírito e competente para desenvolver harmoniosamente as forças do ser humano, sendo, por isso, capaz de tornar as pessoas boas, sãs e felizes.” (NASCIMENTO, 1999, p.92)

Uma última questão ainda em relação à formação dos alunos da Escola Normal de Campinas é a de suas expectativas quanto ao futuro. O que queriam os alunos da Normal ao

¹⁰⁴ Depoimento de Célia Siqueira Farjallat, 23.05.2002.

se matricularem numa escola que formava professores? O que significava o diploma conquistado?

Para Sólon,

“Muitos estavam de olho no diploma para continuar e muitos não. Mesmo mulheres... Não é porque é mulher que ela ia ser professora e poucas se destacaram depois, porque são coisas da época, não da escola.”¹⁰⁵

A fala de Sólon reflete bem a época. A maioria das mulheres freqüentava a escola enquanto aguardava pela oportunidade do casamento. Poucas iam ser professoras e, conforme já foi observado, as que seguiam a carreira do magistério o faziam por dificuldades financeiras ou porque desejavam mesmo uma profissão que fosse reconhecida socialmente.

Os homens, porém, utilizavam o diploma da Normal para prosseguirem em seus estudos e seguirem carreiras que lhes possibilitasse sucesso econômico e social.

“[A Escola] ministrou os ensinamentos básicos e possui mestres que se projetaram sobremaneira na vida pública. Entre eles, o prof. Ernesto Leme, antigo reitor da Universidade de São Paulo; deputado Sólon Borges dos Reis, ex-secretário da Educação do Estado de São Paulo; Nelson Omegna, ex-ministro do Trabalho no governo JK; Andranico de Melo, que foi chefe do Ensino Técnico, Secundário e Normal do Estado; Lino de Moraes Leme, catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito Civil de São Paulo e ex-deputado federal; Floriano de Azevedo Marques, João Lourenço Rodrigues, Carlos Corrêa de Mascaro e João Augusto de Toledo, entre outros.” (CHEGA..., 1963)

A exposição inicial sobre a memória e os lugares que a ela se reservam, deu-se no sentido de demonstrar como as diferentes percepções recriam o passado, trazendo um novo que não é único mas que aponta tendências. Além disso, procurei analisar as idéias e as preocupações daqueles que buscavam a formação de professores na Escola Normal de Campinas, trazendo à cena suas crenças e expectativas, bem como as questões de gênero presentes no itinerário da história da formação docente, sobretudo do professor primário.

¹⁰⁵ Depoimento de Sólon Borges dos Reis, 08.03.2002.

Muitas alunas vinham de outras cidades para estudar na Escola Normal de Campinas¹⁰⁶.

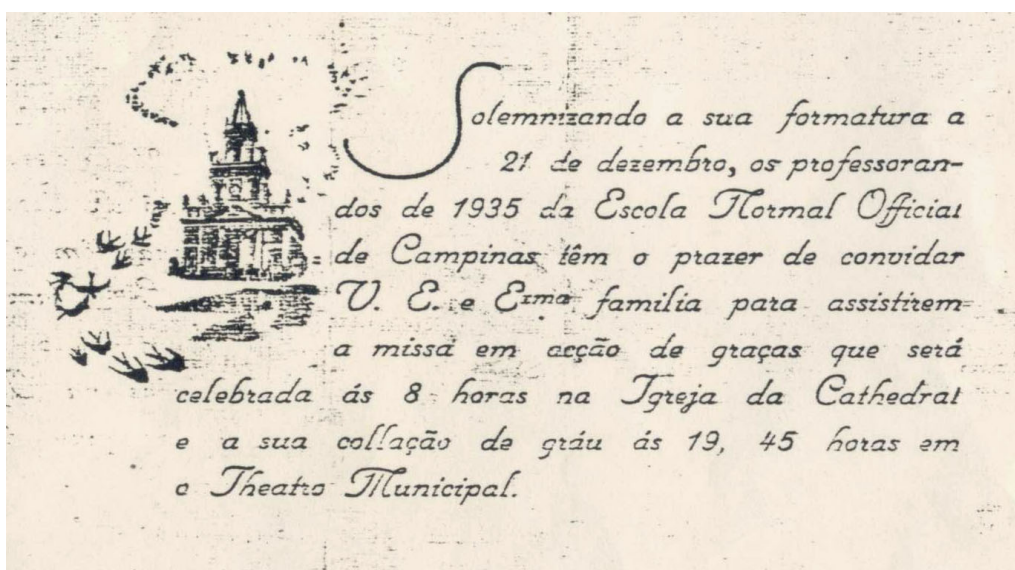


Figura 30 - Convite de formatura da Turma de 1935. Cópia doada por Sólon Borges dos Reis, por ocasião do seu depoimento em 08.03.2002.

¹⁰⁶ Fonte: Álbum de Formatura dos Professorandos de 1928 da Escola Normal de Campinas (acervo da Escola Estadual “Carlos Gomes”).



Figura 31 - Situação do prédio da EE "Carlos Gomes" em dezembro de 1995, antes da reforma empreendida com o apoio da “Associação dos Amigos da Escola Carlos Gomes”¹⁰⁷.



Figura 32 - Situação do prédio da EE "Carlos Gomes" em dezembro de 1995, antes da reforma empreendida com o apoio da “Associação dos Amigos da Escola Carlos Gomes”.

¹⁰⁷ Fotografia doada por Sólton Borges dos Reis, por ocasião do seu depoimento em 08.03.2002. Idem para a figura 32.



Figura 33 - Em imagem recente da Escola Estadual “Carlos Gomes” vê-se pichações no alto do prédio.¹⁰⁸



Figura 34 - Encontro da turma de normalistas de 1935, no Hotel Palace em Campinas, em 9 de dezembro de 1995, quando comemoraram sessenta anos de formatura. Célia é a primeira à esquerda e Sólon é o terceiro¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Foto: Eva Cristina Leite da Silva, outubro de 2002.

¹⁰⁹ Fotografia doada por Sólon Borges dos Reis, por ocasião do seu depoimento em 08.03.2002.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, pretendi apresentar uma discussão acerca das práticas vividas na Escola Normal de Campinas e das representações dessas práticas, por aqueles que as vivenciaram no período 1920-1936. Pela análise dos materiais considerados nesta pesquisa, ao tentar captar os movimentos de continuidades e rupturas que se articulam a signos e vestígios da condição e das relações sociais de e entre os sujeitos, observei que as práticas por eles relatadas, bem como as suas representações das mesmas, constituem-se como símbolos de uma época.

Partindo da análise da fachada e da constituição interna do prédio da Escola Normal, foi possível perceber vestígios daquele cotidiano escolar, fragmentos de um tempo em que a arquitetura escolar pública propagava uma imagem de estabilidade e nobreza que se harmonizava à educação, visando a moralização e instrução da população.

Através das lembranças dos ex-alunos da Normal, observei como os discursos foram se constituindo, enquanto dispositivos, na configuração dessas práticas e representações que se articulavam a um ideário, possibilitando uma leitura das práticas docentes no cotidiano escolar e das relações sociais de uma época, sobretudo do período de 1920-1936.

Outrossim, foi possível perceber as crenças e as expectativas daqueles que buscavam a formação de professores na Escola Normal de Campinas, bem como as questões de gênero presentes no itinerário da história da formação docente, sobretudo do professor primário.

Uma última questão analisada foi quanto à memória e aos lugares que a ela se reservam, no sentido de demonstrar como as diferentes percepções recriam o passado, trazendo um novo que não é único, mas que aponta tendências de uma época em que as práticas serviam a um determinado ideário.

“Toda história é arqueológica por natureza e não por escolha: explicar e explicitar a história consiste, primeiramente, em vê-la em seu conjunto, em correlacionar os pretensos objetos naturais às práticas datadas e raras que os objetivizam (...)” (VEYNE, 1978, p.280)

Sobretudo considerando que *“a prática não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que fazem as pessoas”* (VEYNE, 1998, p.248) e que representações são *“estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser percebido constitutivo de sua identidade”* (CHARTIER, 1991, p.184).

Ao buscar elucidar os documentos levantados, procurei apresentar as narrativas entrelaçadas com os fatos e com as imagens, numa tentativa de produzir história por meio das várias histórias das quais fui ouvinte e, por vezes, confidente. Procurei ser fiel, porém assumindo a narrativa que eu própria criei acerca destas histórias ouvidas e partilhadas.

ARQUIVOS CONSULTADOS

1. ESCOLA ESTADUAL “CARLOS GOMES”¹¹⁰

Arquivo

- Livros de Matrículas, Chamadas, Notas e Exames, Registro de Diplomas e Álbuns de Formatura dos alunos, Termos de Nomeação e de Visitas de Inspetores à Escola, Livros de Ponto dos docentes e funcionários, e Atas de Reuniões.

Biblioteca

- Artigos em jornais, folhetos, boletins, guias e edições comemorativas.

2. CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES DE CAMPINAS (CCLA)

Biblioteca

Artigos em Jornais:

- DE ESCOLA Primária a IEE: 50 anos formando mestres. **Diário do Povo**, Campinas, 10 dez.1972.
- FARJALLAT, Célia Siqueira. Os setenta anos do Instituto de Educação Estadual Carlos Gomes. **Correio Popular**, Campinas, 12 maio 1973, p.09.
- _____. O Instituto de Educação Estadual Carlos Gomes hoje faz 70 anos. **Correio Popular**, Campinas, 13 maio 1973, p.7-A.

Outros:

- AZEVEDO, Fernando de (et al.). A reconstrução educacional no Brasil. **Revista Educação**, vol. 6, jan/mar.1932, p.03-31.
- Álbum de formatura dos professorandos de 1929 da Escola Normal de Campinas.
- Álbum de formatura dos professorandos de 1940 da Escola Normal “Carlos Gomes”.

3. CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO (CONDEPHAAT)

¹¹⁰ A relação dos documentos levantados na Escola Estadual ‘Carlos Gomes’ está em ‘Anexos’.

- ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado. **Tombamento da EEPSPG “Carlos Gomes”**. Processo n. 21.822, 1981.

4. CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPINAS (CONDEPACC)

Centro de Documentação da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural

Artigos em Jornais:

- ARQUITETURA e mobília seguiam estilo europeu. **Correio Popular**, Campinas, 11 maio 1993.
- ESCOLA Carlos Gomes reativa biblioteca depois de 4 anos. **Correio Popular**, Campinas, 31 out.1998, Cidades, p.03.
- COSTA, Maria Teresa. Ex-estudantes querem salvar escola: formandos de 1935 da Escola Normal Carlos Gomes articulam reforma do colégio que já foi símbolo da cidade. **Correio Popular**, Campinas, 11 dez.1995, Cidades, p.01.
- FARJALLAT, Célia Siqueira. Vidas entrelaçadas. **Correio Popular**, Campinas, 05 ago.1996, Cidades, p.02.
- _____. Um jardim, um símbolo. **Correio Popular**, Campinas, 05 mar.1997, Cidades, p.02.
- _____. Antigos prédios escolares. **Correio Popular**, Campinas, 06 jun.1997, Cidades, p.02.
- _____. Grandes revelações. **Correio Popular**, Campinas, 19 maio 1999, Cidades, p.02.
- JUSTIÇA histórica em Campinas. **Diário do Povo**, Campinas, 25 abr.1997.

Outros:

- CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de; NEVES, Helia Maria Vendramini. **Arquitetura escolar paulista: 1890-1920**. São Paulo: FDE/Diretoria de Obras e Serviços, 1991.
- **EVOLUÇÃO da Arquitetura Escolar em Campinas:** escolas estaduais, municipais e particulares, criadas até 1924. Campinas, SP: Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, 1995 (texto impresso).

- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Secretaria da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas. **Tombamento “ex-officio” da EEPSPG “Carlos Gomes”**. Processo de Tombamento n. 03, 1997.

5. FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Biblioteca

Hemeroteca:

- FARJALLAT, Célia Siqueira. Unidos pelo mesmo ideal. **Correio Popular**, Campinas, 02 maio 1997.
- _____. A crônica de uma escola. **Correio Popular**, Campinas, 10 maio 1997.
- _____. A Escola do Largo das Andorinhas. **Correio Popular**, Campinas, 13 maio 1997.
- ROVERI, Andréa. Saudades eternas para o ‘uniforme azul e branco: normalistas da Escola Carlos Gomes marcaram os Anos Dourados na cidade. **A Tribuna**, Campinas, 02 nov.1997.

6. CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP (CMU)

Arquivos Especiais

- Coleção Geraldo Sesso Júnior (fotografias: Grupo Escolar “Doutor Quirino dos Santos”, Escola Complementar de Campinas e Escola Normal de Campinas).

Arquivos Históricos

- Fundo Jolumá Brito, Série 4 – Ensino e Pesquisa (Subsérie 4 – Escolas).
- Coleção Nelson Baker Omegna, Inventário Sumário e Analítico (Escola Carlos Gomes), Índice Temático (Educação), Produção Intelectual (Manuscritos).

Biblioteca

Escola Normal de Campinas:

- PEQUENO GUIA da Escola Normal “Carlos Gomes”, 1903-1947.
- A ESCOLA: orgam dos alunos da Escola Normal Primaria de Campinas, n.1, 1911 (revista quinzenal).

- BOLETIM ESCOLAR: órgão oficial da Escola Normal Primária, n.1, Campinas, 12 jan.1916.
- POLYANTHEA – Gremio Normalista “17 de julho”, n.9, 1917.
- O NORMALISTA: órgão do Gremio Normalista “Alvares de Azevedo”, n.5, 1933; n.19 e 24, 1936.
- FOLHA DA NORMAL: mensário crítico, literário e noticioso, n.1-4, 1935.
- FOLHA DA NORMAL: intérprete do pensamento normalista, n.7-8 e 11, 1936.
- A VOZ DA NORMAL: órgão dos normalistas campineiros, n.1, 1937.
- TRIBUNA DA NORMAL: filiado à rede jornalística estudantina campineira, n.2-3, 1939.

Hemeroteca:

- 75 ANOS depois, ainda é a velha Escola Normal, **Correio Popular**, Campinas, SP, 12 maio 1978.
- A ESCOLA naquele tempo, **Correio Popular**, Campinas, SP, 12 fev.1985.
- A ESCOLA Normal vive na memória da cidade, **Correio Popular**, Campinas, SP, 14 jul.1979.
- A ‘GAZETA de Campinas’ lutando pela República. **Diário do Povo**, Campinas, SP, 18 abr.1986.
- ALUNOS protestam para salvar o ‘Carlos Gomes’. **Diário do Povo**, Campinas, SP, 14 maio 1985.
- ANDRADE, Euclydes. Recordando Campinas de outrora: a proclamação da República na terra de Glycério. **Jornal de Hoje**, s.l., s.d.
- BRITO, Jolumá. Campinas, berço da República. **Diário do Povo**, Campinas, SP, 14 nov.1965.
- CAMPINAS e a República, **Correio Popular**, Campinas, SP, 04 set.1963.
- CHEGA aos 60 anos o IE ‘Carlos Gomes’, de Campinas. **S.n.**, s.l., 12 maio 1963.
- COM WELLMAN, o pioneirismo, **Correio Popular**, Campinas, SP, 12 maio 1978.
- CORRÊA, Geraldo Alves. Escola Normal de 1918. **Correio Popular**, Campinas, SP, 01 maio 1959.
- DE ESCOLA Primária a IEE: 50 anos formando mestres. **Diário do Povo**, Campinas, SP, 10 dez.1972.

- EEPSEG 'Carlos Gomes' comemora 78 anos de fundação, **Correio Popular**, Campinas, SP, 13 maio 1981.
- ERA Colonial – Império e República – tempos modernos: Campinas em três dimensões, **Correio Popular**, Campinas, SP, s.d.
- FARJALLAT, Célia Siqueira. Aos mestres, com carinho e saudade. **Correio Popular**, Campinas, SP, 02 nov.1969.
- _____. Minha escola há meio século atrás. **Correio Popular**, Campinas, SP, 28 jan.1973.
- _____. Setenta anos de trabalho e cultura: Instituto de Educação Estadual 'Carlos Gomes'. **Correio Popular**, Campinas, SP, 22 abr.1973.
- _____. De muito longe, no tempo e na saudade... **Correio Popular**, Campinas, SP, 29 abr.1973.
- _____. IEE 'Carlos Gomes': 70 anos. A escola do meu tempo. **Correio Popular**, Campinas, SP, 06 maio 1973.
- _____. Setenta anos do IEE 'Carlos Gomes': esta escola surgiu assim. **Correio Popular**, Campinas, SP, 08 maio 1973.
- _____. Os últimos documentos de uma grande comemoração. **Correio Popular**, Campinas, SP, 17 jun.1973.
- _____. A escola de meu tempo. **Correio Popular**, Campinas, SP, 10 maio 1978.
- FORAM traçadas, na reunião de Campinas, as novas directrizes do Partido Republicano Paulista. **Folha da Manhã**, São Paulo, 25 fev.1934.
- HOJE, os 79 anos da velha Escola Normal, **Correio Popular**, Campinas, SP, 13 maio 1982.
- MARIANO, Júlio. Constantes e graves dissensões políticas. **Correio Popular**, Campinas, SP, 14 jul.1974.
- MENDES, José de Castro. Campinas e a Proclamação da República. **Correio Popular**, Campinas, SP, 15 nov.1961.
- NOGUEIRA, Bráulio Mendes. A contribuição de Campinas na proclamação da República. **Correio Popular**, Campinas, SP, 28 nov.1976.

- O PROF. WELLMAN Galvão de França Rangel fala sobre: O Instituto de Educação de Campinas e a História do Ensino de São Paulo. **Diário do Povo**, Campinas, SP, 13 maio 1959.
- ORGULHO de família: em Campinas e região ainda são localizados parentes de políticos que lutaram contra o Império e ajudaram a República a se fortalecer. **Jornal de Domingo**, Campinas, SP, 12 nov.1989.
- OS 75 ANOS de atividade da Escola ‘Carlos Gomes’, **Folha de São Paulo**, SP, 14 maio 1978.
- RANGEL, Wellman Galvão de França. Pequena história da Escola do Largo das Andorinhas – Primeira Parte. **Correio Popular**, Campinas, SP, 13 maio 1971.
- _____. Pequena história da Escola do Largo das Andorinhas – Conclusão. **Correio Popular**, Campinas, SP, 14 maio 1971.
- TONOCCHI, Mário. Francisco Glicério. O campineiro republicano. **Correio Popular**, Campinas, SP, 01 out.1999.
- VERZIGNASSE, Rogério. Prédio histórico vive situação de abandono: grupo quer captar recursos para reformas. **Correio Popular**, Campinas, SP, 03 set.1995.
- _____. Memória. **Correio Popular**, Campinas, SP, 04 mar.1996.
- _____. Laudo mostra precariedade da ‘Carlos Gomes’. **Correio Popular**, Campinas, SP, 04 mar.1996.

Livros e almanaques:

- AMARAL, Leopoldo (Org.). **Almanaque:** a cidade de Campinas em 1900. Campinas, SP: Livro Azul, 1899.
- BAUAB, Maria Aparecida dos Santos Rocha. **O ensino normal na província de São Paulo (1846-1889):** subsídios para o estudo do Ensino Normal no Brasil-Império. São José do Rio Preto, SP: s.n., 1972.
- _____. **Ensino normal em São Paulo:** 1846-1963. Campinas: Unicamp, 1992.
- LADEIRA, José M. e OCTAVIO, Benedicto. **Almanach de Campinas para 1908.** Campinas, SP: Casa Mascotte, 1907.
- OCTAVIO, Benedicto e MELILLO, Vicente. **Almanach Histórico e Estatístico de Campinas:** 1912. Campinas, SP: Casa Mascotte, 1911.

- _____. **Almanach Histórico e Estatístico de Campinas:** 1914. Campinas, SP: Casa Mascotte, 1913.
- PINTO, J. Gomes. **Campinas:** 1862-1927. 1947
- RODRIGUES, João L. **Livro Jubilar da Escola Normal da Capital.** São Paulo: Instituto D. Anna Rosa, 1930.

7. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Biblioteca Municipal

Coleção “Autores Campineiros”

- AMARAL, Leopoldo. **A cidade de Campinas em 1900.** Campinas, SP: Livro Azul, 1900.
- _____. **Campinas:** Recordações. São Paulo: Seção de Obras d’O Estado de São Paulo, 1927.
- BARRETO, D. Francisco de Campos. **Palestras e Conferências.** Campinas, SP: Casa Mascotte, 1923.
- BATTISTONI FILHO, Duílio. **A vida cultural em Campinas nos anos 20.** Campinas: s.c.p., 1986.
- BERTAZZOLI NETO, Ângelo e BERTAZOLLI, José (Orgs.). **Campinas ontem/hoje:** álbum histórico, ilustrativo e informativo. Campinas, SP: Gráfica Bertini, 1995.
- BRAGA, Erasmo. **Leitura:** para o 3º ano escolar. São Paulo: Melhoramentos, s.d.
- _____. **Leitura:** para o 4º ano escolar. São Paulo: Melhoramentos, s.d.
- BRUSSOLO, Armando. **Tudo pelo Brasil:** diário de um repórter sobre o Movimento Constitucionalista. São Paulo: Editorial Paulista, 1932.
- BUENO, Rafael Mila. **Campinas era assim.** Campinas, SP: Palavra Muda, 1988.
- CAMPINAS de ontem e de hoje. Campinas, SP: Empresas Lix da Cunha, dez.1988.
- CASA LIVRO AZUL. **Memorial comemorativo do 60º aniversário de sua fundação (1876-1936).** Campinas, SP: Livro Azul, 1936.
- GARCIA FILHO, José e LISBOA, Luiz Gonzaga Horta. **Almanaque de Campinas no bicentenário da cidade (1774-1974).** Campinas, SP: Ativa, 1974.
- LEME, Lino de Moraes. **Recordações.** São Paulo: Brasil Editora, s.d.
- MONOGRAFIA Histórica de Campinas. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

- O MAGISTÉRIO como sacerdócio (1910-1960): a vida e a obra do Professor Norberto de Souza Pinto no Cinquentenário Comemorativo. Rio de Janeiro: Editora Livro, 1962.
- POLIANTÉIA Comemorativa: 1º CENTENÁRIO do ensino normal de São Paulo (1846-1946). São Paulo: Brescia, 1946.
- PUPO, Benedito Barbosa. **Oito bananas por um tostão:** Crônicas Campineiras. Campinas, SP: Palmeiras, 1976.
- PUPO, Celso Maria de Melo. **Campinas, seu berço e juventude.** São Paulo: Rev. dos Tribunais, 1969.
- GUIA OFICIAL das Festividades do Bi-centenário de Campinas. **Segundo Centenário:** Campinas, 1947. Campinas, SP: Banyon Editôra Ltda., jan.1974.

8. MUSEU DA IMAGEM E DO SOM

- Coleção Biblioteca (fotografias e cartões postais: Grupo Escolar “Doutor Quirino dos Santos”, Escola Complementar de Campinas e Escola Normal de Campinas).
- Coleção MIS (fotografias: Escola Normal de Campinas e Escola Normal “Carlos Gomes”).

9. ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Leis e Decretos

- ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 1.750, 08.12.1920 – Reforma a Instrução Publica do Estado.
- ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 3.356, 31.05.1921 – Regulamenta a Lei n. 1.750, de 08.12.1920, que reforma a Instrução Publica.
- ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 2.095, 24.12.1925 – Aprova com modificações o Decreto n. 3.858, de 11.06.1925, que reforma a Instrução Publica do Estado.
- ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 4.101, de 14.12.1926 – Regulamenta a Lei n. 2.095, de 24.12.1925.
- ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 2.269, de 31.12.1927 – Reforma a Instrução Publica do Estado.
- ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 4.888, de 12.02.1931 – Reorganiza o Ensino Normal, entre outras providências.

- ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 5.846, de 21.02.1933 – Reorganiza as Escolas Normais do Estado, entre outras providências.
- ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 5.884, de 21.04.1933 – Institui o Código de Educação do Estado de São Paulo.

Revista Educação

- PINTO, Norberto de Souza. Coherencia profissional. Revista Educação, vol. 5, out.1928, p.55-57.
- MENDES, Murillo. Discurso de Paranympo. Revista Educação, vol. 6, jan/fev.1929, p.133-142.
- CORREA, Geraldo Alves. Discurso de Paranympo. Revista Educação, vol. 11, maio.1930, p.160-168.
- DUTRA, Antonio de Padua. O ensino de desenho em escolas normaes e complementares. Revista Educação, vol. 8, jun/jul.1932, p.96-106.

10. DEPOIMENTOS

- Professor Wellman Galvão de França Rangel, Campinas/SP, 06 de março de 2002.
- Professor Sólon Borges dos Reis, Instituto de Estudos Educacionais “Prof. Sud Menucci”, Vila Mariana/SP, 08 de março de 2002.
- Professora Célia Siqueira Farjallat, Campinas/SP, 23 de maio de 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, Dissertações e Teses

- AFFONSO, Cleide Maria de Luca e PINTO, Maria Nívea. **Culto à Ciência:** cento e treze anos a serviço da cultura. Campinas, SP: Tecla Tipo, 1986.
- AMARAL, Leopoldo. **Campinas:** Recordações. São Paulo: Secção de Obras d'O Estado de São Paulo, 1927.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembrança de velhos. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CAMPINAS de ontem e de hoje. Campinas, SP: Empresas Lix da Cunha, dez.1988.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república.** São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História).
- _____. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1997, p.269-287.
- _____. **Molde nacional e fôrma cívica:** higiene, moral e trabalho no projeto da associação brasileira de educação (1924-1931). Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.
- _____. O debate sobre a identidade da cultura brasileira nos anos 20: o americanismo de Anísio. In: SMOLKA, Ana Luiza Bustamante e MENEZES, Maria Cristina (Orgs.). **Anísio Teixeira, 1900-200.** Provocações em educação. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000, p.53-69. (Coleção Memória da Educação)
- CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de; NEVES, Helia Maria Vendramini. **Arquitetura escolar paulista:** 1890-1920. São Paulo: FDE/Diretoria de Obras e Serviços, 1991.
- COSTA, Geralda Botelho. **Uma panorâmica das transformações na concepção de alfabetização e origem da Escola Normal em Campinas no contexto Brasil – São Paulo (1850-1889).** Campinas, SP: s.n., 1997.
- ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio e ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e**

- subjetividade:** a arquitetura como programa. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p.21-57.
- GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **O almanaque, a locomotiva da cidade moderna:** Campinas, décadas de 1870 e 1880. Campinas, SP; Tese de Doutorado, IFCH/Unicamp, 1998.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **História e memória.** Trad. Bernardo Leitão... (et al.). 3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994, p.535-553.
- LE MOS, Carlos A. C. **A república ensina a morar (melhor).** São Paulo: Hucitec, 1999. (Estudos Históricos, n. 39)
- MANOEL, Ivan A. **Igreja e educação feminina:** os colégios das Irmãs de São José de Chamberry (1859-1919). São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1988.
- MARTINS, José Pedro Soares. **Campinas Século XX:** 100 anos de história. Campinas, SP: Rede Anhangüera de Comunicação, 2000.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **O ideário republicano e a educação:** o Colégio “Culto à Ciência” (1869 a 1892). São Paulo: Dissertação de Mestrado, FE/USP, 1981.
- NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do (et al.). **Memórias da educação:** Campinas (1850-1960). Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Memória da Unicamp, 1999.
- NUNES, Clarice. O processo de elaboração do guia: metodologia e diagnóstico dos acervos arquivísticos e bibliográficos. In: NUNES, Clarice (Coord.). **Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira.** Brasília: INEP, 1992, p.13-45.
- PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean Pierre, e SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma história cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.123-137.
- PUPO, Benedito Barbosa. **Oito bananas por um tostão:** Crônicas Campineiras. Campinas, SP: Palmeiras, 1976.
- REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal:** origens do ensino público paulista. Campinas, SP: Autores Associados, 1995. (Coleção Memória da Educação)

- REIS, Sólton Borges dos. **Poemas da adolescência**. São Paulo: União Paulista de Educação, 1992.
- _____. **O tempo: via e viagem**. São Paulo: Geração Editorial, 1996.
- REIS, Sólton Borges dos. **Janela para o céu**. Texto impresso, s.l, s.d.
- RIOUX, Jean Pierre. Um domínio e um olhar. In: RIOUX, Jean Pierre, e SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.11-22.
- RODRIGUES, João L. Escola Normal de Campinas. In: **Livro jubilar da Escola Normal da Capital**. São Paulo: Instituto D. Anna Rosa, 1930, p.183-202.
- SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **Escola e memória**. Bragança Paulista, SP: IFAN-CDAPH; EDUSF, 2000.
- SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- TANURI, Leonor Maria. **Contribuição para o estudo da escola normal brasileira**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, 1969.
- _____. **O ensino normal no Estado de São Paulo (1890-1930)**. São Paulo: FE/USP, 1979. (Série Estudos e Documentos)
- TORQUATO, Célia Fessel. Instituto de Educação Estadual “Carlos Gomes”. In: TORRE, Olga R. **EEPSG ‘Carlos Gomes’ – 75 Anos Formando Educadores**. Campinas, SP: Ativa Promoções Culturais, 1978, p.03-04.
- VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: **Como se escreve a história**. 4ª ed. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora UnB, 1998, p.238-285.
- VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, Antonio e ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p.61-139.
- WOLFF, Sílvia Ferreira Santos. **Espaço e educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FAU/USP, 1992.

Periódicos

- AZEVEDO, Fernando de (et al.). A reconstrução educacional no Brasil. **Revista Educação**, vol. 6, jan./mar.1932, p.03-31.
- BOLETIM ESCOLAR, Orgam Oficial da Escola Normal Primária, Campinas, Ano 1, n. 01, 12 jan.1916.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.5, n. 11, jan./abr.1991, p.173-191.
- CORRÊA, Geraldo Alves. Discurso de Paranympo. **Revista Educação**, vol. 11, maio.1930, p.160-168.
- DUTRA, Antonio de Padua. O ensino de desenho em escolas normaes e complementares. **Revista Educação**, vol. 8, jun/jul.1932, p.96-106.
- FOLHA DA NORMAL, Ano II, n.7, Campinas, 06 jun.1936.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Trad. Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.1, jan./jun.2001, p.09-43.
- LEME, João. Homenagem aos professorandos de 1917. **Polyanthea**, Grêmio Normalista '17 de Julho', Campinas, Ano II, n. 09, 28 nov.1917.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Trad. Lúcia Haddad e Marina Maluf. **Projeto História: trabalhos da memória**. São Paulo, n.17, nov.98, p.01-495.
- MENDES, Murillo. Discurso de Paranympo. **Revista Educação**, vol. 6, jan/fev.1929, p.133-142.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez.1993, p.07-28.
- PEQUENO GUIA da Escola Normal 'Carlos Gomes', 1947.
- SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. **Caderno CEDES**, n.51, nov.2000, p.09-28.

Artigos em Jornais

- A ESCOLA Normal Oficial e o movimento constitucionalista. **Diário do Povo**, Campinas, SP, 28.08.1932.
- A ESCOLA naquele tempo. **Correio Popular**, Campinas, SP, 12 fev.1985.

- A 'GAZETA de Campinas' lutando pela República. **Diário do Povo**, Campinas, SP, 18 abr.1986.
- BRAGA, Astarte Pereira. A mulher moderna. **Folha da Normal**, Campinas, Ano 1, n. 04, nov.1935.
- BRITO, Jolumá. O Instituto de Educação. **Diário do Povo**, Campinas, SP, 14 abr.1973.
- CAMPINAS e a República. **Correio Popular**, Campinas, SP, 04 set.1963.
- CAMARGO, Celio Arruda. Semana de Hygiene. **Folha da Normal**, Campinas, Ano I, n. 01, ago.1935.
- CAMARGO, João Batista Araújo. Arquitetura e mobília seguiam estilo europeu. **Correio Popular**, Campinas, SP, 11 maio 1993.
- CORRÊA, Geraldo Alves. Escola Normal de 1918. **Correio Popular**, Campinas, SP, 01 maio 1959.
- COSTA, Maria Teresa. Ex-estudantes querem salvar escola. **Correio Popular**, Campinas, SP, 11 dez.1995, Cidades, p.01.
- DE ESCOLA Primária a IEE: 50 anos formando mestres. **Correio Popular**, Campinas, SP, 10 dez.1972.
- ESCOLA 'Carlos Gomes' reativa a biblioteca depois de 4 anos. **Correio Popular**, Campinas, SP, 31 out.1998, Cidades, p.03.
- FARJALLAT, Célia Siqueira. Aos mestres, com carinho e saudade. **Correio Popular**, Campinas, SP, 02 nov.1969.
- _____. Minha escola há meio século atrás. **Correio Popular**, Campinas, SP, 28 jan.1973a.
- _____. IEE 'Carlos Gomes': 70 anos. A escola do meu tempo. **Correio Popular**, Campinas, SP, 06 maio 1973b.
- _____. O Instituto de Educação Estadual 'Carlos Gomes' hoje faz 70 anos. **Correio Popular**, Campinas, SP, 13 maio 1973c, p.7-A.
- _____. Hoje, os 79 anos da velha Escola Normal. **Correio Popular**, Campinas, SP, 13 maio 1982.
- _____. Um jardim, um símbolo. **Correio Popular**, Campinas, SP, 05 mar.1997^a, Cidades, p.02.
- _____. A crônica de uma escola. **Correio Popular**, Campinas, SP, 10 maio 1997b.

- _____. Antigos prédios escolares. **Correio Popular**, Campinas, SP, 06 jun.1997c, Cidades, p.02.
- _____. Meu professor Nelson Omegna. [**Correio Popular**, Campinas, SP, 17 fev.1999].
- _____. Normalistas da turma de 1935 comemoram 66 anos de formatura. **Correio Popular**, Campinas, SP, 16 dez.2001, Cidades, p.10.
- IECG faz 68 anos. **Diário do Povo**, Campinas, SP, [13 maio 1971].
- MENDES, José de Castro. Campinas e a Proclamação da República. **Correio Popular**, Campinas, SP, 15 nov.1961.
- NOGUEIRA, Bráulio Mendes. **Correio Popular**, Campinas, SP, 28 nov.1976.
- RANGEL, Wellman Galvão de França. Pequena história do Largo das Andorinhas. Primeira parte. **Correio Popular**, Campinas, SP, 13 maio 1971a.
- _____. Pequena história do Largo das Andorinhas. Conclusão. **Correio Popular**, Campinas, SP, 14 maio 1971b.
- ROVERI, Andréa. Saudades eternas para o ‘uniforme azul e branco’. **A Tribuna**, Campinas, SP, 02 nov.1997.
- VERZIGNASSE, Rogério. Prédio histórico vive situação de abandono. **Correio Popular**, Campinas, SP, 03 set.1995.
- _____. Memória. **Correio Popular**, Campinas, SP, 04 mar.1996.

Documentos

- ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado. **Tombamento da EEPSPG “Carlos Gomes”**. Processo n. 21.822, 1981.
- LIVRO DE ACTAS da Bibliotheca Infantil da Escola Normal de Campinas, 1934.
- LIVRO DE REGISTRO da Correspondência da Escola Normal Primária de Campinas, 1918-1923.
- LIVRO DE REGISTRO da Correspondência da Escola Normal de Campinas, 1923-1929.
- LIVRO DE REGISTRO de Imposições de Penas aos Alunos da Escola normal de Campinas, 1911-1920.
- LIVRO DE TERMOS de Compromisso dos Professores Nomeados para o Grupo Escolar ‘Doutor Quirino dos Santos’, 1907-1924.

LIVRO TERMO de Visita do Inspector Escolar à Escola Normal de Campinas, 1935-1966.
LIVRO TERMO de Visita do Inspector Federal ao Curso Fundamental da Escola Normal de Campinas, 1935-1936.
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Secretaria da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas. **Tombamento “ex-officio” da EEPSCG “Carlos Gomes”**. Processo de Tombamento n. 03, 1997.

Leis e Decretos

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 1.750, 08.12.1920 – Reforma a Instrução Publica do Estado.
ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 3.356, 31.05.1921 – Regulamenta a Lei n. 1.750, de 08.12.1920, que reforma a Instrução Publica.
ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 2.095, 24.12.1925 – Aprova com modificações o Decreto n. 3.858, de 11.06.1925, que reforma a Instrução Publica do Estado.
ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 4.101, de 14.12.1926 – Regulamenta a Lei n. 2.095, de 24.12.1925.
ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 2.269, de 31.12.1927 – Reforma a Instrução Publica do Estado.
ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 4.888, de 12.02.1931 – Reorganiza o Ensino Normal, entre outras providências.
ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 5.846, de 21.02.1933 – Reorganiza as Escolas Normais do Estado, entre outras providências.
ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 5.884, de 21.04.1933 – Institui o Código de Educação do Estado de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAHÃO, Fernando Antonio (Org.). **Correspondência passiva de Francisco Glicério**. Campinas, SP: CMU/Unicamp, 1996. (Coleção Instrumentos de Pesquisa, 2)
- ALMEIDA, Milton José de. **Cinema: arte da memória**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- ALVISI, Lilian de Cássia. **Memórias de vivências escolares em Poços de Caldas/MG: Escola Profissional Dom Bosco (1946-1960)**. Campinas, SP: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação/Unicamp, 2001.
- AZEVEDO, Rodrigo (et al.). Experiências de exploração dos arquivos escolares – o caso do arquivo da Escola Secundária de Sá de Miranda. In: FERNANDES, Rogério e MAGALHÃES, Justino (Orgs.). **Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)**. Braga: Universidade do Minho, dez.1999, p.79-103.
- BATTISTONI FILHO, Duílio. **Campinas: uma visão histórica**. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- BRAGA, Elizabeth dos Santos. **A constituição social da memória: uma perspectiva histórico-cultural**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2000.
- _____. **Memória e narrativa: da dramática constituição do sujeito social**. Campinas, SP: Tese de Doutorado, FE/Unicamp. 2002.
- BRITO, Marilza E. **Memória e Cultura**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 24p., 1989.
- CAMARGO, Marilena Aparecida Jorge Guedes de. **Coisas velhas: um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958)**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p.91-106 e 151-166.
- FERRAZ, Adriana. **Político, filantropo e empresário: Orosimbo Maia e a educação em Campinas**. Campinas, SP: s.n., 1997.
- FERREIRA, Avany De Francisco; CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de (Orgs.). **Arquitetura escolar paulista: restauro**. São Paulo: FDE/Diretoria de Obras e Serviços; IMESP, 1998.

- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de azul e branco:** um estudo sobre as representações de ex-normalistas acerca da formação profissional e do ingresso no magistério (1920-1950). Campinas: Dissertação de Mestrado, FE/Unicamp, 1995.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção (Org.). **Memórias de professoras:** história e histórias. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2000.
- GINZBURG, Carlos. **O queijo e os vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.
- HÜBNER, Maria Martha. **Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado.** São Paulo: Pioneira Thompson Learning, Mackenzie, 2001.
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Tempos de escola:** fontes para a presença feminina na educação (São Paulo – século XIX). São Paulo: Plêiade, 1999.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade:** os cantos e os antros. Campinas (1850-1900). São Paulo: USP, 1996.
- LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: **História e memória.** Trad. Bernardo Leitão... (et al.). 3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994, p.423-483.
- MAGALHÃES, Justino Pereira. **Uma história das instituições educativas.** Texto impresso, 1997, 7p.
- _____. **Um apontamento sobre as histórias das instituições educativas.** Texto impresso, 1998, 15p.
- _____. Experiências de exploração do arquivo histórico de um liceu. In: FERNANDES, Rogério e MAGALHÃES, Justino (Orgs.). **Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895).** Braga: Universidade do Minho, dez.1999, p.51-61.
- _____. Contributos para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério e MAGALHÃES, Justino (Orgs.). **Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895).** Braga: Universidade do Minho, dez.1999, p.63-77.
- MENEZES, Adélia Bezerra de. Memória e ficção. **Resgate:** Revista de Cultura do Centro de Memória da Unicamp, Campinas, n.3, 1991, p.09-15.

- _____. Memória: matéria de mimese. In: **As faces da memória**. Campinas, SP: Centro de Memória da Unicamp, 1994, p.11-24. (Coleção Seminários)
- MENEZES, Maria Cristina. Memórias, identidades, representações: a voz dos professores. **Horizontes/Universidade São Francisco**. Bragança Paulista, v.19, 2001, p.57-63.
- MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça**: o lado noturno das luzes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. (Coleção Momento)
- MONTEIRO, Regina Maria. Civilização e cultura: paradigmas da nacionalidade. **Caderno CEDES**, n.51, nov.2000, p.50-65.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **O ideário republicano e a educação**: o Colégio “Culto à Ciência” (1869 a 1892). São Paulo: Dissertação de Mestrado, FE/USP, 1981.
- NOSELLA, Paolo e BUFFA, Ester. **Schola Mater**: a antiga escola normal de São Carlos. São Carlos, SP: UFSCar, 1996.
- NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. **Cadernos ANPED**, Porto Alegre, n.5, 1993, p.07-64.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.03-15.
- _____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.200-215.
- PORTUGUÊS, Ernesto. **Seminário de Nossa Senhora da Conceição**: aspectos histórico-pedagógicos. Braga: Oficina de S. José, 1998.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991, p.01-26.
- RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. Os arquivos das escolas. In: NUNES, Clarice (Coord.). **Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira**. Brasília: INEP, 1992, p.47-64.
- ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Prescrevendo regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica. **Caderno CEDES**, n.52, 2000, p.55-73.
- RODRIGUES, João L. **Um retrospecto**: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo. São Paulo: Instituto D. Anna Rosa, 1930.

- SEMEGHINI, Ulisses C. **Do café à indústria:** uma cidade e seu tempo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991. (Série Teses)
- SILVA, Ana Márcia. Elementos para compreender a modernidade do corpo numa sociedade racional. **Caderno CEDES**, n.48, ago.1999, p.07-29.
- SOUZA, Rosa Fátima de. **O direito à educação:** lutas populares pela escola em Campinas. Campinas, SP: CMU/Unicamp, 1998a.
- VALDEMARIN, Vera Teresa. Lições de coisas: concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. **Caderno CEDES**, n.52, 2000, p.74-87.
- VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar:** livros, leituras e práticas de formação docente do Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). Bragança Paulista, SP: USF, 2001. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia)
- VILELA, Marize Carvalho. **Discursos, cursos e recursos:** autores da Revista Educação (1927-1961). São Paulo: Tese de Doutorado, FE/PUC/SP, 2000.
- VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; e VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000, p.95-134.
- VINCENT, Guy. **A forma escolar**. Trad. Valdeniza Maria da Barra, Vera Lúcia Gaspar da Silva e Diana Gonçalves Vidal. Texto impresso, s.d., 13p.
- VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. Trad. Diana Gonçalves Vidal, Vera Lúcia Gaspar da Silva e Valdeniza Maria da Barra. Revisão Guilherme João de Freitas Teixeira. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, jun.2001, p.7-47.

ANEXOS

Documentos levantados na Escola Estadual “Carlos Gomes”

Arquivo

1. Livro de Registro da Correspondência da Escola Normal Primária de Campinas, 1918-1923
2. Livro de Registro da Correspondência da Escola Normal de Campinas, 1923-1929
3. Livro de Carga e Descarga de Material Escolar, 1923-1962
4. Livro de Carga e Descarga de Material Escolar, 1925-1931
5. Inventário Geral e Registro de Envio de Correspondência Oficial da Escola Normal, 1928-1933
6. Inventário do Material existente na Escola Mista Rural da Chácara Sampainho e da Escola Mista Urbana da Villa Almeida, 1932-1935
7. Livro de Registro de Títulos de Nomeação de Funcionários e Docentes da Escola Normal de Campinas, 1911-1933
8. Livro de Registro de Títulos de Nomeação e Licenças do Pessoal Docente do Grupo Escolar Doutor Quirino dos Santos, anexo à Escola Normal de Campinas, 1911-1924
9. Livro de Títulos de Nomeação, Termo de Compromisso e Registro de Licenças do Pessoal Docente e Administrativo da Escola Normal de Campinas, 1921-1931
10. Livro de Registro de Licenças do Pessoal Docente e Administrativo da Escola Normal de Campinas, 1911-1940
11. Livro de Registro de Títulos dos Funcionários e Docentes da Escola Normal de Campinas, 1933-1946
12. Livro de Ponto do Pessoal Administrativo da Escola Normal de Campinas, 1933-1934
13. Livro de Ponto do Pessoal Administrativo da Escola Normal de Campinas, 1934-1936
14. Livro de Faltas do Pessoal da Escola Normal de Campinas, 1933-1935
15. Livro de Faltas de Docentes e Funcionários da Escola Normal de Campinas, 1935-1936
16. Livro de Ponto do Pessoal Docente e Administrativo da Escola Normal Primária de Campinas, 1919-1921
17. Livro de Ponto do Pessoal Docente e Administrativo da Escola Normal de Campinas, 1923-1925

18. Livro de Ponto do Pessoal Docente e Administrativo da Escola Normal de Campinas, 1925-1927
19. Livro de Ponto do Pessoal Docente e Administrativo da Escola Normal de Campinas e da Escola Complementar anexa, 1927-1929
20. Livro de Ponto do Pessoal Docente e Administrativo da Escola Normal de Campinas e Escola Complementar anexa, 1929-1930
21. Livro de Ponto do Pessoal Docente e Administrativo da Escola Normal de Campinas, 1930-1931
22. Livro de Ponto do Pessoal Docente e Administrativo da Escola Normal de Campinas e Escola Complementar anexa, 1932-1933
23. Livro de Ponto do Pessoal Docente da Escola de Aplicação, anexa à Escola Normal de Campinas, 1931-1932
24. Pasta com Mapas do Movimento e Folhas do Pagamento de Vencimentos do Pessoal do Pessoal do Grupo Escolar, 1921-1924
25. Livro de Ponto do Pessoal Docente e Administrativo do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1919-1921
26. Livro de Ponto do Pessoal Docente e Administrativo do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1920-1921
27. Livro de Ponto do Pessoal Docente e Administrativo do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1921-1922
28. Livro de Ponto do Pessoal do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1922-1923
29. Livro de Ponto do Pessoal do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1923-1925
30. Livro de Ponto do Pessoal do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1925-1926
31. Livro de Ponto do Pessoal do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1926-1928
32. Livro de Ponto do Pessoal Docente do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1930-1931

33. Livro de Ponto do Pessoal do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1932-1934
34. Livro de Ponto do Pessoal do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1934-1935
35. Livro de Ponto do Pessoal do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1935-1936
36. Livro de Ponto do Pessoal Docente das Escolas Modelos Isoladas, anexas à Escola Normal de Campinas, 1928-1936
37. Pasta com Folhas de Pagamento por Aulas Extraordinárias da Escola Normal de Campinas, 1934-1941
38. Livro de Actas das Palestras de Ensino realizadas no Grupo Escolar, anexo à Escola Normal Primaria de Campinas, 1914-1926
39. Livros de Actas de Reuniões da Escola Normal de Campinas, 1933-1956
40. Livro de Actas de Exames de 2ª Época da Escola Normal Primaria de Campinas, 1912-1931
41. Livro de Actas das Notas dos Exames de Admissão à 1ª Série do Curso Fundamental da Escola Normal de Campinas, 1936-1940
42. Livro de Inscrição de Candidatos ao Concurso para Prenchimento de Vagas ao Curso Complementar, Curso Fundamental e Curso Profissional da Escola Normal de Campinas, 1921-1936
43. Livro de Inscrição para os Exames de Admissão ao 1º Anno da Escola Normal de Campinas, 1921-1964
44. Livro de Inscrição para os Exames de Admissão à 1ª Série do Curso Fundamental da Escola Normal de Campinas, 1936-1963
45. Livro de Inscrição para os Exames de Admissão ao 1º Anno do Curso Complementar, 1921-1933
46. Livro de Inscrição para Exames de 2ª Época dos Alunos do Curso Fundamental da Escola Normal de Campinas, 1936-1956
47. Livro de Exames e Notas dos Alunos do Curso de Formação Profissional da Escola Normal de Campinas, 1935-1939

48. Livro de Registro de Notas dos Exames de Admissão ao 1º Anno da Escola Normal de Campinas, 1922-1932
49. Livro de Registro de Notas dos Alumnos do Curso Complementar da Escola Normal de Campinas, 1929-1931
50. Livro de Registro de Promoções dos Alumnos do Grupo Escolar, 1920-1930
51. Livro de Registro de Promoções dos Alumnos da Escola de Aplicação anexa à Escola Normal de Campinas, 1931-1934
52. Livro de Registro de Imposição de Penas aos Alumnos da Escola Normal Primaria de Campinas, 1911-1920
53. Termo de Exames Parciaes da 1ª Série do Curso Ginásial da Escola Normal de Campinas, 1935-1938
54. Termo de Exames Parciaes da 2ª Série da Escola Normal de Campinas, 1935-1938
55. Termo de Exames Parciaes da 3ª Série do Curso Ginásial da Escola Normal de Campinas, 1935-1938
56. Termo de Exames Parciaes da 4ª Série do Curso Ginásial da Escola Normal de Campinas, 1935
57. Termo de Exames Parciaes da 5ª Série do Curso Ginásial da Escola Normal de Campinas, 1935
58. Termo de Exames Finais dos Alumnos do Curso Primário, anexo à Escola Normal de Campinas, 1935-1942
59. Livro de Visitas de Inspeção e Actas de Exames da Escola Mista Rural da Chácara Sampainho, 1932-1935
60. Termo de Visita e Exames da Escola Masculina do Bairro da Taquara Branca, 1923-1930
61. Termo de Visita e Actas dos Exames da Escola Mista Rural da Fazenda da Barra, 1927-1935
62. Termo de Visita do Inspector Federal ao Curso Fundamental da Escola Normal de Campinas, 1935
63. Termo de Visita do Inspector Escolar à Escola Normal de Campinas, 1935-1966
64. Termo de Compromisso dos Professores nomeados para o Grupo Escolar Doutor Quirino dos Santos, 1907-1924

65. Livro de Actas da Bibliotheca Infantil, 1934
66. Livro de Registro de Diplomas das Alumnas da Escola Normal de Campinas, 1928-1930 (este livro está totalmente imprestável, destruído por cupins)
67. Livro de Registro de Notas e de Diplomas de Habilitação para o Magistério da Escola Normal de Campinas, 1932-1934
68. Livro de Registro de Notas e de Diplomas de Habilitação para o Magistério da Escola Normal de Campinas, 1933-1936
69. Livro de Registro de Notas de Aplicação e Exames dos Alumnos do Curso de Formação Profissional e de Diplomas de Habilitação Profissional da Escola Normal de Campinas, 1935-1940
70. Álbum de Formatura dos Professorandos de 1928 da Escola Normal de Campinas (faltam algumas fotografias)
71. Breve Histórico do Curso Primário da Escola Normal de Campinas, 13.05.1962 (sem autoria)
72. Reproduções das plantas e projetos para o prédio da Escola Normal de Campinas (cópia dos originais assinados pelo arquiteto Cesar Marchisio, 1919-1923: detalhes das janelas, da escadaria, da fachada principal, da fachada lateral e do corte transversal)
73. Livro de Matricula dos Alumnos da Secção Masculina do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1920
74. Livro de Matricula dos Alumnos da Secção Masculina do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1921
75. Livro de Matricula dos Alumnos da Secção Masculina do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1922-1923
76. Livro de Matricula dos Alumnos da Secção Masculina do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1923-1926
77. Livro de Matricula dos Alumnos da Secção Masculina do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1926-1930
78. Livro de Matricula dos Alumnos da Secção Masculina do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1930-1933
79. Livro de Matricula das Alumnas da Secção Feminina do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1920

80. Livro de Matricula das Alumnas da Secção Feminina do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1924-1926
81. Livro de Matricula das Alumnas da Secção Feminina do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1926-1929
82. Livro de Matricula das Alumnas da Secção Feminina do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1929-1932
83. Livro de Chamada dos Alumnos do 1º Anno Masculino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1932-1935
84. Livro de Chamada dos Alumnos do 1º Anno A Masculino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1935-1937
85. Livro de Chamada dos Alumnos do 1º Anno B Masculino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1935
86. Livro de Chamada dos Alumnos do 2º Anno Masculino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1933-1935
87. Livro de Chamada dos Alumnos do 2º Anno Masculino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1934
88. Livro de Chamada dos Alumnos do 2º Anno Masculino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1934-1936
89. Livro de Chamada dos Alumnos do 3º Anno Masculino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1935
90. Livro de Chamada dos Alumnos do 3º Anno Masculino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1936
91. Livro de Chamada dos Alumnos do 4º Anno Masculino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1934-1936
92. Livro de Chamada dos Alumnos do 4º Anno A, Secção Masculina do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1935-1938
93. Livro de Chamada dos Alumnos do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1935-1936
94. Livro de Chamada das Alumnas do Curso Primário do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1922-1923

95. Livro de Chamada das Alumnas do 1º Anno Feminino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1925-1927
96. Livro de Chamada das Alumnas do 1º Anno C Feminino da Escola Primaria, anexo à Escola Normal de Campinas, 1933
97. Livro de Chamada das Alumnas do 1º Anno Feminino do Curso Primário, anexo à Escola Normal de Campinas, 1935-1937
98. Livro de Chamada das Alumnas do 2º Anno Feminino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1926-1927
99. Livro de Chamada das Alumnas do 4º Anno Feminino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1930
100. Livro de Chamada das Alumnas do 4º Anno Feminino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1932-1935
101. Livro de Chamada das Alumnas do 1º Anno Feminino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1933-1935
102. Livro de Chamada das Alumnas do 3º Anno Feminino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1933-1935
103. Livro de Chamada das Alumnas do 3º Anno Feminino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1934-1935
104. Livro de Chamada das Alumnas do 3º Anno Feminino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1934-1936
105. Livro de Chamada das Alumnas do 2º Anno Feminino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1934-1937
106. Livro de Chamada das Alumnas do 3º Anno Feminino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1935-1937
107. Livro de Chamada das Alumnas do 4º Anno Feminino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1935-1937
108. Livro de Chamada das Alumnas do 4º Anno Feminino do Curso Primario, anexo à Escola Normal de Campinas, 1936-1938
109. Livro de Matricula dos Alumnos do Curso Médio do Grupo Escolar anexo à Escola Normal de Campinas e Inventário de Livros, Móveis e Materiais Escolares, 1922-1923

110. Livro de Matricula da Secção Masculina e Feminina dos Cursos Primário e Médio do Grupo Escolar, anexo à Escola Normal de Campinas, 1923-1924
111. Livro de Chamada dos Alumnos do Curso Preliminar, 1º Anno B Masculino, 1932-1933
112. Livro de Chamada dos Alumnos do Curso Preliminar, 1º Anno C Masculino, 1925
113. Livro de Resumo Diário do Movimento da Secção Masculina da Escola Isolada, 1923-1926
114. Livro de Matricula dos Alumnos da Secção Masculina da Escola Isolada, anexa à Escola Normal de Campinas, 1927-1937
115. Livro de Matricula das Alumnas da Secção Feminina da Escola Isolada, anexa à Escola Normal Primaria de Campinas, 1913-1922
116. Livro de Resumo Diário do Movimento da Secção Feminina da Escola Isolada, 1º e 2º Anno, 1923-1926
117. Livro de Matricula das Alumnas da Secção Feminina da Escola Isolada, anexa à Escola Normal de Campinas, 1927-1934
118. Livro de Chamada do 1º Anno da Secção Masculina da Escola Isolada, 1932-1933
119. Livro de Chamada das Alumnas da Secção Feminina da Escola Isolada, anexa à Escola Normal de Campinas, 1927-1929
120. Livro de Chamada dos Alumnos da 1ª Escola do Bairro Cambuhy, 1932-1935
121. Livro de Chamada da Escola Mista Urbana da Villa Almeida, 1934-1935
122. Livro de Registro de Notas dos candidatos à matrícula ao 1º anno da Escola Complementar, anexa à Escola Normal de Campinas, 1921-1932
123. Livro de Matricula e Registro de Notas dos Alumnos do Curso Complementar da Escola Normal de Campinas, 1925-1926
124. Livro de Matricula e Registro de Notas dos Alumnos do Curso Complementar da Escola Normal de Campinas, 1927-1931
125. Livro de Matricula e Registro de Notas dos Alumnos do Curso Complementar da Escola Normal de Campinas, 1928-1931
126. Livro de Matricula e Registro de Notas dos Alumnos do 1º Anno do Curso Complementar da Escola Normal de Campinas, 1930

127. Livro de Chamada dos Alunos da Escola Complementar, anexa à Escola Normal de Campinas, 1926-1927
128. Livro de Chamada das Alumnas da Escola Complementar, anexa à Escola Normal de Campinas, 1926-1927
129. Livro de Matricula dos alunos do Curso Fundamental, 1935-1938
130. Livro de Matricula e Registro de Notas dos Alunos da Escola Normal de Campinas, 1925-1930
131. Livro de Matricula e Registro de Notas dos Alunos da Escola Normal de Campinas, 1926-1930
132. Livro de Matricula e Registro de Notas dos Alunos da Escola Normal de Campinas, 1928-1930
133. Livro de Matricula e Registro de Notas dos Alunos da Escola Normal de Campinas, 1929-1930
134. Escritura de transferência do terreno para a construção do edificio da Escola Normal de Campinas, realizada em 13.08.1919. Cópia feita pelo 1º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos em 23.03.1981
135. Pequeno Guia da Escola Normal “Carlos Gomes”, 1903-1947
136. *A Escola Normal Oficial e o movimento constitucionalista*. Diário do Povo, Campinas, 28.08.1932

Biblioteca

Artigos em Jornais:

- AMANHÃ o 60º aniversário do Instituto de Educação Carlos Gomes. **Diário do Povo**, Campinas, 12 maio 1963 (Pasta n. 96, Seção Áudio-Visual).
- IECG faz hoje 68 anos. **Diário do Povo**, Campinas, [13 maio 1971] (Seção: Periódicos).
- DE ESCOLA Primária a IEE: 50 anos formando mestres. **Diário do Povo**, Campinas, 10 dez.1972 (pasta n. 40).
- FARJALLAT, Célia Siqueira. Minha escola há meio século atrás. **Correio Popular**, Campinas, 28 jan.1973 (pasta n. 40).
- BRITO, Jolumá. O Instituto de Educação. **Diário do Povo**, Campinas, 14 abr.1973 (pasta n. 40).

- INSTITUTO de Educação “Carlos Gomes”, **Boletim da Secretária da Educação do Estado de São Paulo**, s.d., p.31 (pasta n. 40).

Outros:

- TORQUATO, Célia Fessel. Instituto de Educação Estadual “Carlos Gomes”. In: TORRE, Olga R. **EEPSG ‘Carlos Gomes’ – 75 Anos Formando Educadores**. Campinas, SP: Ativa Promoções Culturais, 1978, p.03-04 (pasta n. 40).
- Folheto do projeto: *Memória Escolar – restauração de escolas da 1ª República*. Imprensa Oficial do Estado, 1986.

Documentos doados por Sólon Borges dos Reis, quando da coleta do seu depoimento em 08.03.2002

Livros:

- OMEGNA, Nelson. **Elementos de Sociologia**. Campinas, SP: Livraria João Amendola, 1934.
- REIS, Sólon Borges dos. **Carrossel do tempo e condição humana**. São Paulo: União Paulista de Educação, 1992.
- _____. **Poemas da adolescência**. São Paulo: União Paulista de Educação, 1992.
- _____. **O tempo: via e viagem**. São Paulo: Geração Editorial, 1996.
- RODRIGUES, João L. Escola Normal de Campinas. In: **Livro jubilar da Escola Normal da Capital**. São Paulo: Instituto D. Anna Rosa, 1930, p.183-202.

Contos:

- REIS, Sólon Borges dos. **Janela para o céu**. Texto impresso, s.l, s.d.

Artigos em jornais, revistas e boletins:

- CINQUENTENÁRIO da Escola Normal de Campinas (1903-1953). **Revista do Professor**, ago.1953, p.09.
- FARJALLAT, Célia Siqueira. Meu professor Nelson Omegna. [**Correio Popular**, Campinas, 17 fev.1999].

- INSTITUTO de Educação “Carlos Gomes”. **Boletim da Secretária da Educação do Estado de São Paulo**, s.d., p.31.
- UMA iniciativa de sentido social. **Diário da Noite**, s.l., 27 jul.1935.

Fotografias e Convite de Formatura:

- Uma imagem da professora Célia Siqueira Farjallat em sala de aula com seus alunos, [década de 60], p&b.
- Duas imagens do encontro da turma de 1935, comemorando 60 anos de formatura, Campinas, Hotel Palace, 9 de dezembro de 1995, coloridas.
- Duas imagens de partes do prédio (externas), mostrando atos de vandalismo, dezembro de 1995, coloridas.
- Duas imagens das paredes laterais da escadaria principal, retratando pinturas decorativas desgastadas pelo tempo, dezembro de 1995, coloridas.
- Uma imagem com vista externa do edifício, s.d, p&b.
- Cópia do convite de *Formatura dos Professorandos de 1935 da Escola Normal Oficial de Campinas*.

Outros:

- Lista com os nomes dos alunos do 4º ano primário de 1928, sessão masculina, anexo à Escola Normal de Campinas, professora Maria Thereza de Arruda Barbosa (Sólon foi aluno dessa turma).
- Ofício de Wellman Galvão de França Rangel, diretor da Escola Normal e Ginásio Estadual “Carlos Gomes”, a Sólon Borges dos Reis, presidente da União Paulista de Educação, convidando-o para a festa do “Dia da Escola”. Campinas, SP, 08 maio 1951.

Modelo da ficha utilizada para a identificação dos documentos do acervo da Escola Estadual “Carlos Gomes”¹¹¹

Área de identificação	Área de Conteúdo	Área de Condição	Área de Notas	
Data	Suporte	Conteúdo	Condição Física	Notas

¹¹¹ Elaborada por Eva Cristina Leite da Silva e Maria de Lourdes Pinheiro, em junho de 2002, quando do início da identificação.